



Universidade de Aveiro Departamento de Educação  
Ano 2011

**MARIA ISABEL  
PEREIRA DA SILVA  
FERREIRA**

**POLÍTICA EDUCATIVA DE ADULTOS: APOSTA NO  
RVCC PELO REGRESSO À ESCOLA**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Educação, na área de especialização de Administração e Políticas Educativas, realizada sob a orientação científica do Doutor António Maria Martins, Professor Auxiliar do Departamento de Educação da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho à minha família: Acílio, Ângela e Abel

## **o júri**

presidente

Prof. Doutor António Augusto Neto Mendes  
professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof.(a) Doutora Esmeraldina Maria da Costa Veloso  
professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade do Minho

Prof. Doutor António Maria Martins  
professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

## **agradecimentos**

Começo por demonstrar o meu agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor António Maria Martins, pela sua orientação científica, pelo encorajamento e amizade na construção deste projecto.

Aos colegas/amigos, Coordenadora do Centro Novas Oportunidades de Albergaria-a-Velha e Director do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha, pelo tempo disponibilizado para as entrevistas e apoio concedido para a aplicação dos Questionários aos Adultos em processo RVCC.

Aos meus amigos, que comigo fazem a caminhada da vida.

À minha família.

## palavras-chave

Administração do Ensino; Abandono Escolar; Regresso Escolar; Educação e Formação de Adultos \_ RVCC

## resumo

Desde a última década que as políticas e iniciativas no campo da educação e formação de adultos em Portugal reflectem a consciência que o país tem, quer ao nível do cidadão comum, quer ao nível das organizações, entidades públicas ou privadas e órgãos de decisão política, dos níveis mais baixos de certificação escolar e profissional da sua população adulta.

Neste âmbito, surgiu este projecto **Política Educativa de Adultos: Aposto no RVCC pelo regresso à escola**, com o objectivo de contribuir para o aprofundamento da compreensão desta problemática inovadora.

Assim, foi feito no primeiro capítulo o enquadramento teórico, da Educação e Formação de Adultos em Portugal, com destaque às mudanças, inovações e resistências desde o séc. XIX até à actualidade. No segundo e terceiro capítulos direccionaram-se para a vertente prática centrada num Estudo de Caso aos Adultos em processo RVCC do CNO\_ AEAA.

Com este estudo permitiu-nos conhecer quais as causas do abandono escolar e posteriormente os objectivos, motivações e opção pelo processo RVCC para o regresso aos bancos de escola.

## keywords

Educational Administration; School Dropout; Going Back to School; Adult Education and Training \_ RVCC.

## abstract

Since last decade policies and initiatives in education and adult education in Portugal reflect the awareness that the country has at the level of ordinary people, in terms of organizations, public or private bodies and policy-makers, the lower levels of academic and professional certification of its adult population.

In this context, emerged that project, **Adult Education Policy: A bet on the RVCC to return to school**, in order to contribute to deepen the understanding of this problematic novelty.

Thus, were done the theoretical guidelines in the first chapter, the Education and Training of Adults in Portugal, with emphasis on changes, innovations and resistance since the nineteenth century to the present. The second and third chapters targeted a practical aspect of a Case Study focused on adults in the RVCC CNO\_ AEAA.

In this study we were allowed to know the causes for giving up school and then the motives and objectives to go back to school in a RVCC process.

---

“Quanto mais formos capazes de descobrir [porque] somos aquilo que somos [colocando-nos por trás das nossas experiências passadas], tanto mais nos será possível compreender porque é que a realidade é o que é.”

[Freire, 1974:44]

## ÍNDICE

---

LISTA DE FIGURAS .....	4
LISTA DE GRÁFICOS .....	4
LISTA DE QUADROS.....	5
LISTA DE TABELAS .....	6
LISTA DE SIGLAS .....	7
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPITULO I _ A Educação e Formação de Adultos em Portugal.....</b>	<b>10</b>
1. A Escolaridade Obrigatória e o Ensino Recorrente de Adultos .....	11
2. A Aprendizagem ao Longo da Vida/Processo RVCC .....	19
<b>CAPITULO II _ Metodologia de Investigação.....</b>	<b>35</b>
1. Metodologia.....	36
1.1. O Método: Estudo de Caso .....	37
1.2. Pergunta de partida e Objectivos .....	38
1.3. As Técnicas de Recolha de Informação .....	39
1.3.1. Análise Documental .....	40
1.3.2. Entrevista Semi-estruturada .....	41
1.3.3. Inquérito por Questionário.....	42
2. Caracterização do Contexto em que se desenvolve o estudo.....	44
2.1. Caracterização histórica e geográfica .....	44
2.2. Caracterização do CNO _ AEAA .....	46
2.3. Caracterização dos sujeitos que constituem o caso em estudo.....	50
2.4. Caracterização dos Informadores Privilegiados/Entrevistados.....	57
<b>CAPITULO III _ Apresentação, Análise e Discussão de Resultados.....</b>	<b>58</b>
1. Razões do Abandono e do Regresso à Escola.....	59
2. Regresso à Escola e as perspectivas de melhor condições de trabalho .....	67
3. Regresso à escola e perspectivas sobre a melhor qualidade de vida.....	68
4. Razão de opção pelo PRVCC face a outra possibilidade.....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>88</b>



<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>98</b>
ANEXOS DO CAPITULO I.....	99
Anexo I.1 _ Princípios Orientadores dos CNO's.....	99
ANEXOS DO CAPITULO II.....	102
Anexo II.1 _ Questionário .....	102
Anexo II.2 _ Guião de Entrevista.....	106
Anexo II.3: Tabelas.....	108
Tabela 8: Caracterização da amostra _ Sexo .....	108
Tabela 9: Caracterização da amostra _ Idade.....	108
Tabela 11: Caracterização da amostra _ Situação Profissional/Sexo .....	108
Tabela 13: Caracterização da amostra _ Áreas de trabalho .....	109
ANEXOS DO CAPITULO III.....	110
Anexo III.1 _ Tabelas .....	110
Tabela 14: Razões do Abandono Escolar .....	110
Tabela 15: Razões do Regresso Escolar .....	110
Tabela 18: Objectivos que estiveram na base dos Adultos voltarem a estudar .....	110
Tabela 19: Outros Objectivos que levaram os Adultos a voltar a estudar .....	111
Tabela 20: A motivação que levou os Adultos a regressar à escola .....	111
Tabela 21: As razões da escolha do PRVCC face a outro tipo de Oferta Educativa.....	111
Tabela 22: Outros critérios que estiveram na origem da escolha do PRVCC.....	112
Anexo III.2 _ Quadros.....	113
Quadro 4: Justificação dos Adultos em relação ao PRVCC/OE, EFA _ Q <sub>15</sub> .....	113
Quadro 5: Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SM _ Q <sub>16</sub> .....	114
Quadro 6: Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SF _ Q <sub>16</sub> .....	115
Quadro 7: Transcrição das Entrevistas dos Informadores Privilegiados .....	116
Quadro 8: Nível máximo de escolaridade atingido .....	118

## LISTA DE FIGURAS

---

<b>Figura 1:</b> Conselho do Distrito de Aveiro .....	44
<b>Figura 2:</b> Freguesias do Concelho de Albergaria-a-Velha .....	44
<b>Figura 3:</b> CNO_ AEAA .....	46

## LISTA DE GRÁFICOS

---

<b>Gráfico 1:</b> Distribuição dos Adultos pelo Género. ....	50
<b>Gráfico 2:</b> Distribuição dos Adultos pelo Grupo Etário. ....	50
<b>Gráfico 3:</b> Distribuição dos Adultos pelo Estado Civil. ....	51
<b>Gráfico 4:</b> Distribuição dos Adultos, segundo as Idades/Habilitações Literárias. ....	53
<b>Gráfico 5:</b> Distribuição dos Adultos, segundo a sua Situação Profissional. ....	54
<b>Gráfico 6:</b> Distribuição dos Adultos, segundo as Áreas de Trabalho. ....	56
<b>Gráfico 7:</b> Distribuição dos Adultos, segundo a tentativa de Conclusão dos Estudos por Outra Via de Formação. ....	56
<b>Gráfico 8:</b> Opinião dos Adultos em relação às Razões do Abandono Escolar. ....	59
<b>Gráfico 9:</b> Opinião dos Adultos em relação às Razões do Regresso Escolar. ....	60
<b>Gráfico 10:</b> Opinião dos Adultos sobre os Objectivos que os levaram a voltar a estudar. ....	67
<b>Gráfico 11:</b> Opinião dos Adultos face a Outros objectivos que estiveram na base de voltar a estudar. ....	68
<b>Gráfico 12:</b> Opinião dos Adultos em relação à motivação que os levou a regressar à escola. ....	69
<b>Gráfico 13:</b> Opinião dos Adultos em relação às razões da escolha do PRVCC face a outro tipo de Oferta Educativa. ....	70
<b>Gráfico 14:</b> Opinião dos Adultos face a Outros critérios que estiveram na origem da escolha do PRVCC. ....	73

## LISTA DE QUADROS

---

<b>Quadro 1:</b> Fluxograma da Etapa da Intervenção do CNO's. ....	34
<b>Quadro 2:</b> Fluxograma dos Eixos Estruturantes de um PRVCC. ....	34
<b>Quadro 3:</b> Caracterização dos Informadores Privilegiados. ....	57
<b>Quadro 4:</b> Justificação dos Adultos em relação ao PRVCC/OE, EFA _ Q <sub>15</sub> . ....	113
<b>Quadro 5:</b> Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SM _ Q <sub>16</sub> . ...	114
<b>Quadro 6:</b> Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SF _ Q <sub>16</sub> . ....	115
<b>Quadro 7:</b> Transcrição das Entrevistas dos Informadores Privilegiados. ....	116
<b>Quadro 8:</b> Nível máximo de escolaridade atingido. ....	118

## LISTA DE TABELAS

---

<b>Tabela 1:</b> Processo Escolar. ....	23
<b>Tabela 2:</b> Processo Profissional. ....	24
<b>Tabela 3:</b> EFA _ Básico. ....	24
<b>Tabela 4:</b> EFA _ Secundário. ....	25
<b>Tabela 5:</b> Formações Modulares. ....	25
<b>Tabela 6:</b> Vias de Conclusão do Nível Secundário de Educação. ....	26
<b>Tabela 7:</b> Níveis de Qualificação. ....	26
<b>Tabela 8:</b> Caracterização da amostra _ Sexo. ....	108
<b>Tabela 9:</b> Caracterização da amostra _ Idade. ....	108
<b>Tabela 10:</b> Caracterização da amostra _ Sexo/Habilitações Literárias. ....	52
<b>Tabela 11:</b> Caracterização da amostra _ Situação Profissional/Sexo. ....	108
<b>Tabela 12:</b> Caracterização da amostra _ Profissão. ....	55
<b>Tabela 13:</b> Caracterização da amostra _ Áreas de Trabalho. ....	109
<b>Tabela 14:</b> Razões do Abandono Escolar. ....	110
<b>Tabela 15:</b> Razões do Regresso Escolar. ....	110
<b>Tabela 16:</b> Razões do Regresso Escolar, na opinião de ambos os Sexos/Habilitações Literárias. ....	62
<b>Tabela 17:</b> Razões do Regresso Escolar, na opinião de ambos os Sexos/Situação Profissional.....	65
<b>Tabela 18:</b> Objectivos que estiveram na base dos Adultos voltarem a estudar. ....	110
<b>Tabela 19:</b> Outros objectivos que levaram os Adultos a voltar a estudar. ....	111
<b>Tabela 20:</b> A motivação que levou os Adultos a regressar à escola. ....	111
<b>Tabela 21:</b> As razões da escolha do PRVCC face a outro tipo de Oferta Educativa. ....	111
<b>Tabela 22:</b> Outros critérios que estiveram na origem da escolha do PRVCC. ....	112

## LISTA DE SIGLAS

---

**AEAA:** Agrupamento de Escolas de Albergaria-A-Velha.

**ANEFA:** Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos.

**ANQ:** Agência Nacional para a Qualificação.

**CAE:** Centro da Área Educativa.

**CEPSA'S:** Cursos Supletivos do Ensino Primário para Adultos.

**CNAEBA:** Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos.

**CNO:** Centro Novas Oportunidades.

**DGFV:** Direcção-Geral de Formação Vocacional.

**EFA:** Educação e Formação de Adultos.

**EME:** Editorial do Ministério da Educação.

**IPSS:** Instituições Particulares de Solidariedade Social.

**LBSE:** Lei de Bases do Sistema Educativo.

**NB:** Nível Básico.

**NS:** Nível Secundário.

**OE:** Oferta Educativa.

**PEI:** Plano Estratégico de Intervenção.

**PNAEBA:** Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

**PNE:** Plano Nacional de Emprego.

**PNDES:** Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social.

**PPQ:** Plano Pessoal de Qualificação.

**PRA:** Portefólio Reflexivo de Aprendizagens.

**PRVCC:** Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

**RVC:** Reconhecimento, Validação de Competências.

**RVCC:** Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

**SF:** Sexo Feminino.

**SIGO:** Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa.

**SM:** Sexo Masculino.

**STC:** Sociedade, Tecnologia e Ciência.

**TIC:** Tecnologias da Informação e Comunicação

**UFCD:** Unidades de Formação de Curta Duração.

**UNESCO:** Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

## INTRODUÇÃO

---

A definição e adopção por toda a Europa, de uma política de Aprendizagem ao Longo da Vida, não sendo nós também excepção, esta política também foi adoptada pelo nosso Governo, no âmbito das opções políticas e das prioridades do XVII Governo Constitucional, que visam superar os défices de qualificação da população Portuguesa, através da qualificação dos recursos humanos, integrado no sistema de educação/formação de adultos, uma vez que, em Portugal o défice de pessoas qualificadas não abrange só o conjunto da sua população activa, mas também as gerações mais jovens. Esta prioridade do actual programa político tem por missão assegurar o acesso igual a oportunidades de aprendizagem, assim como as formas de validação da aprendizagem. Pois verifica-se que a população Portuguesa com idades entre os 20 e 24 anos, 47% tem escolaridade inferior ao nível secundário e não se encontra a estudar (19% na média dos países da OCDE). Perante este panorama, este governo aponta como necessidade urgente orientar e focar o défice de formação e qualificação de população portuguesa nas políticas de formação profissional e de aprendizagem ao longo da vida. Neste sentido, Portugal enfrenta hoje um novo desafio: criar um sistema abrangente e diversificado de aprendizagem ao longo da vida, que abre a todos a possibilidade de actualizar e aprofundar competências e de corresponder aos desafios inerentes à flexibilidade do emprego (Programa do XVII Governo Constitucional, 2005 - 2009: 20-21). Perante as considerações apresentadas, e dada a complexidade dos desafios educativos na sociedade contemporânea e a consolidação do campo heterogéneo da educação e formação de adultos, apresentamos, desde já, o nosso problema de trabalho e que consiste em conhecer as razões que estiveram na origem da opção pelo processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), aquando do regresso à escola.

Pressupomos tratar-se de uma população muito díspar, quanto à idade e por conseguinte as razões desta opção serem múltiplas, desde: razões económicas e sociais que impediram ou dificultaram a frequência da escola ou que nela não tenham tido sucesso escolar no passado; razões culturais associadas à não valorização da escola em certos

meios sociais e segundo o género; o reconhecimento dos conhecimentos adquiridos como sendo uma mais-valia do processo e certificação que permitam minimizar alguma estigmatização e permitindo uma maior visibilidade social, especialmente junto do mercado de trabalho e razões centradas na ideia de este processo ser o mais adaptado às condições e aptidões dos Adultos relativamente a outros tipos de ofertas educativas e formativas.

Assim, o presente projecto organiza-se em três capítulos precedidos por uma introdução e finalizado por considerações finais.

No primeiro capítulo apresentamos um enquadramento teórico que clarifica o problema em estudo e o articula, designado por, *A Educação e Formação de Adultos em Portugal*, fazendo-se referência às mudanças, inovações e resistências quanto ao paradigma Educação e Formação de Adultos desde o séc. XIX até à actualidade.

No segundo capítulo abordamos a *Metodologia de Investigação*. Neste sentido, definem-se os Objectivos de estudo, descreve-se o Método utilizado e apresentam-se as Técnicas de Recolha e Tratamento de Informação. Para além, da breve caracterização da Escola sede do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha e do Centro Novas Oportunidades associado à Escola sede.

No terceiro capítulo, denominado *Apresentação, Análise e Discussão de Resultados*, apresentamos e discutimos os resultados obtidos por aplicação das entrevistas semi-estruturadas a dois Profissionais e um Formador do processo RVCC e do inquérito por questionário aos Adultos em processo de RVCC.

Por fim, apresentamos as *Considerações Finais*, tendo-se consciência das limitações inerentes ao estudo realizado, enunciam-se eventuais conclusões e identificam-se alguns pontos de partida para futuras investigações.

## **CAPITULO I \_ A Educação e Formação de Adultos em Portugal**

---



## 1. A Escolaridade Obrigatória e o Ensino Recorrente de Adultos

---

Desde há muito tempo que a Educação generalizada preocupa a Administração Pública. **Portugal** foi até pioneiro na implementação da instrução obrigatória, que constituiu um aspecto corrente da legislação desde 1835, e se reforça sobretudo a partir da reforma de 1844, quando são implantadas medidas coercivas e sanções para levar à efectivação a obrigatoriedade escolar, mas, na realidade, "houve maior constância nas medidas compulsivas do que na motivação e na criação de oportunidades" (PNAEBA<sup>1</sup>, 1979: 17). As penalidades e as restrições dos direitos dos cidadãos não podiam sobrepor-se à carência de professores, à insuficiente cobertura escolar e às fortes razões de ordem económica e social, impeditivas do acesso à escola. Numa sociedade rural, marcada pelo imobilismo, na qual predominou, durante muito tempo, uma cultura fundamentalmente oral e uma economia de subsistência utilizando técnicas arcaicas, a leitura e a escrita não constituíam necessidades fundamentais. Os filhos, mesmo em idade escolar, eram factores produtivos que, em situações de baixos padrões de vida, não se podiam dispensar. Desde os finais do século XIX a legislação foi contemplando profusa e formalmente a questão dos adultos que não sabiam ler nem escrever. O regulamento para a boa execução da reforma de 20 de Setembro de 1850 institui pela primeira vez cursos de adultos, nocturnos ou dominicais, para os que não podiam frequentar, por razões profissionais, os cursos durante o dia. No entanto, e apesar do propósito de extinção do analfabetismo, nos discursos políticos e nos textos legais, este objectivo nunca foi atingido, mantendo-se nos nossos dias na ordem dos 9%, segundo dados dos censos de 2001. Enquanto no fim do século XIX uma grande parte dos países do Norte da Europa tinham praticamente resolvido o problema da instrução generalizada, outros, incluindo Portugal, apresentavam taxas de analfabetismo elevadas. No caso português estes índices persistiram relacionando-se, certamente, com problemas do desenvolvimento global da sociedade. "A fraca urbanização, o atraso no desenvolvimento industrial, o peso excessivo do sector económico primário, a emigração e as taxas de analfabetismo, são aspectos parcelares de uma mesma realidade" (PNAEBA, 1979: 15).

---

<sup>1</sup> PNAEBA \_ Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos.

Entre os finais do século XIX e meados do século XX, a população portuguesa quase duplicou (entre 1878 e 1960), mas a industrialização e a urbanização processam-se a um ritmo moderado (verificando-se o seu maior desenvolvimento a partir do final da segunda guerra mundial). De 1911 em diante, a legislação, produzida em abundância, testemunha que, em vários momentos, houve vontade política ou forte empenhamento popular para resolver a situação do analfabetismo. São disso exemplo, durante a Primeira República, a criação de escolas móveis pois afirmava-se ser "necessário que a escola vá ao ateliê, à oficina, à fábrica e ao campo" (Cortesão, 1982: 18) e a acção das ligas e de outras associações, como por exemplo as acções da "Liga Nacional de Instrução", da "Liga Propulsora da Instrução em Portugal" da "Sociedade de Instrução e Benemerência", da "A Voz do Operário", das "Escolas Regimentais", dos "Centros Republicanos", dos "Amigos do ABC" e outras (Cortesão, 1982: 19), e, ainda, as Universidades Populares que desenvolveram uma actividade tal que lhes valeu serem consideradas de Utilidade Nacional (ofereciam conferências, cursos, bibliotecas ao ar livre e desenvolviam a sua acção em ligação com associações profissionais). Mais tarde, na primeira metade da década de cinquenta a Campanha Nacional de Educação de Adultos, a criação dos Cursos de Ensino Primário Supletivo para Adultos, em 1973; as campanhas e os movimentos que se desenvolveram posteriormente a 1974 são também exemplos da conjugação de vontades políticas para a tentativa de resolução do problema do analfabetismo no nosso país. Durante o Estado Novo, o analfabetismo só foi objecto de atenção no pós-guerra, quando simultaneamente a vizinhança das nações democráticas e o surto de desenvolvimento, que iria conduzir às sociedades de consumo, passaram a impor uma mão-de-obra mais especializada. A campanha de alfabetização da década de 50, bem como a criação de cursos (pós-laborais), alguns com assinalável êxito, que responderam à necessidade de se formarem bons técnicos especializados, bons profissionais. Nenhum destes cursos permitia a entrada directa nas Universidades, apenas era possível, mediante preparação especial a entrada para os Institutos Comerciais ou Industriais. Em 1960, o Ministro da Educação, Leite Pinto, mostrava-se consciente da necessidade de formação para o desenvolvimento da sociedade portuguesa afirmando Cortesão (1982: 107), "é de facto impossível enveredar pela industrialização e pela mecanização agrícola

com operários que sabem apenas ler, escrever e contar...". Contudo, os anos 60 trazem consigo o agravar de contradições internas do regime, a desertificação das zonas rurais atraídas pela emigração e o endurecimento progressivo da guerra colonial que se constituem como os principais motivos de atenção do Estado, pelo que nesta altura não se olhou sequer para o analfabetismo. Assim chegamos à década de 70 (PNAEBA, 1979: 29) com metade da população adulta portuguesa não dispondo de habilitações conferidas pelo ensino primário, sendo que destes 28,2% eram iletrados. No conjunto da população portuguesa com mais de 14 anos, o número de mulheres analfabetas era quase o dobro do número de homens. A partir de 1970 dá-se a reestruturação dos Serviços Centrais do Ministério da Educação e a responsabilidade das pouco numerosas actividades de alfabetização, fundamentalmente os Cursos de Educação de Adultos que em 1997 transita da Direcção-Geral do Ensino Primário para a então criada Direcção-Geral de Educação Permanente. A partir de 1973 são criados os Cursos Supletivos do Ensino Primário para Adultos (CEPSA'S), criados pelo Decreto-Lei n.º 489/73, de 2 de Outubro, ministrados por professores primários ou regentes, em regime de acumulação. Estes cursos, tal como os seus antecedentes (os Cursos de Educação de Adultos e os Cursos Nocturnos), embora com melhorias de uns para os outros, no essencial continuaram, em maior ou menor grau, a reproduzir, no ensino de adultos, os programas, os métodos e as formas de avaliação do ensino regular de crianças. Tratava-se de dar resposta àqueles adultos desfavorecidos que tinham sido excluídos ou não tinham tido sucesso ou acesso ao sistema educativo enquanto crianças e jovens. Tratava-se exclusivamente da perspectiva de *ensino recorrente de segunda oportunidade* que permitia aos alunos algum tipo de mobilidade social ainda que marcada pelo estigma do ensino recorrente e servia os objectivos do Estado no sentido de criar mão-de-obra mais capaz de enfrentar a competitividade que a sociedade ia impondo. Os CEPSA'S conduziam primeiro à alfabetização e, num momento posterior, ao exame equivalente ao da antiga 4ª classe. Estes cursos podiam funcionar em escolas, empresas, instalações militares ou outros locais que se julgassem apropriados, designadamente Casas do Povo e Casas dos Pescadores. As taxas de aproveitamento escolar, durante os dois anos lectivos em que funcionaram estes cursos, foram muito baixas (26,3% de aprovações em 1973/74 e de

41,1% de aprovações 1974/75). Os acontecimentos políticos e as movimentações sociais de 1974 / 1975 conduziram à suspensão dos Cursos Supletivos do Ensino Primário para Adultos, embora estes nunca tenham sido legalmente extintos. Esta suspensão articula-se com uma mudança verificada na posição dos responsáveis relativamente à problemática da alfabetização e da Educação Básica de Adultos. Sem excluir a responsabilidade do Estado passa-se a considerar que aquelas são questões que devem envolver as próprias populações interessadas. Em Maio de 1975, um grupo de trabalho, ligado à Direcção-Geral de Educação Permanente, foi encarregado de elaborar o Plano Nacional de Alfabetização, mas este reduziu-se a um anteprojecto de Plano que nunca chegou a ser aprovado. A alfabetização era perspectivada como um dos pilares da mobilização popular necessária a uma autêntica revolução socialista. Pretendia-se em três anos reduzir a taxa de analfabetismo de 23% para 3%. O esquema organizativo subjacente a este Plano era extremamente centralizador, prevendo-se a utilização de brigadas de alfabetização por freguesia. No ano lectivo de 1975/76 tiveram lugar, por todo o país mini-campanhas de alfabetização asseguradas por estudantes pré-universitários do Serviço Cívico Estudantil e por Organizações Estudantis Universitárias. Paralelamente, foram organizadas várias acções de alfabetização promovidas por diversas instituições de âmbito local. Nesta altura e fruto deste conjunto de perspectivas acontece uma mudança de paradigma dado que o Adulto deixa de ser encarado como objecto de um tipo diferente de educação, mas como sujeito da sua aprendizagem com uma perspectiva de futuro e a possibilidade de se aproximar do ideal de ser humano realizado. A Portaria n.º 419/76, de 13 de Junho, determina que a avaliação final para obtenção do diploma equivalente ao do Ensino Primário, passe a incidir sobre o grau de desenvolvimento da capacidade de comunicação através de várias formas de linguagem e da capacidade de cálculo em função das necessidades quotidianas de cada um. Os programas passam a ser estabelecidos em conjunto com os alunos, tendo por base normas orientadoras de aprendizagem, entretanto elaboradas, e os conteúdos passam a estar registados em dossiês de trabalho individual e de grupo, podendo ser objectos de consideração no acto de avaliação final (esta situação mantém-se ainda neste momento). Todo este trabalho é tentativa de

sistematização das iniciativas para adultos veio a revelar-se fecundo, dele tendo beneficiado o próprio PNAEBA em 1979.

Em 1978 o grupo parlamentar do PCP apresentou na Assembleia da República (D.A.R., II Série, n.º 25 de 11/01/78) um projecto de lei sobre a eliminação do analfabetismo que veio a ser discutido e aprovado na generalidade em Maio do mesmo ano e, depois de analisado e reformulado na Comissão de Educação Ciência e Cultura da Assembleia da República, foi submetido a votação, na especialidade, – a Lei n.º 3/79, – em 15 de Novembro de 1978, tendo sido aprovada por unanimidade (D.A.R., I Série, n.º 9, de 15/11/78). Esta lei é publicada em Diário da República, I Série, n.º 8, de 10/01/79 e determina que o Estado assume a eliminação gradual e sistemática do analfabetismo e o progressivo acesso dos adultos que o desejem aos diferentes graus de escolaridade obrigatória, sem, contudo prejudicar o reconhecimento das iniciativas particulares existentes e que devem ser apoiadas. Nesta Lei, a alfabetização e a educação de base são encaradas na dupla perspectiva da valorização pessoal dos adultos e da sua progressiva participação na vida cultural, social e política. Por outro lado esta lei incumbe o Governo da elaboração de um Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos – PNAEBA – que define a actividade do Estado neste sector a qual se deve articular com políticas de animação sociocultural e de desenvolvimento à escala regional e local. A mesma Lei cria ainda o Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos – CNAEBA – junto da Assembleia da República. A composição diversificada e pluralista deste órgão deveria garantir a consciencialização nacional para o problema e obter a participação de vários sectores na elaboração e acompanhamento da execução do PNAEBA. Imediatamente após a aprovação da Lei, o Governo designa os seus representantes no Conselho Nacional de Alfabetização e Educação de Base dos Adultos e inclui no Orçamento para 1979 verbas destinadas aos trabalhos de elaboração do Plano e ao lançamento de algumas acções ainda nesse ano. O plano foi elaborado nos prazos previstos (seis meses), bem como o Relatório Síntese que constitui o Quadro de Referência Estratégico, Pedagógico e Institucional da Política de Educação de Adultos em Portugal, na década de 80. Assim, nos anos sessenta tinha surgido (na UNESCO) o conceito de Educação Permanente que sublinhava a capacidade e a necessidade de

qualquer adulto poder prolongar o seu itinerário educacional ao longo de toda a sua vida. No entanto, este conceito, numa fase inicial, apresentava apenas uma perspectiva temporal, ou seja apresentava a ideia do "aprender até morrer" quebrando-se a convicção de que havia uma idade exclusiva para a aprendizagem formal passando-se a "exigir ao sistema de ensino que permitisse, e facilitasse mesmo, a qualquer indivíduo e em qualquer momento compensar e superar as desvantagens sociais e económicas que tinham prejudicado no passado a sua preparação (qualificada socialmente) para a vida adulta." (Lima, 1988: 32). É nesta perspectiva que se incluem conceitos como os de *Alfabetização, Educação Básica de Adultos ou de Educação Recorrente*. Para viabilizar a execução do PNAEBA foram criadas, em substituição da Direcção-Geral da Educação Permanente, a Direcção-Geral da Educação de Adultos (Decreto-Lei nº. 534/79, de 31 de Dezembro) e as Coordenações Distritais, estas por se considerar urgente e prioritário o desenvolvimento de acções ao nível regional, através do destacamento de professores que assegurassem a descentralização das acções levadas a cabo. Criaram-se em 1979 as Coordenações Distritais do Porto e Coimbra a funcionarem com dois professores destacados (Coordenadores) e sete outros professores para apoiarem essa coordenação e executarem acções nos diversos concelhos. Em 1983 estavam já formadas 17 Coordenações Distritais. Apesar do PNAEBA se ter constituído como um instrumento de orientação de reconhecida qualidade e ter aberto perspectivas de descentralização e de participação no âmbito da Educação de Adultos, na verdade a sua implementação não teve as condições previstas pelo próprio Plano, tendo-se verificado constrangimentos de carácter político-administrativo e organizacionais impeditivos da realização de muitas das metas traçadas pelo PNAEBA. Assim, o PNAEBA que tinha sido concebido para uma década, em duas fases de duração igual, foi abandonado no fim da primeira fase. Por outro lado, nunca se verificou a priorização da Educação de Adultos ao nível político o que se traduziu em falta de apoio financeiro, à investigação e à formação, bem como na permanente instabilidade dos agentes de Educação de Adultos.

A Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo\_LBSE), vem introduzir uma reforma profunda em todo o sistema educativo, no entanto a Educação de Adultos aparece de forma dispersa e confinada a generalidades. No seu art. 4º apresenta

uma definição lata do sistema educativo, organizado à volta da educação pré-escolar, escolar e extra-escolar. Estabelecendo a referida lei, como metas a atingir, "a formação dos jovens e adultos que abandonaram prematuramente ou nunca tiveram acesso às oportunidades educativas, bem como, a elevação educativa de toda a população" e definindo claramente no seu art. 16º o conceito de *Educação Recorrente como uma "modalidade especial da educação escolar"*, assume-se a educação recorrente como educação de segunda oportunidade. Verificou-se a formalização e a escolarização deste sector do sistema, aspectos reforçados pela fragmentação e dispersão que vieram a ser agravados a partir de 1993 quando se extingue a Direcção Geral de Extensão Educativa (que tinha substituído a Direcção Geral de Apoio e Extensão Educativa, criada em 1987 em substituição da Direcção Geral da Educação de Adultos), tendo-se criado o Núcleo do Ensino Recorrente e Educação Extra-Escolar no Departamento do Ensino Básico. Segundo Lima (1998: 173), este aspecto era já previsto pela Comissão de Reforma do Sistema Educativo, ao afirmar-se que não havia "garantias de assegurar um subsistema de Educação de Adultos autónomo e simultaneamente integrado num sistema global, antes parece configurar o perigo de remeter a Educação de Adultos para um apêndice do sistema nacional de educação subordinando-o ao paradigma escolar". Uma outra consequência da LBSE, esta ao nível institucional, foi a criação das Direcções Regionais que integram, por sua vez, diversos Centros de Área Educativa (CAE). Estas estruturas passam, a partir de 1987, a ter importantes responsabilidades na execução de políticas educativas. Neste âmbito, o Grupo de Trabalho, constituído no âmbito da Comissão de Reforma do Sistema Educativo, que nos Documentos Preparatórios III, formulava um modelo de administração democrático, participativo e descentralizado para a Educação de Adultos, com uma forte componente regional e local e propunha a criação de uma comissão permanente e especializada para a Educação de Adultos no âmbito do Conselho Nacional de Educação; a elaboração e execução de um plano estratégico de desenvolvimento de recursos humanos a fim de estabelecer objectivos e coordenar acções; o desenvolvimento de instituições de educação à distância e a criação de um Instituto Nacional de Educação de Adultos que não se apresentaria como um órgão da administração central, mas antes como um centro autónomo e especializado. Contudo,

estas propostas, nomeadamente a da criação de um Instituto Nacional, não tiveram eco junto das entidades oficiais, tendo para isso contribuído, por um lado, o facto da Educação de Adultos não ter tradição nem defensores, capazes de evitar a sua perda de relevância, assumindo um carácter marginal no seio das preocupações e políticas educativas e, por outro, a verificação clara da centralidade do Estado neste sector em que parece que a opinião de especialistas e interesses sociais exteriores à administração central tem pouco peso nas decisões políticas. A LBSE, ao contrário do PNAEBA, foi considerada por alguns autores (Lima, Afonso e Estêvão, 1999: 32-33) como um retrocesso relativamente à Educação de Adultos, uma vez que esta é perspectivada à luz de uma concepção escolarizante ao considerar o Ensino Recorrente como uma modalidade especial da educação e a educação extra-escolar como um processo e complemento da educação escolar. Esta perspectiva, embora muito criticada, manteve-se na produção normativa posterior à LBSE, designadamente no Decreto-Lei n.º 74/91, que publica a Lei-Quadro da Educação de Adultos.



## 2. A Aprendizagem ao Longo da Vida/Processo RVCC

---

A partir da década de 90, surgiu uma concepção de Educação de Adultos sujeita à educação escolar, constituindo-se objectivamente como educação de segunda oportunidade, remediativa das dificuldades do ensino regular. No Programa Eleitoral do Partido Socialista a Educação de Adultos é inserida na prioridade que se pretende vir a dar à Educação em geral, afirmando-se que se "procederá à criação de um serviço de concepção, planeamento e coordenação da política de Educação de Adultos, que terá como uma das suas prioridades a de combinar uma matriz de correspondência entre os níveis de progressão na formação escolar e na formação profissional, definir e aplicar esquemas de certificação e valorização académica de competências e de conhecimentos adquiridos na prática profissional e ao longo da vida. Simultaneamente, em articulação estreita com o poder local, redefinir-se-ão as competências autárquicas no domínio da promoção das actividades da Educação de Adultos". (Partido Socialista, 1995, IV: 11)

Sendo estas as prioridades estabelecidas pelo Governo de maioria Socialista, constituído em 1995, não se estranha que o mesmo crie, através do Despacho n.º 10534/97, de 16 de Outubro, um grupo de trabalho incumbido de elaborar um documento de estratégia para o desenvolvimento da Educação de Adultos, onde deveria constar: a definição operacional deste sector; um balanço da situação actual em Portugal; propostas de concretização e expansão a curto e médio prazo e propostas do quadro de referência para um concurso nacional de projectos extra-escolares, com particular impacto na Educação de Adultos. Este documento, apresentado em Dezembro de 1997 e publicado pelo Ministério da Educação em Abril de 1998, com o título *Uma Aposta Educativa na Participação de Todos*, reconhece a urgência do desenvolvimento da Educação de Adultos face às grandes necessidades da sociedade e especifica algumas dimensões desta que a criação de um sistema autónomo deveria considerar, com recurso a instrumentos de intervenção específicos tanto técnicos como financeiros. No referido documento salientam-se os custos insuportáveis da ignorância para a economia do país, sobretudo numa altura de crise ao nível do emprego, da competitividade, da coesão socioeconómica interna e da cidadania activa. Ainda de acordo com o documento referido, o Estado nunca

teria, aliás, investido na Educação de Adultos como educação de primeira oportunidade. Assim, face às novas exigências da sociedade de conhecimento e à necessidade de renovação permanente dos conhecimentos e competências, o Estado tem um papel fundamental na Educação de Adultos, posição que deve ser identificada com a de conciliar iniciativas do Estado com iniciativas da sociedade civil. Na sequência da prioridade conferida à Educação durante o XIII Governo Constitucional, de maioria Socialista, criou-se por despacho ministerial um Grupo de Trabalho coordenado por Alberto Melo, ao qual já se fez referência, e que, depois de fazer um ponto de situação da Educação de Adultos em Portugal, configurou uma estrutura - A Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA) – mais tarde prevista na Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/98, de 25 de Junho, que anuncia o relançamento da Educação de Adultos em Portugal, visando, em simultâneo corrigir o atraso neste domínio e preparar o futuro, e incumbe um Grupo de Missão de preparar a referida Agência. Este grupo foi constituído no âmbito dos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade. O Grupo de Missão propõe que a ANEFA seja um instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e pedagógica, com competências nas áreas de promoção, financiamento, acompanhamento, avaliação, validação e certificação de competências e, ainda, de investigação e difusão de projectos e programas de educação e formação de adultos. Esta Agência estaria sujeita às superintendências dos Ministérios da Educação (que a tutela) e do Trabalho e Solidariedade (com competências no âmbito da formação profissional). Numa entrevista, publicada pela revista “S@ber +”, n.º 1 de Abril / Junho de 1999, a então Secretária de Estado da Educação e Inovação, Ana Benavente afirma que, na altura em que o Partido Socialista assumiu o Governo da Nação, a Educação de Adultos reduzia-se, por um lado, *ao ensino recorrente*, visto como ensino de segunda oportunidade, a funcionar fundamentalmente em escolas e, excepcionalmente, em associações ou empresas, destinado sobretudo a jovens que não completavam a escolaridade obrigatória (este era o público que mais procurava este ensino) e utilizando um modelo único de organização – as unidades capitalizáveis – onde se verificavam índices desastrosos de aprovação. Por outro lado, às actividades do extra – escolar, importantes, por serem realmente

frequentadas por adultos, sobretudo por mulheres; por romperem com o isolamento e por proporcionarem, em alguns casos, actividades de natureza associativa em torno do artesanato, das artes ou outras, mas residuais. Ainda segundo Ana Benavente, é este estado da situação que leva o Governo a encarar a Educação e Formação de Adultos como um desafio a vencer. Assim, surge o projecto que irá conduzir à criação da ANEFA que pretende ter um grande alcance no que respeita ao desenvolvimento, à democracia e à cidadania. A sua aplicabilidade visa, por um lado, a criação de uma estrutura independente, há muito defendida (antes com o nome de Instituto Nacional para a Educação de Adultos), que fosse especificamente destinada a tratar as questões da Educação de Adultos; por outro, visa a separação de públicos, sendo que para jovens até aos 18 anos a preocupação deverá incidir principalmente na escolarização, embora também na formação, proporcionada por centros de formação ou outros espaços. Para adultos com mais de 18 anos as ofertas deverão ser muito mais diversificadas e integradas articulando educação e formação, sendo que os formandos terão que ver creditadas as suas aprendizagens. O significa um avanço profissional tem que significar também um avanço em termos de educação, de formação geral da pessoa. Na perspectiva da educação ao longo da vida torna-se necessário creditar o que as pessoas vão aprendendo no trabalho, na vida social e na vida cívica; por isso a ANEFA pretende reconhecer e validar todos os saberes adquiridos por cada pessoa ao longo da sua vida, definindo previamente as competências necessárias a cada nível de ensino, possibilitando, assim, a cada um ver avaliados os seus conhecimentos de forma a poder retomar em qualquer momento o seu processo de educação/formação conforme o percurso que lhe seja mais conveniente. Por volta de 2000 a ANEFA, lançou os primeiros Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC). E como alicerce na construção deste novo processo, o Grupo de Missão encomendou um trabalho sobre Referenciais de Competências-Chave, porque se considerou que, para, um adulto, um edifício de educação de adultos não podia estar assente nas disciplinas de escola, mas fundamentalmente naquilo que o adulto necessita no seu quotidiano: no seu dia-a-dia de cidadão; de trabalhador; de produtor; de membro de uma família e membro de uma comunidade. Com o aparecimento do Decreto-Lei n.º 208/02, de 17 de Outubro,

vê-se aprovado a nova orgânica do Ministério da Educação, onde foram introduzidas alterações significativas no âmbito da política nacional relativa ao sistema educativo e, nomeadamente, no que concerne à educação e formação de adultos. Define, como um dos principais objectivos, a integração entre as políticas e os sistemas de educação e as políticas e os sistemas de formação ao longo da vida. Esta política integradora visa quer a qualificação inicial de jovens que não pretendem prosseguir estudos, para a sua adequada inserção na vida activa quer o desenvolvimento de aquisição de aprendizagens pelos adultos. A concepção integrada de educação e formação da responsabilidade do Ministério da Educação conduziu à criação da Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV), cuja acção transversal desenvolve mecanismos facilitadores da qualificação ao longo da vida, dos jovens e adultos, numa lógica de “*continuum*” de formação. Este novo organismo, por efeito do referido diploma, sucede à ANEFA, que é extinta, absorvendo as funções e competências que lhe eram cometidas no âmbito da educação e formação de adultos (Eurybase\_Portugal, 2006/07: 205). Assim, surge a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), dependente do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sucede à DGFV, e dinamiza uma oferta integrada de educação e formação destinada a públicos jovens e adultos, a ser desenvolvida no âmbito de uma rede nacional de entidades públicas e privadas, que deve combinar uma lógica de serviço público, com uma lógica de programa, assumindo o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), através da Rede de Centros de Formação (Gestão Directa e Participada), uma responsabilidade própria na execução de um conjunto de acções de educação formação de adultos, particularmente no que se refere à respectiva componente profissionalizante. De forma a reforçar as iniciativas já desenvolvidas no domínio das ofertas de educação e formação destinadas a adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional – estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 387/1999, de 28 de Setembro, pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, pelos Decretos-Lei n.º 401/91 e n.º 405/91, de 16 de Outubro, pelos Despachos Conjuntos n.º 1083/00, de 20 de Novembro e n.º 650/01, de 20 de Julho, bem como pelas Portarias n.º 1082-A/01, de 5 de Setembro, e n.º 286-A/02 concurso de acreditação de entidades em 2001, de 15 de Março dos Ministérios da Educação e da Segurança Social e do Trabalho – foram criados os Cursos de

Educação e Formação de Adultos (EFA) e lançado o Sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC).

Assim, apresentamos a *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português* no que concerne à Educação e Formação de Adultos:

#### **a) Sistema Nacional de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**

Valoriza as aprendizagens efectuadas em diferentes contextos e reconhece as competências adquiridas, ao longo da vida, proporcionando aos candidatos uma certificação escolar e/ou profissional. Decorre nos Centros Novas Oportunidades (CNO's) e não obedece ao calendário escolar, podendo ter início em qualquer momento. Este processo destina-se a pessoas inseridas na vida activa, empregados ou desempregados, com mais de 18 anos que, não dispondo de uma certificação escolar ou profissional, são detentores de saberes e competências evidenciáveis. (cf. Tabelas 1 e 2)

**Tabela 1:** Processo Escolar

PROCESSO ESCOLAR		
Habilitações de Acesso	Certificação	Prosseguimento de Estudos
Inferiores ao 4º, 6º, 9º ou 12º Ano de Escolaridade;	Nível Básico (4º, 6º ou 9º ano).	A certificação de Nível Básico possibilita o prosseguimento de estudos através de um dos Cursos de Nível Secundário de Educação.
Se o candidato tiver menos de 23 anos, terá de ter 3 anos de experiência profissional para poder frequentar um processo de nível secundário.	Nível Secundário (12º ano).	A certificação de Nível Secundário possibilita o prosseguimento de estudos através de um Curso de Especialização Tecnológica ou do Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de exames de acesso ao superior).

**Fonte:** Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.

**Tabela 2:** Processo Profissional

PROCESSO PROFISSIONAL		
Habilitações de Acesso	Certificação	Prosseguimento de Estudos
Experiência profissional na área de formação pretendida.	Nível 2 ou 3 de qualificação profissional. Certificação de Nível 2 pressupõe que o candidato seja detentor ou conclua nessa altura o 9º ano de escolaridade. A certificação de Nível 3 pressupõe que o candidato seja detentor ou conclua nessa altura o 12º ano de escolaridade.	A certificação de Nível Básico possibilita o prosseguimento de estudos através de um dos Cursos de Nível Secundário de Educação.  A certificação de Nível Secundário possibilita o prosseguimento de estudos através de um Curso de Especialização Tecnológica ou do Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de exames de acesso ao superior).

Fonte: Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.

## b) Cursos de Educação e Formação de Adultos

Conciliam uma formação de base (escolar) com uma componente tecnológica (profissional), o que confere uma dupla certificação (escolar e profissional). Nalgumas situações, o percurso frequentado pode conduzir a uma certificação apenas escolar ou profissional. Estes cursos são indicados para Adultos (maiores de 18 anos) que necessitam de completar o 4º, o 6º, o 9º ou 12º ano de escolaridade e não disponham de uma experiência profissional relevante. Podem ainda ser indicados para quem pretende uma reconversão profissional. (cf. Tabelas 3 e 4)

**Tabela 3:** EFA \_ Básico

BÁSICO				
Percursos de Formação	Habilitações de acesso	Duração	Certificação Escolar e Profissional	Prosseguimento de Estudos/Formação
<b>B1</b>	Inferior ao 1º Ciclo	790h	4º ano de escolaridade. Nível 1 de Formação Profissional.	Curso de Educação e Formação.
<b>B2</b>	1º Ciclo	840h	6º ano de escolaridade. Nível 1 de Formação Profissional.	Curso de Educação e Formação.
<b>B1 + 2</b>	Inferior ao 1º Ciclo	1240h	6º ano de escolaridade. Nível 1 de Formação Profissional.	Curso de Educação e Formação.
<b>B3</b>	2º Ciclo	1940h	9º ano de escolaridade e/ou Nível 2 de Formação Profissional.	Curso de Nível Secundário (cursos profissionais, curso de aprendizagem ou um curso de educação e formação).
<b>Percurso flexível a partir de um processo RVCC</b>	Inferior ao 1º Ciclo	1350h*	De 4º, 6º ou 9º ano e/ou de Nível 1 ou 2 de Formação Profissional, consoante o percurso efectuado.	Curso de Educação e Formação ou um Curso de Nível Secundário (cursos profissionais, cursos de aprendizagem, etc.).

\* Nos cursos EFA de uma só componente a duração é igual às horas dessa componente + horas do módulo "Aprender com Autonomia".

Fonte: Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.

**Tabela 4:** EFA \_ Secundário

SECUNDÁRIO				
Percursos de Formação	Habilitações de acesso	Duração	Certificação Escolar e Profissional	Prosseguimento de Estudos/Formação
<b>S3 _ Tipo A</b>	9º ano de escolaridade	2045h	12º ano de escolaridade e/ou Nível 3 de Formação Profissional.	Curso Especialização Tecnológica ou do Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de exames de acesso ao superior).
<b>S3 _ Tipo B</b>	10º ano de escolaridade	1680h	12º ano de escolaridade e/ou Nível 3 de Formação Profissional.	Curso Especialização Tecnológica ou do Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de exames de acesso ao superior).
<b>S3 _ Tipo C</b>	11º ano de escolaridade	1575h	12º ano de escolaridade e/ou Nível 3 de Formação Profissional.	Curso Especialização Tecnológica ou do Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de exames de acesso ao superior).
<b>Percorso flexível a partir do processo RVCC</b>	Inferior ou igual ao 9º ano de escolaridade	Nº de horas ajustado em resultado do processo de RVCC.	12º ano de escolaridade e/ou Nível 3 de Formação Profissional.	Curso Especialização Tecnológica ou do Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de exames de acesso ao superior).

**Fonte:** Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.

### c) Formações Modulares

Permitem concluir ou efectuar um percurso formativo integrado no Catálogo Nacional de Qualificações, de uma forma gradual e flexível, com a possibilidade de interrupção e retoma mais tarde, de acordo com a disponibilidade de cada candidato. Estas formações podem variar entre 25 e 600 horas, contribuindo para a obtenção de uma qualificação ou para completar processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. Destinam-se a candidatos com idade igual ou superior a 18 anos. Excepcionalmente, podem ser frequentados por menores de 18 anos, desde que comprovadamente inseridos no mercado de trabalho ou em centros educativos. (cf. Tabela 5)

**Tabela 5:** Formações Modulares

Destinatários	Duração	Certificação	Prosseguimento de Estudos/Formação
Com habilitações inferiores aos 4º, 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade ou sem qualificação profissional.	Entre 25 a 600 horas.	4º, 6º, 9º ou 12º ano de escolaridade. Qualificação Profissional de Nível 1, 2 e/ou 3.	Curso de Educação e Formação de Adultos, de um Curso de Nível Secundário, de Cursos de Especialização Tecnológica ou de Cursos do Ensino Superior, consoante o percurso concluído.

**Fonte:** Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.

#### d) Vias de Conclusão do Nível Secundário de Educação

Possibilitam a conclusão do nível secundário de educação aos candidatos que tenham até seis disciplinas em falta de um plano de estudos já extintos. A certificação é obtida mediante a realização de exames às disciplinas em falta, ou outras que as substituam, ou através da frequência de módulos de formação no âmbito dos referenciais integrados no Catálogo Nacional de Qualificações. Por cada disciplina em falta, o candidato terá de realizar um exame ou 50 horas de formação. (cf. Tabelas 6 e 7)

**Tabela 6:** Vias de Conclusão do Nível Secundário de Educação

Destinatários	Duração	Certificação	Prosseguimento de Estudos/Formação
Nível Secundário de Educação incompleto (até 6 disciplinas em falta de um plano de estudos já extinto).	50 horas de formação ou a realização de Exame por cada disciplina em falta.	12º ano de escolaridade ou 12º Ano de Escolaridade e Nível 3 de qualificação profissional (caso conclua um curso profissional).	Ensino Superior (acesso para maiores de 23 anos ou realização de Exames Nacionais).

**Fonte:** Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.

**Tabela 7:** Níveis de Qualificação

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO	
<b>NÍVEL 1</b>	<b>Certificação Escolar:</b> 2º Ciclo do Ensino Básico  <b>Qualificação Profissional:</b> A quantidade de conhecimentos técnicos e de capacidades práticas é muito limitada. Esta formação deve permitir, principalmente, a execução de um trabalho relativamente simples, podendo a sua aquisição ser bastante rápida.
<b>NÍVEL 2</b>	<b>Certificação Escolar:</b> 3º Ciclo do Ensino Básico  <b>Qualificação Profissional:</b> Corresponde a uma qualificação completa para o exercício de uma actividade bem determinada, com a capacidade de utilizar os instrumentos e técnica com ela relacionados. Esta actividade respeita principalmente a um trabalho de execução, com autonomia técnica limitada aos conhecimentos da área de formação.
<b>NÍVEL 3</b>	<b>Certificação Escolar:</b> Ensino Secundário  <b>Qualificação Profissional:</b> Implica mais conhecimentos técnicos do que de Nível 2. Esta actividade diz respeito principalmente a um trabalho técnico que pode ser executado de uma forma autónoma, incluindo responsabilidades de enquadramento e de coordenação.
<b>NÍVEL 4</b>	<b>Qualificação Profissional:</b> Inclui conhecimentos e capacidades que pertencem ao nível superior. Não exige, em geral, o domínio dos fundamentos científicos das diferentes áreas em causa. Estas capacidades e conhecimentos permitem assumir, de forma geralmente autónoma, responsabilidades de concepção, de direcção ou de gestão.

**Nota:** Os Níveis identificados serão alterados, a partir de 1 de Outubro de 2010, de acordo com a Portaria nº 782/2009, de 23 de Outubro, que define o Quadro Nacional de Qualificações.

**Fonte:** Boletim dos Professores nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: EME.



Considerando o quadro das qualificações existente em Portugal, que continua a apresentar défices de qualificações escolares e profissionais, importa reconhecer todas as aprendizagens realizadas pelos trabalhadores em contextos não formais ou informais, independentemente da sua situação face ao mercado de emprego. Assim, o Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências assume uma nova dimensão ao permitir percursos formativos personalizados a que os Sistemas de Educação/Formação procuram responder, através de uma construção curricular flexível e de dispositivos que valorizam o desenvolvimento pessoal, social e profissional dos cidadãos. Nesta medida, e numa perspectiva de Educação/Formação de Adultos e da Formação Contínua de Activos, o governo e os parceiros sociais acordaram sobre a criação de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (CRVCC), recentemente denominados “Centros Novas Oportunidades”. O desenvolvimento desta rede, para todo o território nacional, tem como objectivo a certificação de um determinado Nível de Educação (Básico ou Secundário), baseado num Referencial de Competências-Chave para a Educação e Formação de Adultos, segundo grandes áreas de competências. Assim, os pilares estruturantes e orientações a cumprir por cada Centro Novas Oportunidades, independentemente do seu enquadramento institucional e da sua contextualização local, têm presentes os Princípios Orientadores dos CNOs (cf. Anexo I.1), retratados na Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades, Agência Nacional para a Qualificação, IP \_ 2007. Neste âmbito, e de acordo com a Carta de Qualidade, a actividade de cada Centro é organizada num conjunto de dimensões/etapas de intervenção que têm reflexo em níveis de serviço a assegurar, tais como:

#### **A. Acolhimento dos Adultos**

O acolhimento consiste no atendimento e inscrição dos adultos no Centro Novas Oportunidades, bem como no esclarecimento sobre a missão deste, as diferentes fases do processo de trabalho a realizar, a possibilidade de encaminhamento para ofertas educativas e formativas ou para processo de RVCC e a calendarização previsível para o efeito. Deve ser dada informação aos adultos sobre o Centro Novas Oportunidades e as ofertas de qualificação existentes no território, através da entrega de materiais de

divulgação, como folhetos, brochuras, etc. O Adulto preenche uma ficha de inscrição, devendo os dados ser imediatamente registados no SIGO. Mediante as perguntas que lhe são colocadas, o adulto fornece informações adicionais que podem ser relevantes para o trabalho de preparação do profissional de Reconhecimento e Validação de Competências (Profissional de RVC) que intervirá na etapa seguinte. O acolhimento culmina com a marcação de data para o próximo contacto com o profissional de RVC, que dará início à fase de diagnóstico e encaminhamento. É neste momento formalizada a inscrição no Centro Novas Oportunidades e deve ser entregue a cada adulto um Cartão de Inscrito, segundo modelo a disponibilizar pela ANQ. Independentemente de poder ser individual ou organizar-se em sessões de pequenos grupos, o atendimento de cada adulto deve ser sempre personalizado, tendo em consideração as suas características, experiência, motivações e expectativas. Sempre que possível, deve ser disponibilizada ao adulto documentação relativa ao Centro Novas Oportunidades e à natureza das intervenções que nele têm lugar, bem como às ofertas de educação e formação da rede territorial em que o Centro se insere.

#### **B. Diagnóstico/Triagem**

O diagnóstico permite desenvolver e aprofundar a análise do perfil do adulto, com base nos elementos anteriormente recolhidos e que são completados, nesta etapa, com as informações obtidas através da realização de uma entrevista individual ou colectiva (em pequeno grupo), a cargo do profissional de RVC. Prevê-se que, no mínimo, se realizem, por adulto, duas sessões de diagnóstico/triagem. Sendo uma etapa prévia ao encaminhamento, o diagnóstico permite clarificar as necessidades, interesses e expectativas do adulto, informação essa que é de grande relevância para a definição da(s) melhor(es) “soluções”, no conjunto das ofertas de qualificação disponíveis no Centro e a nível local/regional. Para assegurar a consequência desta etapa de diagnóstico/triagem deve minimizar-se o tempo que medeia entre esta e o encaminhamento do adulto para uma resposta de qualificação. O período de tempo entre estas duas etapas não deve exceder um mês. O encaminhamento do adulto para uma resposta de qualificação interna ou exterior ao Centro Novas Oportunidades pode resultar num processo de RVCC ou noutras ofertas educativas/formativas.

### **C. Encaminhamento dos Adultos**

O encaminhamento direcciona o adulto para a resposta formativa ou educativa que seja mais adequada, em função do perfil identificado na etapa de diagnóstico e das ofertas de qualificação disponíveis a nível local/regional. As várias hipóteses de encaminhamento são discutidas com o adulto e a escolha que daí advém resulta de um processo de negociação entre as duas partes – adulto e equipa técnico-pedagógica do Centro Novas Oportunidades. Têm de ser realizadas pelo menos duas sessões com estes objectivos – uma para apresentação das possibilidades de qualificação e outra para decisão negociada. Este é um trabalho de equipa, articulado entre o coordenador do Centro Novas Oportunidades e o profissional de RVC, com apoio administrativo, se necessário. O Adulto pode ser encaminhado para um processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, ou para um percurso de formação alternativo. Podem também ser consideradas como possibilidades para o encaminhamento o prosseguimento de estudos de nível superior.

Um percurso de formação alternativo ao processo de RVCC é sempre exterior ao Centro Novas Oportunidades, tendo em conta a oferta territorialmente implementada e os critérios de acesso a cada uma delas. São exemplo destas ofertas: os Cursos Profissionais, os Cursos Tecnológicos, os Cursos de Educação e Formação, os Cursos Científico-Humanísticos, os Cursos do Ensino Secundário Recorrente, os Cursos de Educação e Formação de Adultos, etc. São também exemplo de percursos alternativos a conclusão do ensino secundário por via das possibilidades legislativas construídas no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades, com o objectivo da dupla certificação (escolar e profissional). Nestes casos, o encaminhamento é feito mediante a definição de um Plano Pessoal de Qualificação (PPQ), a disponibilizar no SIGO, no qual se indica qual o percurso formativo e/ou quais as Unidades de Competência que devem ser adquiridas por essa via. O PPQ pressupõe sempre uma articulação com a entidade organizadora da resposta de formação escolhida. Esta articulação é efectuada pelo coordenador do Centro Novas Oportunidades e/ou por um administrativo, através de contacto pessoal e/ou telefónico, via fax ou *e-mail*. Para além da rapidez na resposta encontrada, a qualidade do encaminhamento é também determinada pela adequação do percurso formativo e do

PPQ definido, às características, necessidades e expectativas de cada adulto. A efectivação do encaminhamento de cada adulto, através da confirmação da sua inscrição na entidade/percurso que consta do PPQ, deve ser monitorizada pelo Centro Novas Oportunidades.

#### **D. Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências**

Um processo de RVCC é sempre desenvolvido num Centro Novas Oportunidades e baseia-se num conjunto de pressupostos metodológicos [i.e. Balanço de Competências, Abordagem (Auto)biográfica] que permitem a evidenciação de competências previamente adquiridas pelos adultos ao longo da vida, em contextos formais, informais e não-formais, e no qual se desenvolve a construção de um Portefólio Reflexivo de Aprendizagens (PRA) orientado segundo um Referencial de Competências-Chave (RCC). Estes processos organizam-se em três eixos estruturantes: reconhecimento, validação e certificação. Sempre que detectadas lacunas em termos de competências evidenciadas pelos adultos face ao Referencial do nível de certificação para que se candidataram, serão desenvolvidas acções de formação complementar (no máximo 50 horas por adulto em processo RVCC), baseadas nas Áreas de Competências-Chave dos respectivos Referenciais.

##### **D1. Reconhecimento de Competências**

Na etapa de reconhecimento, o Adulto identifica as competências adquiridas ao longo da vida através do recurso à metodologia de balanço de competências.

Esta etapa inicia-se com a apresentação:

- do processo de RVC (introdução aos conceitos utilizados em RVC, explicação do que é a metodologia de balanço de competências, definição dos patamares de chegada para a certificação, clarificação da distinção entre o RVC e percursos de escolarização/formação);
- dos intervenientes;
- das metodologias de trabalho possíveis;
- da duração previsível do processo;
- e do trabalho que se espera que o Adulto desenvolva de forma autónoma.

Esta informação de enquadramento deve ser transmitida de forma clara, favorecendo a transparência do processo para o adulto. A seguir a esta apresentação pode dar-se início à descodificação do Referencial de Competências-Chave (NB ou NS)/Referencial do RVCC Profissional. Este trabalho é desenvolvido pelos profissionais de RVC e pelos formadores que, para o efeito, organizam sessões de trabalho individuais, em pequenos grupos e/ou em grupos alargados de adultos. De seguida, os profissionais de RVC iniciam as sessões de balanço de competências com os adultos, de forma individual, ou em pequenos grupos. As sessões baseiam-se na mobilização de um conjunto de instrumentos, que devem ser adaptados, caso a caso, em função das experiências significativas e dos interesses específicos de cada Adulto. Toda a actividade desenvolvida vai resultando na construção/reconstrução do Portefólio Reflexivo de Aprendizagens do Adulto de forma mais ou menos apoiada pela equipa técnico-pedagógica, consoante a autonomia que cada um destes revele. A equipa técnico-pedagógica deve assegurar que o PRA de cada adulto obedece a um mesmo padrão de exigência relativamente à tipologia de comprovativos aí constantes, sem deixar, contudo, de espelhar a especificidade que resulta do percurso e da experiência individual de cada Adulto.

Os conteúdos do PRA devem ser um reflexo directo das competências que o Adulto detém e, se necessário, incluir registos da equipa técnico-pedagógica que explicitam a forma como determinados comprovativos aí incluídos permitem evidenciar as competências constantes nos Referenciais. À medida que o PRA se vai consolidando, a equipa técnico-pedagógica, juntamente com o Adulto, vai estabelecendo correlações entre esse instrumento/produto e o Referencial de Competências-Chave/Referencial do RVCC Profissional. No âmbito do reconhecimento de competências, pode ainda haver lugar ao desenvolvimento de formações complementares, no Centro Novas Oportunidades, cuja duração não ultrapasse as 50 horas/Adulto. A evolução do processo de reconhecimento e, em particular, as conclusões que a equipa vai tirando relativamente às competências que podem ou não ser validadas, devem ser comunicadas ao Adulto, à medida que as sessões forem decorrendo, em momentos específicos para o efeito ou no decorrer do balanço de competências.

## **D2. Validação de Competências**

A etapa de validação de competências centra-se na realização de uma sessão, na qual o Adulto e a equipa pedagógica analisam e avaliam o PRA, face ao Referencial de Competências-Chave/Referencial do RVCC Profissional, identificando as competências a validar e a evidenciar/desenvolver, através da continuação do processo de RVCC ou de formação a realizar em entidade formadora certificada. Tratando-se de um processo de RVCC Profissional, o trabalho de análise e avaliação do PRA é feito em conjunto pela equipa técnico-pedagógica do Centro Novas Oportunidades e pelo avaliador. Se desta sessão resultar o encaminhamento para uma entidade formadora, deverá a equipa do Centro Novas Oportunidades validar as competências que foram comprovadamente evidenciadas num Júri de Certificação, com a presença de um avaliador externo, tal como previsto no Ponto D3, registando-as na Caderneta Individual de Competências, emitindo um Certificado de Validação de Competências e definindo o Plano Pessoal de Qualificação (PPQ) do Adulto com a indicação do seu encaminhamento para um percurso de qualificação (formação contínua, Curso EFA, formação no posto de trabalho, auto formação, ...). No caso específico dos Centros Novas Oportunidades que não têm capacidade de homologação, o processo de emissão de certificados de validação de competências obriga ao estabelecimento de protocolos com entidades que possuem competência certificadora. Nestas situações, o Director/Coordenador do Centro Novas Oportunidades é responsável pelo envio dos documentos de cada adulto para a entidade que homologará o respectivo certificado. O Centro Novas Oportunidades deve garantir a conformidade dos documentos que envia à entidade com competência certificadora, pois desse facto depende a maior celeridade no processo de certificação.

## **D3. Certificação de Competências**

Esta etapa corresponde ao final do processo de RVCC, quando estão reunidas as condições necessárias à obtenção de uma habilitação escolar ou de uma qualificação. A certificação de competências realiza-se perante um Júri de Certificação nomeado pelo Director do Centro e constituído pelo profissional de RVC, pelos formadores e pelos avaliadores externos ao processo de RVCC de cada adulto e ao Centro Novas Oportunidades. O trabalho preparatório da sessão de certificação inclui a análise e a

avaliação do PRA por parte da equipa técnico-pedagógica e do avaliador externo. A validação e a certificação de competências obedecem aos seguintes princípios:

- há uma distinção clara entre o papel da equipa técnico-pedagógica do Centro Novas Oportunidades e o do avaliador externo, competindo a este último a aferição e afirmação social do processo RVC desenvolvido, no âmbito da avaliação/validação das competências do Adulto;
- a preparação da sessão de certificação implica que haja um trabalho conjunto, por parte da equipa do Centro Novas Oportunidades e do avaliador, de análise e avaliação do PRA de cada adulto proposto a júri;
- os resultados de avaliação decorrentes da sessão de certificação são apresentados e explicados ao Adulto pelo júri.

A certificação de competências consiste na confirmação oficial e formal das competências validadas através do processo de RVCC. No caso específico dos Centros Novas Oportunidades que não têm capacidade para homologação, o processo de emissão de certificados obriga ao mesmo procedimento definido na etapa de Validação de competências. Deve ser afixado no Centro, em local visível, o nome da entidade com quem estabeleceram protocolo para a certificação.

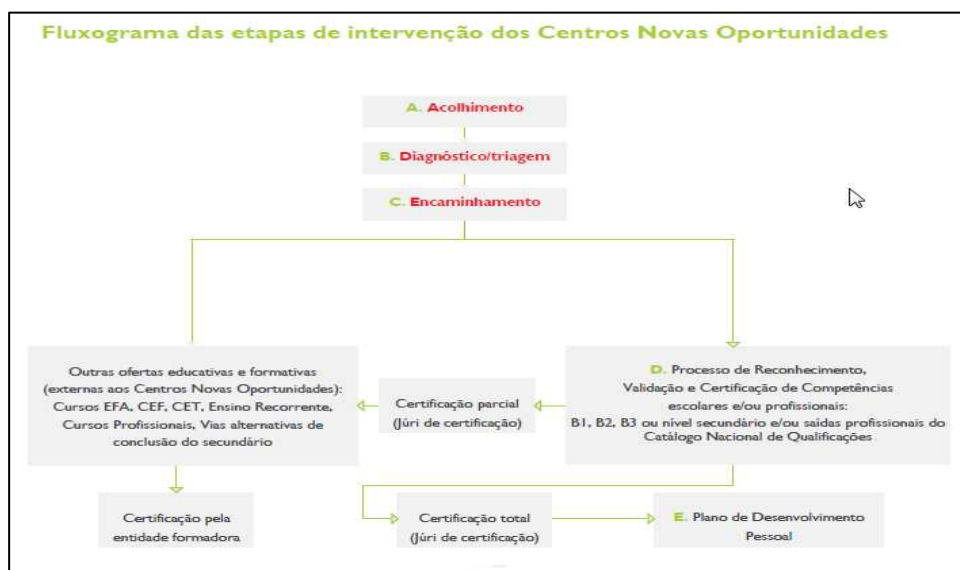
#### **E. Acompanhamento ao Plano de Desenvolvimento Pessoal**

Esta etapa consiste na definição de um Plano de Desenvolvimento Pessoal para cada Adulto certificado pelo Centro Novas Oportunidades, tendo em vista a continuação do seu percurso de qualificação/aprendizagem ao longo da vida após o processo de RVCC. Este Plano, articulado entre a equipa pedagógica e o Adulto em sessões individuais, toma forma na definição do projecto pessoal e profissional do adulto, com a identificação de possibilidades de prosseguimento das aprendizagens, de apoio ao desenvolvimento de iniciativas de criação de auto emprego e/ou de apoio à progressão/reconversão profissional. Nalguns casos, a definição do Plano de Desenvolvimento Pessoal e das condições para a sua concretização pode implicar contactos com entidades formadoras, empregadoras ou de apoio ao empreendedorismo. Assim, o sistema de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências adquiridas, (que deverá constituir a “porta de entrada” para a Formação de Adultos), e a oferta de formação profissionalizante dirigida

a adultos pouco escolarizados. O reconhecimento das competências adquiridas ao longo da vida, em contextos diferenciados de aprendizagem, permite estruturar percursos de formação complementares ajustados a cada indivíduo, induzindo ainda o reconhecimento individual da capacidade de aprender, o que constitui o principal mote para a adopção de posturas pró-activas face à procura de novas qualificações.

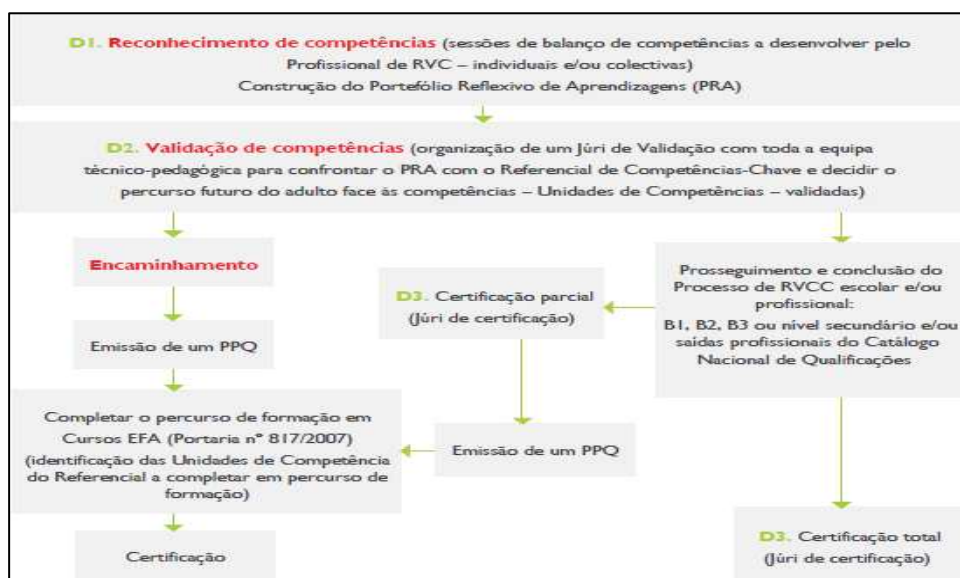
Assim, resumidamente, apresentamos os Fluxogramas: as Etapas de Intervenção dos CNOs e os Eixos Estruturantes de um PRVCC:

**Quadro 1:** Fluxograma das Etapas de Intervenção CNOs.



Fonte: Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades, ANQ, IP (2007: 20)

**Quadro 2:** Fluxograma dos Eixos Estruturantes de um PRVCC.



Fonte: Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades, ANQ, IP (2007: 21)



## **CAPITULO II \_ Metodologia de Investiga  o**

---

## 1. Metodologia

---

Neste capítulo pretendemos descrever os procedimentos da investigação empírica, cujo objectivo principal, recai em descer ao terreno, para termos uma percepção real/concreta de como os fenómenos acontecem, para podermos compreender e explicar o propósito do nosso projecto de investigação.

Assim, começemos por clarificar os conceitos de *metodologia*, *método* e *técnicas de investigação*, de forma a termos uma percepção da sua utilidade. Nesta sequência, e de forma concordante com Goode e Hatt (cf. Pardal e Correia, 1995: 13). Um conceito não é um fenómeno, mas sim uma abstracção, uma construção lógica que “adquire o seu significado dentro do esquema de pensamento no qual é colocado”.

Neste âmbito, os conceitos segundo Pardal e Correia (1995: 10), surgem muitas vezes recheados de ambiguidade e confusão, “ (...) frequentemente, também se identifica método com metodologia e cada um destes, com técnicas de investigação”. Comummente a vários autores, a *metodologia* tem como objectivo ajudar a entender, nos termos mais amplos possíveis, o processo de investigação em si mesmo. Desta afirmação, também corroboram os autores, Pardal e Correia (1995: 10), ao dizer que “a *metodologia* aparece não apenas associada à ciência que estuda os métodos científicos, como as técnicas de investigação e, até mesmo, a uma certa aproximação de epistemologia”. Relativamente ao *método*, este entende-se como sendo “um conjunto de operações, situadas a diferentes níveis, que têm em vista a consecução de objectivos determinados. Corresponde a um corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a selecção e a articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica” (Pardal e Correia, 1995: 10). Trata-se, portanto de um conjunto de procedimentos que permitem ao investigador seleccionar as técnicas mais adequadas, controlar a sua utilização e analisar os resultados obtidos em função dos objectivos previamente traçados. No que concerne às *técnicas de investigação*, elas são variadas e consistem nos processos operativos que permitem a recolha dos dados e o tratamento da informação, não se confundindo com o *método*. As *técnicas*, segundo Pardal e Correia (1995: 10), “nunca configuram um corpo orientador de

investigação nem um plano de trabalho sobre a mesma, mas somente um instrumento para a realização daquele”.

### 1.1. O Método: Estudo de Caso

Segundo Pardal e Correia (1995: 16), configurando-se o método, subjacente a uma investigação particular, como uma formalização do percurso intencional ajustado ao objecto de estudo e concebido como meio de direccionar a investigação para o seu objectivo, possibilitando a progressão do conhecimento acerca desse mesmo objectivo, o investigador tem ao seu dispor um referencial de métodos a que pode recorrer a investigação de um problema. Em concordância com Martins (2006: xi), “trata-se de uma investigação empírica que pesquisa fenómenos dentro de seu contexto real, onde o pesquisador não tem controlo sobre os eventos e variáveis, buscando apreender a totalidade de uma situação e, criticamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto”. Assim, neste projecto, optámos por um *Estudo de Caso*, pois este método “analisa, de modo intensivo, situações particulares, sob condições limitadas, possibilitando generalizações empíricas” (Pardal e Correia, 1995: 17). Em geral, segundo Yin (2001: 19), os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões tipo “como” e “por que”, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenómenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

Neste âmbito, podemos dizer que se trata de uma investigação com características peculiares, pois incide intencionalmente sobre uma situação específica que se presume ser única, procurando descobrir o fundamental e específico, compreendendo na globalidade um determinado fenómeno ao qual o investigador atribui importância. Sendo o seu objectivo geral: explorar, descrever, explicar, avaliar e/ou transformar. Assim, a modalidade de investigação em que o *Estudo de Caso* se enquadra, segundo diversos autores, devido a possuir um forte cariz descritivo é nas pesquisas qualitativas, “pois o seu objectivo é o estudo de uma unidade social que se analisa profunda e intensamente” (Martins, 2006: xi). No entanto, segundo Pardal e Correia (1995: 18-19), a observação

atenta da vida social indica, com certeza, a existência de regularidades no fenómeno social, estando fora de dúvida ser possível encontrar naquele indicador que as exprimem e que, portanto, são passíveis de mensuração, com recurso à estatística (pesquisas quantitativas). É com base nessa linha de pensamento que se desenvolve a moderna sociologia. Mas tal facto, por melhor que seja a construção no plano estatístico, não oferece, em si, garantia da veracidade absoluta das conclusões a que se possa chegar, nem subtrair valor algum ao ponto de vista “qualitativo”. Neste seguimento, diversos autores defendem que os dois tipos de pesquisa, qualitativo e quantitativo, quando utilizados em conjunto enriquecem a pesquisa. Assim, os autores, Sampieri, Collado e Lúcio (1996: 18), definem pesquisa qualitativa, como uma investigação que dá a profundidade dos dados, a dispersão, a riqueza interpretativa, a contextualização do ambiente, os detalhes e as experiências únicas. As pesquisas quantitativas são definidas pela possibilidade de generalizar os resultados de maneira mais ampla, concedendo-nos um controle sobre os fenómenos e um ponto de vista de contagem e magnitude em relação a eles. Por isso, estes autores defendem a mistura das duas pesquisas, possibilitando o desenvolvimento do conhecimento, a construção de teorias e a resolução de problemas. Sendo ambos empíricos, uma vez que recolhem dados do fenómenos que estudam. Tanto um como outro requer seriedade, profissionalismo e dedicação.

Pretendemos, enquanto investigador, assumir, por um lado, a nossa implicação na situação de estudo, dado que concordamos com Barbier (1985: 107) que, a propósito da implicação do investigador, afirma "quer queira, ou não, o investigador está implicado ao nível psico-afectivo, histórico-existencial e estrutural-profissional e a sua investigação começa pelo reconhecimento dessa implicação"; e, por outro, manter a distanciação necessária de forma a evitar alguns riscos de enviesamento da investigação.

## **1.2. Pergunta de partida e Objectivos**

Segundo um dos apontamentos de Quivy e Campenhoudt (1995: 32), não é inútil assinalar que os autores mais conceituados não hesitam em enunciar os seus projectos de investigação sob a forma de perguntas simples e claras, ainda que, na realidade, essas

perguntas tenham subjacente uma sólida reflexão teórica. Neste sentido, a pergunta de partida, segundo os mesmos autores (1995: 34), constitui normalmente um primeiro meio para pôr em prática uma das dimensões essenciais do processo científico: a ruptura com os preconceitos e as noções prévias. Com base nestes pressupostos definimos a nossa pergunta de partida/problema, que consiste em conhecer as razões que estiveram na origem da opção pelo processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, aquando do regresso à escola. Neste âmbito definimos os seguintes objectivos, tendo em atenção que os adultos que procuram o processo RVCC possuem baixos níveis de escolaridade e pretendem com este tipo de opção de conclusão dos estudos:

1. Voltar à escola e ver reconhecidas as competências adquiridas ao longo da vida e aumentar as suas qualificações que não foram possíveis adquirir no passado dado terem abandonado a escola por razões económicas, socioculturais e ou por não terem considerado a escola importante/necessária;
2. Responder aos desafios e imprevistos que a vida quotidiana coloca e que lhes permita melhorar a sua situação económica e social no sentido da entrada no mercado de trabalho e ou na melhoria da posição para os já empregados bem como permitir a continuação de estudos académicos e ou profissionais;
3. Adquirir autonomia que lhe permita deixar de ser dependente dos outros, estar ocupado, arranjar novos amigos, elevar a auto-estima e o reconhecimento social no meio em que vivem;
4. Por último, pretende-se ainda saber a razão da escolha do RVCC relativamente à possibilidade de outras ofertas educativas e formativas.

### **1.3. As Técnicas de Recolha de Informação**

As técnicas de investigação, segundo Pardal e Correia (1995: 48), “são um instrumento de trabalho que viabiliza a realização de uma pesquisa, um modo de se conseguir a efectivação do conjunto de operações em que consiste o método, com vista à verificação

empírica”. Elas são variadas e consistem nos processos operativos que permitem a recolha dos dados e o tratamento da informação, não se confundindo com o *método*. Técnicas e método apresentam-se, segundo Mesquita Lima, citado por Santos (2002: 144), como “dois momentos concomitantes da organização metodológica”, referindo-se as técnicas aos processos práticos e o método às unidades teóricas. Neste contexto, tentamos ter acesso uma variedade de informações, recolhidas em momentos diferentes, em situações variadas e através de diversos informantes, possibilitando fazer cruzamento da informação, descobrir novos dados e afastar suposições ou teorias implícitas do investigador. Assim, recorreremos fundamentalmente a três técnicas de recolha de dados: a análise documental, entrevista semi-estruturada a informadores privilegiados (duas Técnicas - Profissionais do processo RVCC e uma Formadora da Área de Tecnologias de Informação e Comunicação) e o inquérito por questionário, aplicado aos Adultos em processo RVCC (entre 17 de Novembro e 2 de Dezembro de 2010), no CNO de Albergaria-a-Velha. Assim, temos:

### **1.3.1. Análise Documental**

Segundo Pardal e Correia (1995: 74), a análise documental é uma técnica de recolha de informação necessária em qualquer investigação, o recurso a documentos é uma tarefa difícil e complexa que exige do investigador paciência e disciplina. O investigador, face à natureza do trabalho que desenvolve, tem à sua disposição, embora, por vezes, menos do que desejaria, diversos tipos de documentos: fontes históricas, arquivos oficiais e privados, documentos pessoais, estudos, imprensa, etc. Assim, no desenvolvimento do projecto, foram analisados: o Plano Estratégico de Intervenção do CNO de Albergaria-a-Velha; o Projecto Educativo de Escola; o Regulamento Interno e o Plano Anual de Actividades da Escola sede – Escola Secundária de Albergaria-a-Velha.

### 1.3.2. Entrevista Semi-estruturada

Segundo Quivy e Campenhoudt (1995: 193), a entrevista é uma estratégia de recolha de um conjunto de dados, que pode dar ao investigador a possibilidade de tirar da mesma elementos e esclarecimentos muito valiosos e de realce.

Quanto à estruturação, existem basicamente dois tipos de entrevista – a entrevista estruturada e a entrevista não estruturada. Entre estes dois extremos, aparece-nos uma variante – compromisso entre a directividade e a não-directividade -, conhecida por entrevista semi-estruturada, certamente de grande utilização em investigação social. Assim, a entrevista estruturada, define-se por ser uma entrevista que obedece a um grande rigor na colocação de perguntas ao entrevistado. É uma entrevista estandardizada, a todos os níveis: no modo de formulação de perguntas, na sequência destas e na utilização de vocabulário. Entrevistador e entrevistado são, deste modo, condicionados pelo rigor da técnica: ambos têm uma liberdade actuação muito limitada, o primeiro submetendo-se, de forma estrita, ao guião da entrevista, o segundo, devendo responder exclusivamente ao que lhe é perguntado. Na entrevista não estruturada, permite maior liberdade de actuação. Dir-se-ia tratar-se de uma conversa livre entre entrevistador e entrevistado, em que o primeiro, de qualquer maneira, não pode sugerir respostas ao interlocutor. Por fim, a entrevista semi-estruturada, caracteriza-se por ser nem inteiramente livre e aberta – comunicação, entrevistador e entrevistado, com carácter informal - nem orientada por um leque inflexível de perguntas estabelecidas à priori. Naturalmente, o entrevistador possui um referencial de perguntas - guia, suficientemente abertas, que serão lançadas à medida do desenrolar da conversa, não necessariamente pela ordem estabelecida pelo guião, mas, antes, à medida da oportunidade. A intervenção do entrevistador tem como finalidade encaminhar a comunicação para os objectivos da entrevista (Pardal e Correia, 1995: 65).

Assim, neste projecto optamos pela entrevista semi-estruturada (cf. Anexo II.2), devido ao nosso objecto de estudo e da população-alvo. Esta foi efectuada a duas Técnicas -

Profissionais de RVC e uma formadora de Tecnologias de Informação e Comunicação. As entrevistas foram efectuadas numa sala do CNO de Albergaria-a-Velha, acordando-se com cada uma a garantia do anonimato e a manutenção da confidencialidade das informações prestadas. Estas duraram entre 10 a 20 minutos, optando por ter uma postura de descontração e interrompendo sempre que se achou necessário, para aferirmos determinada conclusão.

### **1.3.3. Inquérito por Questionário**

O Questionário é um instrumento de recolha de informação, preenchido pelo informante (Pardal e Correia, 1995: 51). Este apresenta vantagens e desvantagens na sua utilização. As vantagens estão relacionadas com a rapidez de recolha de informação, a garantia de anonimato que facilita a autenticidade das respostas, assim como a escolha pelo inquirido da hora mais adequada ao seu preenchimento. Os inconvenientes relacionam-se com o facto de ser difícil saber se as respostas dos inquiridos estão realmente relacionadas com o que sentem ou se respondem de acordo com o que julgam ser as nossas expectativas. Assim, o instrumento escolhido para a consecução deste projecto foi o inquérito por questionário. (cf. Anexo II.1) Anteriormente ao questionário foi realizado um pré-teste distribuído no dia 10 de Novembro de 2010, a sujeitos com características idênticas à nossa amostra, a fim de aferir a validade e clareza das questões e o conteúdo das mesmas. As questões efectuadas tiveram o intuito de dar resposta aos objectivos referidos no ponto 1.2 deste Capítulo. O inquérito por questionário tem 16 questões, sendo as primeiras sete consideradas como variáveis de caracterização da amostra. A oitava questão está relacionada com as razões de abandono escolar. As questões 9, 10, 11, 12 estão relacionadas com razões do regresso à escola. As questões 13 e 14 estão relacionadas com razões da escolha do processo RVCC. As questões 15 e 16, são de pergunta aberta, o porquê da escolha do processo RVCC e não outro tipo de formação e três pontos positivos/negativos sobre o processo RVCC.



Os autores, Pardal e Correia (1995: 68) referem que o instrumento concebido para medir o grau das atitudes e das opiniões de um sujeito a respeito de um fenómeno determinado, as escalas de atitudes e opiniões, visam a captação de informação, permitindo ao sujeito diversas opções entre uma série graduada que lhe é proposta. Neste âmbito, neste questionário, usamos a escala de Lickert, uma vez que esta pretende, através do recurso a questões que oferecem um amplo leque de respostas, evitar a rigidez e as limitações das alternativas “concordo-discordo”, diversas vezes oferecidas. (Pardal e Correia, 1995: 71). Assim, perante as questões apresentadas, com seis possibilidades de resposta, os inquiridos indicam sua atitude ou opinião. As respostas apresentam para cada afirmação uma classificação de 5 (mais favorável ao que se pretende medir) a 1 (menos favorável), deixando uma coluna designada por SR, sem resposta ou não se aplica.

Os questionários foram entregues a uma Técnica - Profissional do processo RVCC, que de imediato solicitou aos vários Formadores das diversas Áreas a sua aplicação pelos vários grupos, quer de Nível Básico quer de Nível Secundário em processo RVCC e com a indicação de recolha após o seu preenchimento. Estes foram entregues no dia 17 Novembro de 2010 e recolhidos a 2 de Dezembro do mesmo ano.

## 2. Caracterização do Contexto em que se desenvolve o estudo

### 2.1. Caracterização histórica e geográfica



**Figura 1:**  
Concelhos do Distrito de Aveiro

**Fonte:**

[http://blogdealbergaria.blogspot.com/2007\\_08\\_01\\_archive.html](http://blogdealbergaria.blogspot.com/2007_08_01_archive.html)

A população que faz parte deste estudo é constituída pelos adultos em processo RVCC do Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária com 3º Ciclo de Albergaria-a-Velha. Este Centro situa-se no concelho de Albergaria-a-Velha do distrito de Aveiro e encontra-se limitado: a norte, pelos municípios de Estarreja e Oliveira de Azeméis; a leste, por Sever do



**Figura 2:** Freguesias do Concelho Albergaria-a-Velha

**Fonte:**

[http://blogdealbergaria.blogspot.com/2007\\_08\\_01\\_archive.html](http://blogdealbergaria.blogspot.com/2007_08_01_archive.html)

Vouga; a este, por Águeda; a sudoeste, por Aveiro e a noroeste, através de um canal da Ria de Aveiro,

pela Murtosa. O rio Vouga contorna parte do Sudoeste e Este do

Concelho e o seu afluente Caima atravessa as freguesias de Ribeira de Fráguas e Vale Maior. O Concelho encontra-se situado no cruzamento dos eixos viários mais importantes do país – IP1/AE1 (Lisboa/Porto), A 25 (Aveiro/Vilar Formoso) e IC2. Este Concelho, criado em 1835, por desmembramento de Aveiro, possui uma área total de 155,98 km<sup>2</sup> distribuída por oito freguesias: Albergaria-a-Velha, Alquerubim, Angeja, Branca, Frossos, Ribeira de Fráguas, S. João de Loure e Vale Maior.

A população residente no concelho totalizava, em 2001, data do último Censo Nacional, 24638 habitantes, verificando-se um acréscimo populacional relativamente a 1991 de 12%. Em relação às freguesias da área de influência do Agrupamento verifica-se que a de Albergaria-a-Velha apresenta o valor mais elevado de densidade populacional (270,44 hab. /km<sup>2</sup>) sendo, no entanto, de realçar o acréscimo de 80% na freguesia de Angeja. Vale Maior registou um crescimento reduzido. Albergaria-a-Velha tem a particularidade de ser servida por infra-estruturas rodoviárias que a atravessam, constituindo um ponto

estratégico de paragem para os transportes europeus, nacionais e intra-concelhios (as Freguesias são servidas, sobretudo, pela Rede de Transportes Escolares, ficando alguns lugares com este serviço reduzido durante o período de férias escolares). Contudo, verifica-se no Agrupamento que os alunos provenientes de Angeja, Fontão, Sobreiro e S. Marcos são apenas servidos por transportes regulares.

A situação estratégica mobiliza diariamente muitas pessoas, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento urbano e populacional do concelho.

Em 2001, a população residente no concelho de Albergaria-a-Velha encontrava-se empregada na sua maioria (53%) no sector secundário, verificando-se no entanto uma descida entre 1991 e 2001. Por outro lado, neste período, o peso do sector terciário aumentou, de 35% para 43%, enquanto o sector primário diminuiu, de 8% para 4%. A distribuição das actividades no território é causa e consequência do modelo urbano existente. O sector terciário concentra-se em duas zonas: 1) na sede do concelho (freguesia de Albergaria-a-Velha) onde o comércio tradicional e as pequenas superfícies se destacam; 2) na EN1 entre as freguesias de Albergaria-a-Velha e Branca onde se situam várias unidades comerciais de grandes dimensões. O sector secundário tem representatividade na indústria transformadora com 74%, onde assume especial importância a fabricação de produtos metálicos, indústrias básicas de metais não ferrosos, indústria têxtil e indústria de madeira, sendo que 75% das mesmas têm menos de 20 trabalhadores. A indústria transformadora do Município concentra-se essencialmente nas freguesias de Albergaria-a-Velha e Branca, que fixam cerca de 90% dos postos de trabalho. O Município de Albergaria-a-Velha beneficia de uma posição geo-estratégica, sendo privilegiado com a criação de uma forte e bem estruturada Zona Industrial, na qual assenta, principalmente, o seu desenvolvimento. As actividades do sector secundário mais exercidas no Município são a fundição, as confecções, a metalomecânica, o fabrico de vários equipamentos, a transformação de madeiras, o fabrico de papel, o fabrico e restauro de mobiliário, a produção cerâmica, entre outras. A nível social, desportivo e cultural, o concelho é servido por inúmeras e diversificadas instituições e associações.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> Fonte: Projecto Educativo do Agrupamento de Escolas de Albergaria-a-Velha \_ 2010/2013.

Tendo em atenção os indicadores de Qualidade Educativa referenciado no Projecto Educativo do Agrupamento (2010/2013: 21-23), de plano de combate ao insucesso e abandono escolares, surgiu o Centro Novas Oportunidades da Escola Secundária de Albergaria-a-Velha, que iniciou a sua actividade em Junho de 2008 com duzentas pessoas inscritas.

## 2.2. Caracterização do CNO \_ AEAA



**Figura 3:** CNO\_AEAA

**Fonte:**

<http://pt-pt.facebook.com/people/Cno-Albergaria/100001923278404>

A actividade do Centro dirige-se a Adultos sem qualificação ou com uma qualificação desajustada ou insuficiente face às necessidades dos indivíduos e do mercado de trabalho, assegurando o encaminhamento dos mesmos para a resposta mais adequada e, quando se justifique, procedendo ao desenvolvimento de processos de Reconhecimento, Validação e Certificação das aprendizagens obtidas por via da experiência adquirida e de formações não certificadas, que podem ser completadas através de acções de formação de duração variável, em função das necessidades diagnosticadas.

Actualmente<sup>3</sup>, o Centro conta com cerca de 1600 candidatos, cerca de 70% destes adultos encontra-se em processo de RVCC, os restantes 30% dividem-se pelas diferentes ofertas formativas externas que a Escola ou outras entidades têm vindo a desenvolver.

Umas das vertentes deste CNO são as itinerâncias, em que são celebrados protocolos com várias entidades, permitindo que as profissionais e os formadores possam dirigir-se às diferentes freguesias ou empresas do concelho para que os Adultos possam fazer a sua formação/reconhecimento de competências sem terem de se deslocar, que se justificam pelo afastamento e isolamento de algumas zonas/locais do Concelho, a que acrescem algumas dificuldades de deslocação e acesso daquelas populações às instalações do CNO.

---

<sup>3</sup> **Fonte:** Site consultado 15.12.2010: <http://cnoalbergaria.blogspot.com/2010/12/novas-oportunidades-em-albergaria-velha.html>

A proximidade de algumas zonas limítrofes de Conselhos vizinhos (Oliveira de Azeméis e Águeda). Presentemente decorrem duas itinerâncias, uma na Branca, com a possibilidade de repetição, e outra em Soutelo. Ao longo da existência do Centro realizaram-se ainda itinerâncias em Valmaior, em Ribeira de Fráguas, além da freguesia de implantação – Albergaria-a-Velha. Num futuro próximo, este Centro pretende promover itinerâncias nas restantes freguesias: Angeja, Frossos, S. João de Loure e Alquerubim. Além das itinerâncias, o CNO estabeleceu protocolos de cooperação com várias empresas da zona industrial de Albergaria, com Juntas de Freguesia e agrupamentos de escolas, dentro e fora do concelho. O objectivo destas acções é aumentar a formação/qualificação escolar e profissional dos portugueses, em concreto, os munícipes de Albergaria. Actualmente, estão abertos cerca de 12 grupos entre o Nível Básico e Secundário e, pela primeira vez, foi ultrapassada a fasquia dos 1500 candidatos a certificação, número que muito honra o referido Centro. É com o intuito de dar uma resposta a quem procura o Centro, que se vai trabalhando dia após dia, tendo sempre em mente, cada vez mais, que a aprendizagem se vai fazendo ao longo da vida.

Nestas circunstâncias, este centro tem desenvolvido diversas actividades, de âmbito estratégico e operacional, com vista ao cumprimento de diferentes Itens, designadamente, os que constam do Plano Estratégico de Intervenção<sup>4</sup>.

#### Objectivos:

- Contribuir para a elevação dos níveis e formação da população adulta, facilitando o seu acesso a novos planos de educação/formação e melhoria de empregabilidade;
- Elevar o nível de qualificação da população Adulta;
- Reconhecer os conhecimentos, as experiências e as competências adquiridas pelos adultos ao longo da vida;
- Validar as competências de acordo com os referenciais;
- Desenvolver competências que favoreçam a integração/reintegração de adultos no mercado de trabalho;

---

<sup>4</sup> Fonte: <http://sigo.gepe.min-edu.pt/areareservada/faces/planoEstrategicoIntervencao/>

- Identificar soluções formativas adequadas às necessidades de formação dos utentes, particularmente nas TIC;
- Estabelecer parcerias com vista a facilitar o processo de recrutamento de candidatos ao Reconhecimento e Validação de Competências;
- Construir com os Adultos um projecto (de vida), centrado nas aprendizagens ao longo da vida que valorize o auto-conhecimento e a realização pessoal;
- Prestar um atendimento individualizado que respeite e valorize a experiência, as características e os interesses de cada Adulto, a par do desenvolvimento de dinâmicas de grupo;
- Fomentar a auto-formação;
- Certificar as competências adquiridas ao longo da vida por trabalhadores com baixas qualificações, por desempregados e/ou por trabalhadores em risco de desemprego.

*O modelo de organização e gestão:*

- Constituir uma Equipa Técnica-Pedagógica estável e com formação adequada;
- Realizar reuniões periódicas de trabalho para partilha de informações e responsabilidades;
- Desenvolver canais facilitadores da comunicação interna, com recurso às Tecnologias de Informação e Comunicação;
- Afectar instalações e espaços de trabalho adequados às diferentes/dimensões de intervenção;
- Adequar o horário às características do público-alvo, afixando-o em espaço visível;
- Orientar a actividade do Centro para resultados, dando respostas, em tempo útil de certificação do público;
- Implementar uma cultura de rigor, exigência e eficiência no desenvolvimento de todos os processos de certificação;
- Desenvolver práticas de autonomia e de responsabilização do Centro.

#### Articulação com a Rede e de Entidades de Educação e Formação da Região:

No sentido de aprofundar o papel e a contribuição das Redes e parcerias para o reforço de intervenção do CNO, estabelece a seguinte Rede de parcerias:

- A nível Empresarial: NJL, AST, ALBERPLÁS e COMPETIR;
- A nível Institucional: Aveiro Digital, Cediara, Sta Eulália, Juntas de Freguesias do Concelho, Entidades Locais e Regionais, responsáveis pela realização de Cursos EFA e Profissionais, Imprensa, Escolas do 2º e 3º Ciclos do Concelho.

#### Plano de Auto-Avaliação:

Na Avaliação Interna intervêm todos os elementos do CNO, os Adultos implicados no processo, assim como a equipa de auto-avaliação da Escola. O modelo de Avaliação a implementar assentará num modelo de auto-avaliação baseado na análise documental, na observação directa, no levantamento estatístico (Inquérito por questionário com o objectivo de aferir o grau de satisfação) e na auscultação de opiniões dos diferentes intervenientes. Durante as reuniões de trabalho entre os elementos da equipa serão recolhidos dados relativos aos processos, os quais servirão de base à reflexão e aferição das práticas, implementado um plano de melhorias caso este seja necessário.

#### Plano de Formação da Equipa:

Formação sugerida e ministrada pela ANQ e sessões de trabalho alusivas ao processo de RVCC, promovidas em parcerias com outros Centros, incrementando a partilha e troca de experiências e Incentivar a auto-formação da equipa.

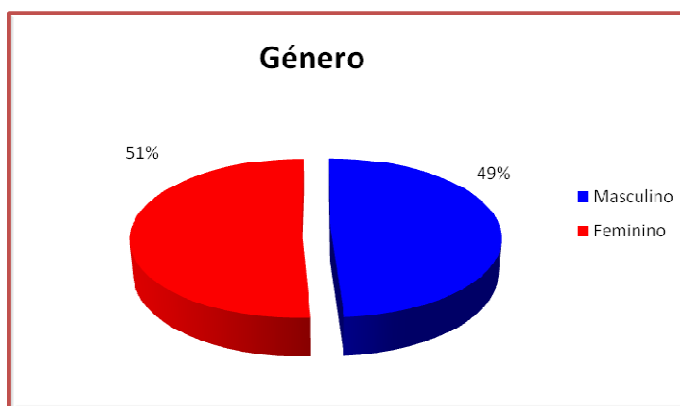
A equipa Técnica-Pedagógica do Centro é constituída, à data deste projecto: um Director; uma Coordenadora; uma Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento; quatro Profissionais de RVC; nove Formadores das várias Áreas e dois Administrativos.

### 2.3. Caracterização dos sujeitos que constituem o caso em estudo

A população que constitui este caso, são adultos em processo RVCC, do CNO de Albergaria-a-Velha. Este estudo foi efectuado com base nos resultados do inquérito por questionário, passado entre 17 de Novembro e 2 de Dezembro de 2010. (cf. Anexo II.1)

Assim, a nossa amostra é constituída por 65 adultos, os quais se considera serem minimamente representativos da globalidade dos adultos que frequentam o processo de RVCC deste Centro. Neste contexto, podemos ver pelo gráfico 1, que a seguir se apresenta que a amostra é constituída por 49% Adultos do sexo Masculino e 51% Adultos do sexo Feminino. (cf. Anexo II.3 \_ Tabela 8)

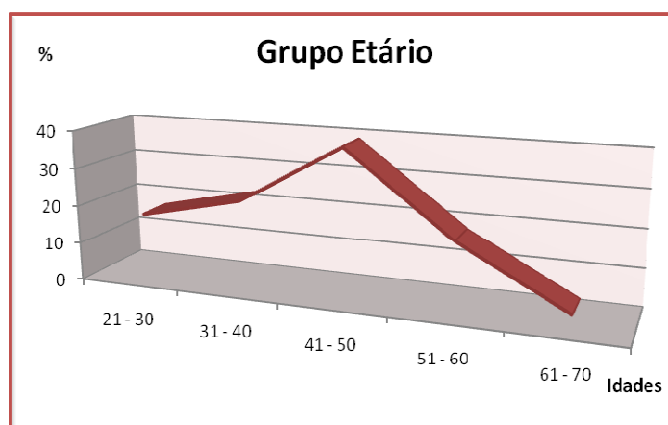
**Gráfico 1:** Distribuição dos Adultos pelo Género



A média das idades ronda os 42 anos de idade, verificando-se que o valor mínimo de idades é de 22 anos e o valor máximo de idades é de 69 anos. (cf. Anexo II.3 \_ Tabela 9)

Neste âmbito, fomos averiguar em que faixa se situa a nossa amostra. Assim, apresenta-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 2:** Distribuição dos Adultos pelo Grupo Etário

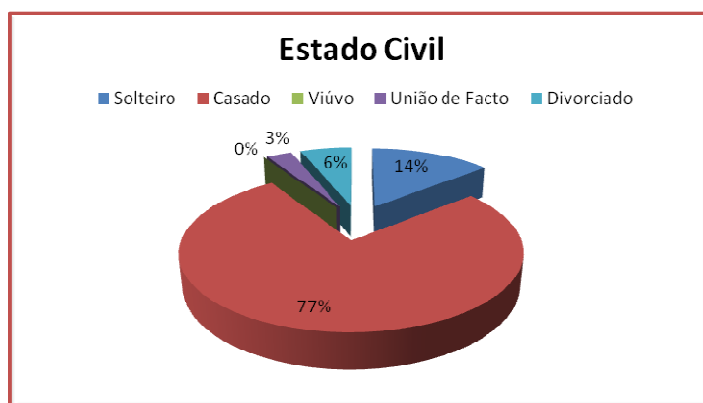




Esta amostra distribui-se por várias faixas etárias, revelando-se muito heterogénea. No entanto, a faixa de maior registo significativo, situa-se entre os 41 e os 50 anos, com 39% dos inquiridos, seguido da faixa etária entre os 31 e os 40 anos, com 23% dos inquiridos. Não muito longe desta faixa etária estão os dados apontados no relatório da EU sobre a educação, no domínio da Educação de Adultos, que aponta no quinto valor de referência no domínio da educação e da formação para atingir até 2020, uma média de 15% dos Adultos (grupo etário 25 - 64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida (a quota actual é de 9,3%). Atingir esta meta significa 15 milhões de adultos no ensino e formação<sup>5</sup>.

Neste âmbito, interessou-nos analisar o Estado Civil dos inquiridos. Assim, pela análise do gráfico 3, podemos ver pela distribuição dos Adultos pelo Estado Civil, aquela que apresenta mais registo é a de Casado com 77% dos inquiridos, que supera em larga escala a percentagem de Solteiros.

**Gráfico 3:** Distribuição dos Adultos pelo Estado Civil



No que concerne às Habilitações Literárias de partida com que os adultos se inscreveram para realizarem o processo RVCC, para a conclusão, quer de Nível Básico quer de Nível Secundário, podemos ver pela tabela que a seguir se apresenta:

<sup>5</sup> Fonte: [http://www.profblog.org/2011/04/resumo-do-relatorio-europeu-sobre.html?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+Profavaliacao+%28ProfAvaliao%3A7%C3%A3o%29](http://www.profblog.org/2011/04/resumo-do-relatorio-europeu-sobre.html?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Profavaliacao+%28ProfAvaliao%3A7%C3%A3o%29)

**Tabela 10:** Caracterização da amostra \_ Sexo/Habilitações Literárias

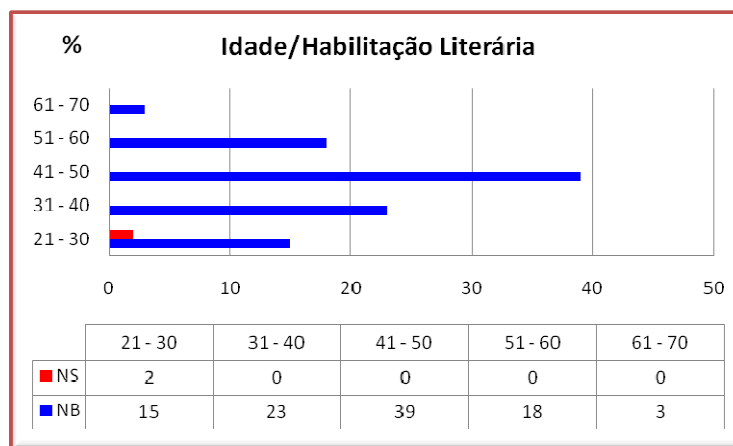
Inquiridos	NB					NS				Totais
	Realizar o Processo RVCC_NB					Realizar o Processo RVCC_NS				
	4º	5º	6º	7º	8º	9º	10º	11º	12º (inc.)	
Sexo	12%	2%	18%	2%	0%	15%	0%	0%	0%	49%
Masculino	(8)	(1)	(12)	(1)	(0)	(10)	(0)	(0)	(0)	
Sexo	5%	0%	12%	2%	3%	27%	2%	0%	0%	51%
Feminino	(3)	(0)	(8)	(1)	(2)	(18)	(1)	(0)	(0)	
Totais	17%	2%	30%	4%	3%	42%	2%	0%	0%	
	56%					44%				

Analisando a tabela apresentada, verificamos que existe uma percentagem muito superior de Adultos que pretendem realizar o processo RVCC\_NB que o processo RVCC\_NS. Neste âmbito, também podemos ver que a nível de conclusão do RVCC\_NB, existe uma maior percentagem de Adultos com o 6ºano de escolaridade (30%), enquanto para a conclusão de RVCC\_NS, a grande maioria possui o 9ºano de escolaridade (42%), verificando-se que não existem Adultos que possuem o 11º ano e 12º ano (incompleto) de escolaridade. Face a esta problemática, Imaginário (2001a: 28), refere que, “70% de activos [têm] uma escolaridade formalmente igual ou inferior à actual escolaridade obrigatória (o 9º ano de escolaridade ou 3º ciclo do ensino básico) ”.

No que concerne à distribuição dos Adultos, por sexo, em função das habilitações literárias, verificamos que são os elementos do sexo feminino quem possui habilitações literárias mais elevadas, ou seja, RVCC\_NB, como se pode constatar, quer no 8º ano de escolaridade, com 3%, quer no 9º ano de escolaridade, com 27%. O sexo masculino apresenta uma maior incidência de habilitações no 6º ano de escolaridade, com 18%. Relativamente ao processo RVCC\_NS, o sexo feminino apresenta habilitações mais elevadas no 10º ano de escolaridade, com 2% dos inquiridos. Por fim, é possível indagar, dentro do universo deste Centro que os adultos interromperam o seu percurso escolar e que regressaram para concluírem as habilitações desejadas de acordo com os diversos factores inerentes à sua vida pessoal.

Neste sentido, vejamos agora a distribuição dos Adultos, segundo as idades em função das habilitações literárias que possuem.

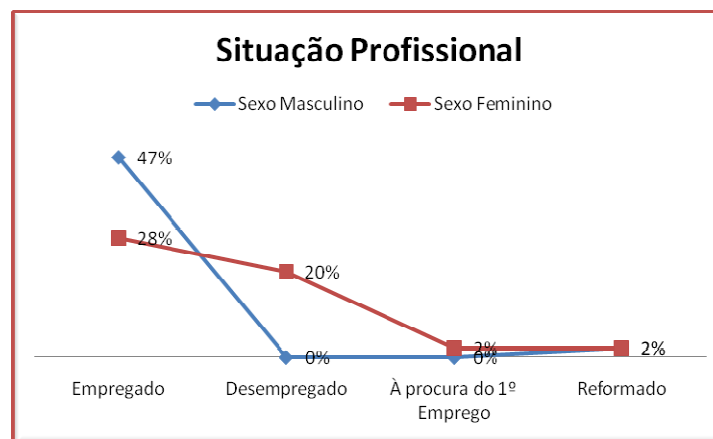
**Gráfico 4:** Distribuição dos Adultos, segundo as Idades/Habilitações Literárias



Pela análise do gráfico 4, os inquiridos que possuem um grau de habilitação literária superior, situam-se na faixa dos 21 aos 30 anos, com 2% dos inquiridos. Dos que possuem habilitações literárias de Nível Básico, a faixa de maior incidência reflecte-se nos Adultos dos 41 aos 50 anos de idade, com 39% dos inquiridos, seguindo-se a faixa dos Adultos dos 31 aos 40 anos de idade, com 23% dos inquiridos. Perante este facto, pressupomos, que devido à situação actual que se encontra a população portuguesa e às exigências para manterem os seus empregos os Adultos são forçado a regressar aos bancos de escola, independentemente da idade que possuem. Neste contexto, Amorim citando Costa (1998: 58), refere “situações de exclusão social ou, pelo menos, de risco de exclusão [,] em que o vínculo com o sistema social designado por “mercado de trabalho” se encontra quebrado ou é frágil”.

Neste contexto, quando questionados sobre a situação em que se encontram face ao emprego até ao momento, obtivemos os seguintes resultados que se podem ver, no gráfico 5, que a seguir se apresenta:

**Gráfico 5:** Distribuição dos adultos, segundo a sua Situação Profissional/Sexo



Assim, dos 75% dos inquiridos que se encontram Empregados, 47% são do sexo masculino e 28% são do sexo feminino; dos 20% dos inquiridos que se encontram Desempregados, 0% são do sexo masculino e 20% são do sexo feminino; dos inquiridos que registaram À Procura do 1º Emprego, com 2%, sendo 0% do sexo masculino e 2% do sexo feminino; por fim, dos inquiridos que se encontram em situação de Reforma, registou-se 2% para ambos os sexos. (cf. Anexo II.3\_ Tabela 11)

Ainda neste item, podemos aferir destes dados, face ao estudo feito e bibliografia consultada, que são os elementos do sexo feminino que apresentam uma maior dificuldade em encontrar um emprego e por consequência, são as que sentem mais vontade em dar um rumo às suas vidas, de forma a também contribuírem no orçamento familiar ou a sua emancipação.

Segundo Costa (1998: 57), “estar desempregado não é só estar privado da fonte normal de rendimento. Também é perder um dos vínculos mais importantes de ligação à sociedade, à rede de relações interpessoais que o emprego proporciona e, ainda, ao sentimento, que do mesmo advém, de participar na vida económica do país.”

Neste sentido, pressupomos que o regresso à escola é fundamentado, por um lado, em manter o posto de trabalho, por outro lado, arranjar trabalho, e para tal, ter que investir nos estudos para ocupar o lugar de acordo com as qualificações exigidas.

Neste contexto, apresentamos as várias profissões exercidas pelos respondentes, pois trata-se de em nosso ver, ser um dos motivos bastante influenciador do regresso dos Adultos à escola, no sentido de dar continuidade à mesma profissão ou assegurá-la ou

ainda melhorar o seu posicionamento profissional ou do fim de uma situação de desemprego.

Assim, apresentamos a tabela 12, com a variedade de profissões dos nossos sujeitos:

**Tabela 12:** Caracterização da amostra \_ Profissão

Designação da Profissão	Número	Percentagem (%)
Pessoal Administrativo	12	18
Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores	9	14
Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura, da Pesca e da Florestas	1	2
Trabalhadores Qualificados da Indústria, Construção e Artífices	7	11
Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	2	3
Trabalhadores não Qualificados	15	23
Outros (Desempregados, À Procura do 1º Emprego e Reformados)	19	29
<b>Totais</b>	<b>65</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Designações das profissões de acordo com a Classificação Portuguesa das Profissões \_ INE. [Em linha]. Lisboa: [Consultado 03 de Abril 2011].  
Disponível em WWW: <URL:[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2)>

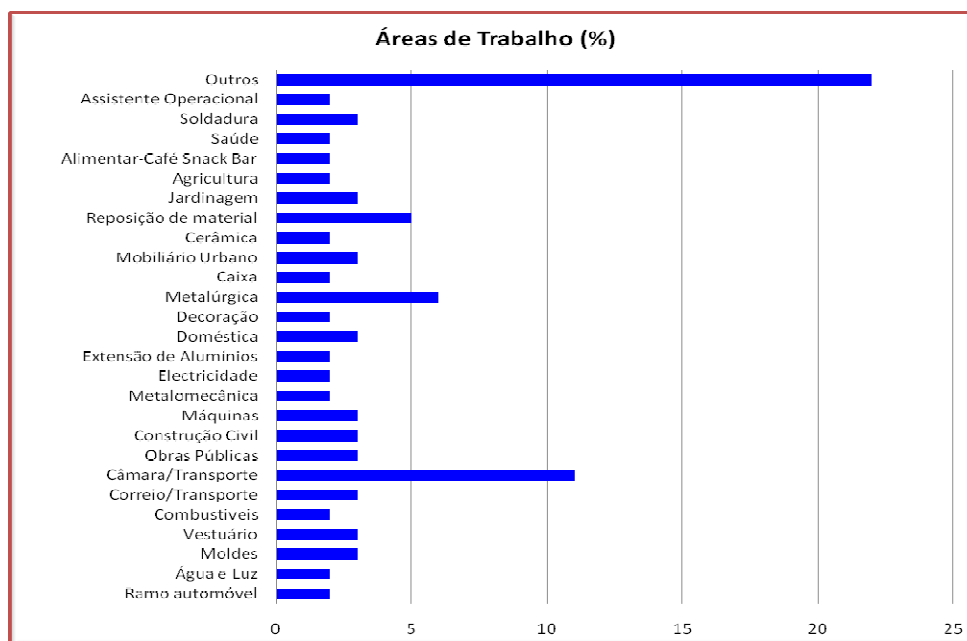
Os resultados apresentados na tabela anterior apontam para 29% dos inquiridos com a designação de Outros que contemplam os Adultos que se encontram em situação de Desempregados, à Procura do 1º Emprego e Reformados. Do ponto da posição dos sujeitos face ao Emprego, de destacar pela expressão significativa, a actividade de Trabalhadores não Qualificados com 23% dos inquiridos, seguido de Pessoal Administrativo, com 18% dos inquiridos e Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores, com 14% dos inquiridos.

Neste contexto, indagámos junto dos nossos respondentes, relativamente à profissão, qual a Área de Trabalho.

Neste sentido, agrupou-se os registos no gráfico 6, que a seguir se apresenta:

(cf. Anexo II.3 \_ Tabela 13)

**Gráfico 6:** Distribuição dos Adultos, segundo as Áreas de trabalho

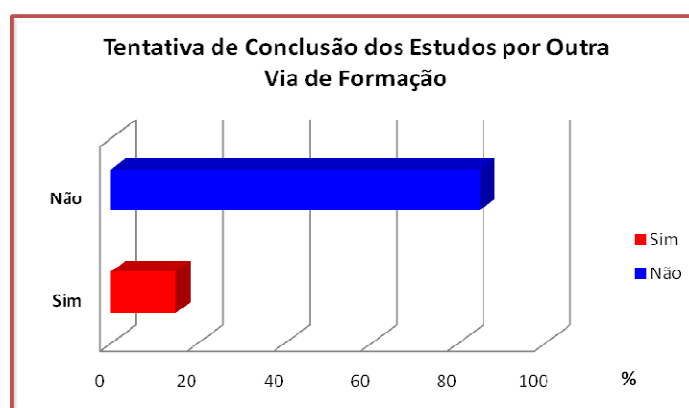


Após a análise do gráfico 6, verificamos que a Área de Trabalho com maior registo percentual é a de Trabalhadores da Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha, a nível de transporte, com 11% dos inquiridos, seguido da área de Metalúrgica, com 6% dos inquiridos, e trabalhadores que fazem a Reposição de Material em Hiper-mercados e Super-mercados, com 5% dos inquiridos.

Neste encadeamento, fomos ainda, averiguar quais dos inquiridos já tentaram concluir o Ensino Básico ou Secundário, por outra via de formação.

Assim, vejamos o gráfico que a seguir se apresenta:

**Gráfico 7:** Distribuição dos Adultos, segundo a tentativa de conclusão dos Estudos por Outra Via de Formação



Os resultados obtidos revelam que a percentagem de Adultos que tentaram concluir os estudos tanto de NB como NS, por outra via de formação é muito reduzida, isto é, 15% dos inquiridos.

Assim, em conformidade com os dados (do gráfico anterior), indagamos que a opção pelo processo RVCC, se deve ao facto dos Adultos pretenderem realizar as habilitações necessárias em menos tempo possível, face às novas exigências feitas às empresas a nível das qualificações dos seus funcionários.

## 2.4. Caracterização dos Informadores Privilegiados/Entrevistados

Neste item, construímos o Quadro 3, com o intuito de dar a conhecer melhor os nossos informadores privilegiados/entrevistados. Assim, temos:

**Quadro 3:** Caracterização dos Informadores Privilegiados/Entrevistados

Informadores Privilegiados		Funções desempenhadas	Tempo de Serviço	Outras Informações Relevantes		
				Trabalho desenvolvido o noutro tipo de Oferta Formativa	Funções desempenhadas	Quanto tempo
Profissional de RVC	A	<input type="checkbox"/> Técnica de Diagnóstico e Encaminhamento. <input type="checkbox"/> Profissional de RVC.	3 Anos	IPSS	<input type="checkbox"/> Animadora de idosos. <input type="checkbox"/> Directora Técnica da Instituição.	6 Anos
	B	<input type="checkbox"/> Profissional de RVC.	2 Anos	Cursos EFA de Dupla Certificação	<input type="checkbox"/> Formadora de Cidadania e Empregabilidade. <input type="checkbox"/> Formadora de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD) _ Inglês.	1,5 Anos  2 Anos
Formadora	C	<input type="checkbox"/> Formadora de TIC: RVCC_NB.	1 Ano	Cursos EFA	<input type="checkbox"/> Formadora de UFCD. <input type="checkbox"/> Formadora de STC_NS.	6 Anos  (c/ interrupções)

### **CAPITULO III \_ Apresentação, Análise e Discussão de Resultados**

---

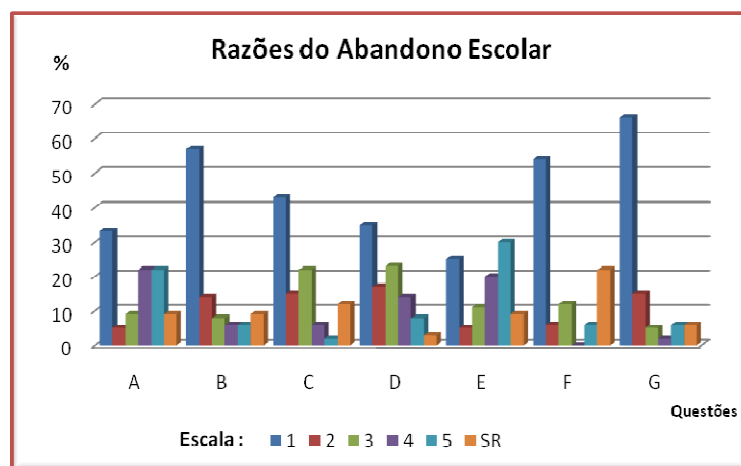


O presente capítulo finaliza o projecto de investigação apresentado, e contempla a análise dos resultados obtidos após uma fundamentação teórica e operacionalização empírica. Neste âmbito, faremos a análise dos resultados, privilegiando a abordagem descritiva das questões apresentadas, suas relações e cruzamentos sempre que se ache relevante para o estudo, confrontando-os com os objectivos propostos do projecto de forma a dar resposta ao problema de investigação. Assim, analisaremos os seguintes itens:

### 1. Razões do Abandono e do Regresso à Escola

Com o intuito, de percebermos a razão do abandono precoce do Sistema Educativo, dos nossos respondentes, sintetizamos a informação no gráfico 8, que a seguir se apresenta, tendo em atenção a escala e chave apresentadas:

**Gráfico 8:** Opiniões dos Adultos em relação às Razões do Abandono Escolar



#### Escala<sup>6</sup>:

- 1\_ Discordo totalmente;
- 2\_ Discordo;
- 3\_ Nem concordo nem discordo;
- 4\_ Concordo;
- 5\_ Concordo completamente;
- SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

#### Chave:

- A \_ Abandonei a escola e fui trabalhar para ajudar a família que tinha dificuldades.
- B \_ Abandonei a escola porque os meus pais não me deixaram continuar os estudos.
- C \_ Abandonei a escola por ter considerado que a escola não era importante para mim.
- D \_ Abandonei a escola porque não gostava de estudar.
- E \_ Abandonei a escola e fui trabalhar para assim ter dinheiro meu.
- F \_ Abandonei a escola porque não era importante as mulheres terem estudos.
- G \_ Abandonei a escola porque esta ficava longe de casa.

<sup>6</sup> **Nota:** Neste tipo de escala, para os inquiridos responderem às questões não é preciso medir nem contar. O resultado da observação desta característica (grau de concordância) tem 6 modalidades ordenadas. Assim, a este tipo de dados chamam-se dados qualitativos.

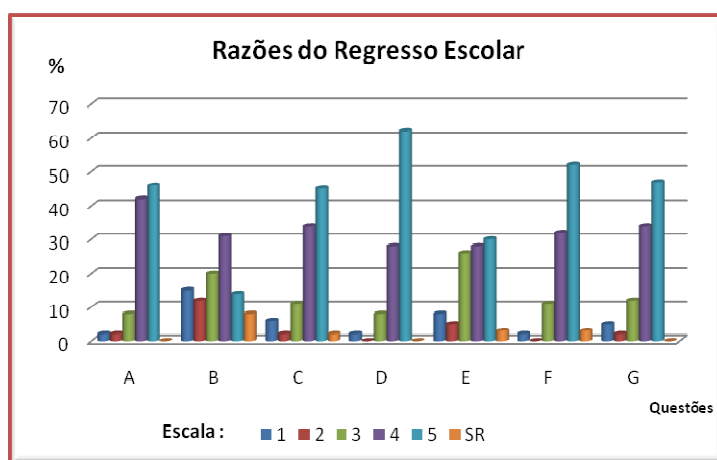
Assim, face aos resultados obtidos, os inquiridos manifestam como aspectos de maior importância para o abandono da escola: a independência; as dificuldades económicas da família e não gostarem de estudar. Como aspectos tidos como menos importantes salientam-se os relacionados com distância de casa à escola; a continuidade dos estudos e a importância dada às mulheres terem estudos. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 14)

Neste argumento de abandono escolar estamos de acordo com Velzen, et al, citado por Martins (1999: 96), na qual refere, “a escola vê, cada vez mais, o seu peso reforçado, quer devido às rupturas que ocorram na família, limitando a sua capacidade socializadora e de transmissão de conhecimentos, quer porque é chamada a preparar os jovens para uma sociedade altamente heterogénea, e para lidarem com as suas disfuncionalidades”.

Assim, urge saber-se o porquê dos Adultos regressarem em força aos bancos da escola.

Para o efeito, construímos o gráfico 9, que a seguir se apresenta, tendo em atenção a escala e chave apresentadas:

**Gráfico 9:** Opiniões dos Adultos em relação às Razões do Regresso Escolar



#### Escala<sup>6</sup>:

- 1\_ Discordo totalmente;
- 2\_ Discordo;
- 3\_ Nem concordo nem discordo;
- 4\_ Concordo;
- 5\_ Concordo completamente;
- SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

#### Chave:

- A\_ Decidi regressar à escola porque gosto de aprender e de saber mais.
- B\_ Decidi regressar à escola por dificuldades sentidas no trabalho.
- C\_ Decidi regressar à escola para obter um diploma/certificado.
- D\_ Decidi regressar à escola para aumentar as minhas qualificações.
- E\_ Decidi regressar à escola para encontrar outro rumo profissional.
- F\_ Decidi regressar à escola para ver reconhecidos os meus conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida.
- G\_ Decidi regressar à escola pelo desejo de valorização pessoal.

Assim, os inquiridos manifestam como aspectos de maior importância para o regresso à escola: o aumento das qualificações; ver reconhecidos os conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida e gostarem de aprender e saber mais. Disso nos dão conta, alguns **Adultos** que afirmam: “... porque me possibilita aumentar as minhas qualificações” e “... adquirir mais conhecimentos e ter mais-valia”. (cf. Anexo III.2\_Quadro 4)

Perante este facto, a V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos, por Educação e Formação de Adultos que deverá entender-se, “o conjunto de processos de aprendizagem, formal ou não, graças ao qual as pessoas consideradas adultos pela sociedade a que pertencem desenvolvem as suas capacidades, enriquecem os seus conhecimentos, e melhoram as suas qualidades técnicas ou profissionais ou as reorientam de modo a satisfazerem as suas próprias necessidades e as da sociedade.” (Instituto de Educação da UNESCO, 1998: 7)

E como aspectos tidos como menos importantes salientam-se os relacionados com dificuldades sentidas no trabalho, encontrar outro rumo profissional e obter um diploma/certificado. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 15)

Neste campo de acção, a educação, tal como a sociedade, encontra-se sobre uma grande encruzilhada, pelas diferentes formas de ver o mundo. Segundo afirma, Warschauer (1993: 24), o objectivo primordial, no que diz respeito à educação, é a formação para a cidadania, “enfrentamos então o desafio de formar homens críticos, criativos e conscientes, capazes de dialogar com pessoas diferentes, enriquecendo-se com a diversidade, no sentido de criar soluções para os problemas actuais, que são diferentes daqueles com os quais a ciência antes se preocupava”.

Ainda neste item, realizamos os cruzamentos das opiniões de ambos os sexos, no que concerne a habilitações literárias e situação profissional.

Assim, agrupamos os dados na tabela 16, que a seguir se apresenta, usando a mesma escala e a mesma chave, no sentido de apurarmos uma clara diferenciação de opiniões de ambos os sexos.

**Tabela 16:** Razões do Regresso Escolar, na opinião de ambos os Sexos/Habilitações Literárias

Ciclos	Chave	Sexo Masculino							Sexo Feminino							
		Escala <sup>6</sup> (%)														
		1	2	3	4	5	SR	T	1	2	3	4	5	SR	T	
1º CICLO	A	0	0	0	3	9	0	12	0	0	0	5	0	0	5	
	B	2	0	2	4	2	2		2	0	3	0	0	0		
	C	0	0	0	3	9	0		0	0	1	2	2	0		
	D	0	0	0	2	10	0		0	0	0	2	3	0		
	E	3	0	4	2	2	1		0	2	0	2	1	0		
	F	0	0	0	2	10	0		0	0	0	2	2	1		
	G	0	0	2	0	10	0		0	0	0	3	2	0		
2º CICLO	A	2	0	3	5	10	0	20	0	0	0	5	7	0	12	
	B	6	5	3	3	3	0		0	3	3	3	3	0		
	C	5	2	3	5	5	0		0	0	2	3	7	0		
	D	2	0	3	6	9	0		0	0	0	2	10	0		
	E	2	2	8	8	0	0		0	2	2	2	6	0		
	F	2	0	6	2	8	2		0	0	0	9	3	0		
	G	3	0	5	7	5	0		2	0	2	4	4	0		
3º CICLO	A	0	2	2	8	5	0	17	0	0	2	14	16	0	32	
	B	2	3	5	5	2	0		5	0	5	10	6	6		
	C	0	0	2	12	3	0		2	0	2	8	18	2		
	D	0	0	3	5	9	0		0	0	0	9	23	0		
	E	3	0	5	7	2	0		0	0	5	5	20	2		
	F	0	0	2	9	6	0		0	0	0	8	22	2		
	G	0	2	2	7	6	0		0	0	0	11	21	0		
SECUNDÁRIO (Incompleto)	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2	
	B	0	0	0	0	0	0		0	2	0	0	0	0		
	C	0	0	0	0	0	0		0	0	0	2	0	0		
	D	0	0	0	0	0	0		0	0	0	2	0	0		
	E	0	0	0	0	0	0		0	0	0	2	0	0		
	F	0	0	0	0	0	0		0	0	2	0	0	0		
	G	0	0	0	0	0	0		0	0	0	2	0	0		
	Total (T)							49	Total (T)							51

Assim, pela tabela apresentada podemos aferir que, dos inquiridos:

### 1º Ciclo:

O sexo masculino manifesta como aspectos de maior importância para o regresso à escola: o aumento das qualificações; ver reconhecidos os conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida e gostar de aprender e saber mais.

O sexo feminino manifesta como aspectos de maior importância para o regresso à escola: o aumento das qualificações; gostar de aprender e saber mais e desejo de valorização pessoal.

### **2º Ciclo:**

Tanto o sexo masculino como o sexo feminino manifestam como aspectos de maior importância para o regresso à escola: o aumento das qualificações; ver reconhecidos os conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida e gostar de aprender e saber mais.

### **3º Ciclo:**

O sexo masculino, manifesta como aspectos de maior importância para o regresso à escola: gostar de aprender e saber mais; ver reconhecidos os conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida e obter um diploma/certificado.

O sexo feminino, manifesta como aspectos de maior importância para o regresso à escola, a aumento das qualificações, gostar de aprender e saber mais e desejo de valorização pessoal.

### **Secundário (Incompleto):**

O sexo masculino, não tem nenhum elemento com esta habilitação.

O sexo feminino manifesta como aspectos de maior importância para o regresso à escola: em exequo da importância do aumento das qualificações e obter um diploma/certificado; encontrar outro rumo profissional e desejo de valorização pessoal.

Na generalidade das respostas, podemos ver que face aos cruzamentos efectuados, que estes não apresentam grande significância, para ambos os sexos face ao grau de habilitação que possuem, uma vez que traduzem as opções inicialmente referidas para este item.

O que nos leva a concordar com Amorim (2006: 30) em relação à Educação e Formação ao longo da vida, citando Delors et al (1996: 85-86), a “ educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa [preparando o ser humano para] elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias de vida”. Nesta lógica de pensamento, também Santos Silva (2001: 58) afirma “todos os sujeitos são incompletos do ponto de vista do seu processo de formação e desenvolvimento; e também têm

competências incompletas quando confrontados com os padrões valorizáveis numa sociedade baseada no conhecimento”.

Assim, em concordância com as palavras proferidas por Paulo Pedroso<sup>7</sup>, por um lado, “ o atraso educativo português pode expressar-se num número singelo: se Portugal progredisse na percentagem da população activa que tem o 12º ano à média a que progrediu entre 2000 e 2005 levaria mais de um século a atingir a média europeia” (cf. Anexo III.2 \_ Quadro 8) e por outro, “Portugal deve dar prioridade à recuperação do atraso na qualificação da força de trabalho e sustentam frequentemente que ultrapassar esse atraso deve ser uma prioridade nacional”.

Vejamos agora as opiniões aferidas por ambos os sexos, no que se refere à situação profissional, apresentadas na tabela que a seguir se apresenta:

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://bancocorrido.blogspot.com/2011/05/acha-bom-para-o-pais-que-demoremos-um.html>

**Tabela 17:** Razões do Regresso Escolar, na opinião de ambos os Sexos/Situação Profissional

Ciclos	Chave	Sexo Masculino							Sexo Feminino							
		Escala <sup>6</sup> (%)														
		1	2	3	4	5	SR	T	1	2	3	4	5	SR	T	
EMPREGADO	A	2	2	5	17	21	0	47	0	0	2	9	16	0	27	
	B	9	8	9	15	6	0		3	2	6	9	5	2		
	C	5	2	6	17	17	0		2	0	2	5	18	0		
	D	2	0	8	11	26	0		0	0	0	3	24	0		
	E	8	2	19	15	3	0		0	2	2	5	18	0		
	F	2	0	9	11	23	2		0	0	0	9	18	0		
	G	3	2	9	14	19	0		0	0	3	5	19	0		
DESEMPREGADO	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	13	5	0	20	
	B	0	0	0	0	0	0		3	3	4	5	3	2		
	C	0	0	0	0	0	0		0	0	3	11	6	0		
	D	0	0	0	0	0	0		0	0	0	12	8	0		
	E	0	0	0	0	0	0		0	0	3	8	9	0		
	F	0	0	0	0	0	0		0	0	2	12	3	3		
	G	0	0	0	0	0	0		2	0	0	13	5	0		
Á PROCURA DO 1º EMPREGO	A	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	
	B	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	0	2		
	C	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	2	0		
	D	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	2	0		
	E	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	2	0		
	F	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	2	0		
	G	0	0	0	0	0	0		0	0	0	0	2	0		
REFORMADO	A	0	0	0	0	2	0	2	0	0	0	2	0	0	2	
	B	0	0	0	0	0	2		0	0	0	0	0	2		
	C	0	0	0	0	2	0		0	0	0	0	0	2		
	D	0	0	0	0	2	0		0	0	0	2	0	0		
	E	0	0	0	0	0	2		0	0	0	0	0	2		
	F	0	0	0	0	2	0		0	0	0	0	2	0		
	G	0	0	0	0	2	0		0	0	0	2	0	0		
	Total (T)							49	Total (T)							51

De acordo com os dados apresentados podemos aferir que, dos inquiridos:

**Empregados:**

O sexo masculino manifesta como aspectos de maior importância: gostar de aprender e saber mais; aumento das qualificações, e em exequo obter um diploma/desejo de valorização pessoal.

O sexo feminino manifesta como aspecto de maior importância: gostar de aprender e saber mais; ver reconhecidos os seus conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida em exequo obter um diploma/certificado e encontrar outro rumo profissional.

### **Desempregados:**

O sexo masculino, não tem nenhum elemento nesta situação.

O sexo feminino manifesta como aspectos de maior importância: aumento das qualificações, e em exequo o gosto de aprender e saber mais com desejo de valorização pessoal.

### **À procura do 1º Empregado:**

O sexo masculino, não tem nenhum elemento nesta situação.

Os poucos elementos do sexo feminino, que se encontram nesta situação, manifestam como aspectos de maior importância: em exequo, o gosto de aprender e saber mais; obter um diploma/certificado; aumento das qualificações; ver reconhecidos os conhecimento/competências adquiridas ao longo da vida e por fim, desejo de valorização pessoal.

### **Reformados:**

O sexo masculino manifesta como aspectos de maior importância: ver reconhecidos os conhecimento/competências adquiridas ao longo da vida; o desejo de valorização pessoal em exequo com o aumento das qualificações e ver reconhecidos os conhecimento/competências adquiridas ao longo da vida.

O sexo feminino manifesta como aspectos de maior importância: ver reconhecidos os conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida, em exequo com as afirmações, o gosto de aprender e saber mais, o aumento das qualificações e o desejo de valorização pessoal.

Pelas razões apontadas, importa reforçar estas opções com as afirmações obtidas nas entrevistas tidas com os informadores privilegiados, no que concerne ao regresso dos Adultos aos bancos de escola.

Assim, a **Formadora C**, afirma que, “é importante na medida que repõe certas injustiças por motivos variados, certifica competências a quem de direito, permite o regresso aos bancos de escola aos Adultos que por razões de vida não o fizeram no tempo escolar”.



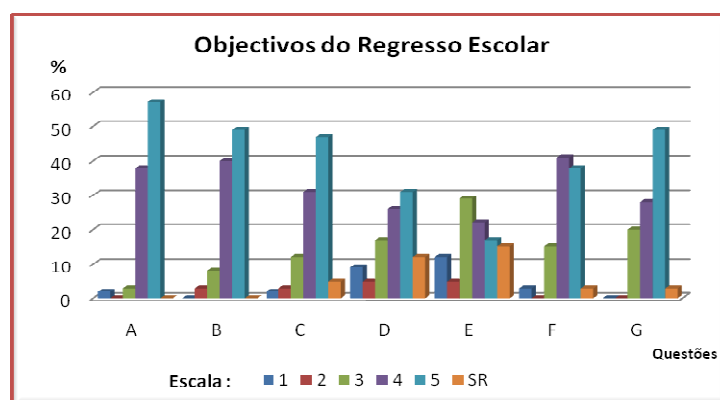
Segundo análise de Ferreira (2003: 533) as políticas de combate à exclusão social, da segunda metade da década noventa, visam “reinserir os indivíduos nas redes de onde foram desinseridos e restabelecer os laços perdidos”. Neste âmbito, também a **profissional de RVC B**, afirma que, “a nível social, o objectivo é aumentar as habilitações da população em geral”. (cf. Anexo III.2\_ Quadro 7)

No que concerne ao cruzamento efectuado para ambos os sexos face à sua situação profissional, foi possível verificar face aos resultados obtidos que não são significativos, visto serem muito semelhantes com as ilações obtidas na situação inicial apresentadas pela amostra.

## 2. Regresso à Escola e as perspectivas de melhor condições de trabalho

Relativamente a este item, foi apresentado aos inquiridos a questão 11 (cf. Anexo II.1), que se prende em saber quais os objectivos que estiveram na base dos adultos voltarem a estudar. Assim, as respostas encontram-se sintetizadas no gráfico 10, que a seguir se apresenta, tendo em atenção a escala e chave apresentadas:

**Gráfico 10:** Opiniões dos Adultos sobre os Objectivos que os levaram a voltar a estudar



### Escala<sup>6</sup>:

- 1\_ Discordo totalmente;
- 2\_ Discordo;
- 3\_ Nem concordo nem discordo;
- 4\_ Concordo;
- 5\_ Concordo completamente;
- SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

### Chave:

- A\_ Adquirir novas competências/conhecimentos.
- B\_ Maior preparação para novas situações.
- C\_ Melhorar a minha situação profissional.
- D\_ Aumentar a minha possibilidade de arranjar emprego.
- E\_ Continuar os estudos académicos/profissionais.
- F\_ Valorizar-me socialmente.
- G\_ Valorizar-me profissionalmente.

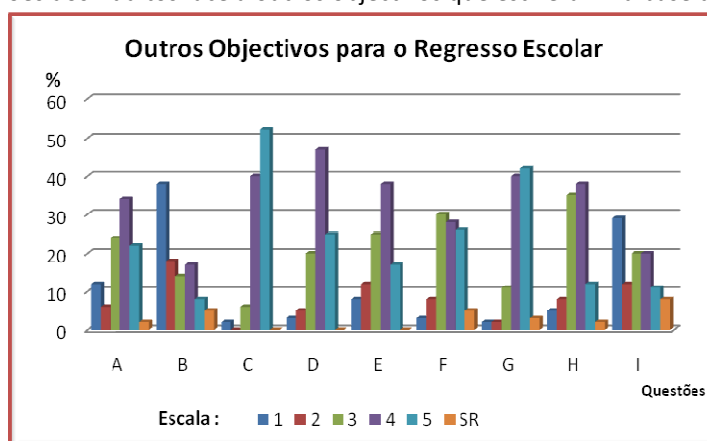
Após análise do gráfico, constitui o objectivo principal e tido como mais importante na Educação de Adultos, em adquirir novas competências/conhecimentos, logo seguido de objectivos mais individuais, maior preparação para novas situações e por fim a valorização social. Como objectivos menos relevante salientam-se os relacionados: com o aumento da possibilidade de arranjar emprego e continuar os estudos académicos/profissionais. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 18)

Segundos os informadores privilegiados pode reter-se o seguinte: a **Profissional de RVC A** é da opinião que “poderá ter grande importância em termos de evolução profissional ou para se candidatarem a melhores empregos”; a **Profissional de RVC B**, “para os candidatos, a certificação tem como objectivo aumentar as suas habilitações, elevar a sua auto-estima e alargar conhecimentos, sempre com o objectivo de no futuro terem mais possibilidades a nível profissional” e por fim, a **Formadora C**, é da opinião de que, “é importante por diversas razões: tanto em termos de auto-estima, com familiar, como ao nível profissional permitir melhores postos de trabalho e até encontrar novos empregos”. (cf. Anexo III.2\_Quadro 7)

### 3. Regresso à escola e perspectivas sobre a melhor qualidade de vida

Neste item, pretendemos dar resposta ao terceiro objectivo apresentado, no que diz respeito aos Adultos: adquirirem autonomia que lhes permita deixar de ser dependente dos outros; estarem ocupados; arranjar novos amigos; elevarem a auto-estima e o reconhecimento social no meio em que vivem. Neste sentido, as respostas encontram-se sintetizadas nos gráficos 11 e 12, que a seguir se apresentam e terão por referência as respectivas escalas e chaves.

**Gráfico 11:** Opiniões dos Adultos face a outros objectivos que estiveram na base de voltar a estudar



**Escala<sup>6</sup>:**

- 1\_ Discordo totalmente;  
 2\_ Discordo;  
 3\_ Nem concordo nem discordo;  
 4\_ Concordo;  
 5\_ Concordo completamente;  
 SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

**Chave:**

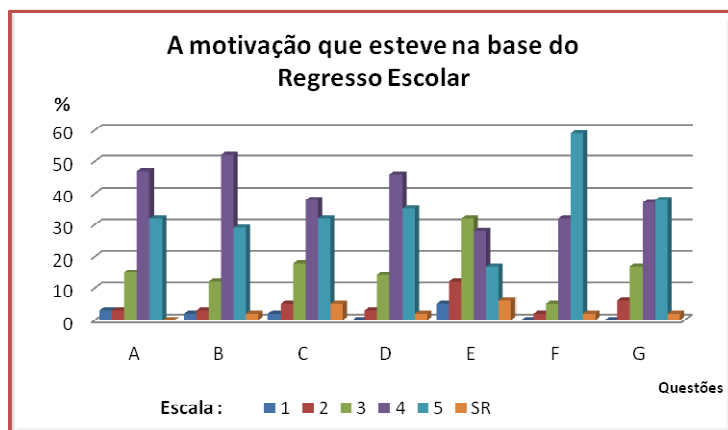
- A\_ Dar significado à minha vida.  
 B\_ Romper com a solidão e isolamento em que vivo.  
 C\_ Aprender coisas novas.  
 D\_ Conhecer outras pessoas e conviver mais.  
 E\_ Ser mais reconhecido pelos outros.  
 F\_ Participar mais activamente na vida cultural local.  
 G\_ Satisfazer as minhas expectativas futuras.  
 H\_ Arranjar novos amigos.  
 I\_ Estar ocupado(a).

Face aos resultados apresentados, podemos ver pelo gráfico acima apresentado que os inquiridos manifestam como aspectos de maior importância relativamente a outros objectivos que estiveram na base dos Adultos voltarem a estudar: aprender coisas novas; satisfazer as expectativas futuras e conhecer outras pessoas e conviver mais. Como aspectos tidos como menos importantes salientam-se os relacionados: romper com a solidão e isolamento, estar ocupado(a) e arranjar novos amigos. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 19)

Com afirma Santos, citado por Ferreira (2003: 565), “viver na fronteira é viver nas margens sem viver uma vida marginal; na fronteira vive-se a sensação de estar a participar na criação de um novo mundo”.

Ainda neste item, faremos o estudo da motivação que esteve na base do regresso dos Adultos aos bancos de escola, para tal apresentamos o seguinte gráfico:

**Gráfico 12:** Opiniões dos Adultos em relação à motivação que os levou a regressar à escola



**Escala<sup>6</sup>:**

- 1\_ Discordo totalmente;  
 2\_ Discordo;  
 3\_ Nem concordo nem discordo;  
 4\_ Concordo;  
 5\_ Concordo completamente;  
 SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

**Chave:**

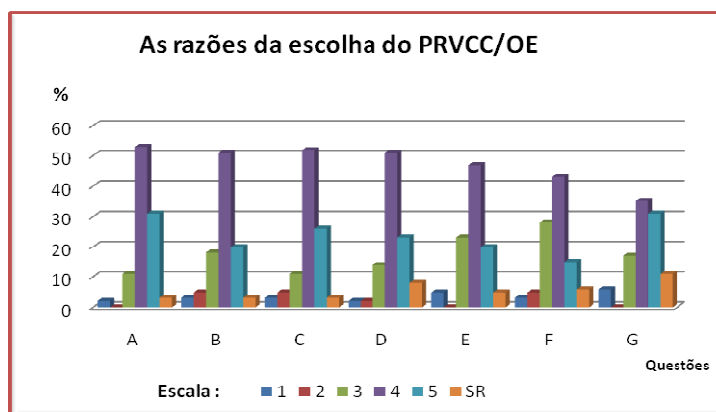
- A\_ Aumentar a minha capacidade de comunicação.  
 B\_ Aumentar a capacidade de relacionamento com outras pessoas.  
 C\_ Partilhar as minhas experiências e saberes.  
 D\_ Confrontar as minhas ideias/opiniões para o meu enriquecimento pessoal.  
 E\_ Ser reconhecido socialmente.  
 F\_ Adquirir mais qualificações para fazer frente aos desafios do dia-a-dia.  
 G\_ Ser mais autónomo.

Neste contexto, os inquiridos manifestam como aspectos de maior importância: adquirir mais qualificações para fazer frente aos desafios do dia-a-dia; confrontar as ideias/opiniões para o enriquecimento pessoal e aumentar a capacidade de relacionamento com outras pessoas. Como aspectos tidos como menos importantes salientam-se os relacionados com ser mais autónomo, partilhar as experiências e ser reconhecido socialmente. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 20)

#### 4. Razão de opção pelo PRVCC face a outra possibilidade

Neste item, foi apresentado aos inquiridos as questões 13 e 14 (cf. Anexo II.1), que se prendem com a escolha do processo RVCC face a outra Oferta Educativa (OE). Neste sentido, as respostas encontram-se sintetizadas nos gráficos 13 e 14, que a seguir se apresentam e terão por referência as respectivas escalas e chaves.

**Gráfico 13:** Opiniões dos Adultos em relação às Razões da escolha do PRVCC face a outro tipo de OE



**Escala:**

- 1\_ Discordo totalmente;
- 2\_ Discordo;
- 3\_ Nem concordo nem discordo;
- 4\_ Concordo;
- 5\_ Concordo completamente;
- SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

**Chave:**

- A\_ Escolhi este processo porque valoriza as aprendizagens que fiz durante a vida.
- B\_ Escolhi este processo porque se trata de um reconhecimento de competências adquiridas ao longo da minha vida em vez de aquisição de conhecimentos.
- C\_ Escolhi este processo porque com orientação específica conseguirei reproduzir a minha história de vida que em confronto com o Referencial de Competências-Chave serei avaliado e certificado.
- D\_ Escolhi este processo porque o trabalho a desenvolver será orientado de acordo a minha necessidade e capacidade.
- E\_ Escolhi este processo pela fiabilidade do processo de certificação.
- F\_ Escolhi este processo pela igualdade de tratamento de todos os candidatos à certificação.
- G\_ Escolhi este processo porque considero ser o único que, em tempo útil, dá resposta à minha necessidade de qualificação.

Neste âmbito, os inquiridos manifestam como aspectos de maior importância: a valorização das aprendizagens feitas ao longo da vida; orientação específica de forma a reproduzirem a sua história de vida que em confronto com o Referencial de Competências-Chave que será a base de avaliação e certificação e desenvolver o trabalho de forma orientada de acordo com as necessidades e capacidades dos Adultos. Como aspectos tidos como menos importantes salientam-se os relacionados com a igualdade de tratamento de todos os candidatos à certificação; ser o único que em tempo útil, dá resposta à necessidade de qualificação e pela fiabilidade do processo de certificação. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 21)

Neste contexto, a **Profissional RVC B**, reforça a ideia da valorização das aprendizagens ao longo da vida, afirmando que, “a diferença prende-se com o facto de, apesar de o Referencial base ser o mesmo, o processo RVCC ser de evidência de competências adquiridas ao longo da vida e os Cursos EFA e UFCD serem de aquisição de conhecimentos, sendo por isso processos sempre mais fáceis de serem concluídos e nos quais os adultos demonstram mais motivação”; a **Formadora C**, afirma que, “no processo de RVCC o principal objectivo é desocultar as competências adquiridas ao longo da vida pelos Adultos, podendo em caso de necessidade complementá-las, a fim da certificação das suas competências. Nos cursos EFA, será dar formação na respectiva área”. (cf. Anexo III.2\_Quadro 7)

Estamos assim, perante uma perspectiva de formação de Adultos que rompe com o modelo escolar, assumindo-se como uma pedagogia que se interroga sobre o *formar* ou *formar-se* e, em simultâneo, que procura novas referências do ponto de vista teórico e do ponto de vista organizativo. Neste pensamento, concordamos com Nóvoa, citado por Magalhães (1994: 218) quando afirma que “mais importante do que pensar em formar os Adultos é desencadear uma reflexão sobre o modo como cada Adulto se forma, isto é, sobre o modo como cada um se apropria do seu património vivencial através de uma dinâmica de “compreensão retrospectiva” ”.

No que concerne à orientação específica de forma a reproduzirem a sua história de vida que em confronto com o Referencial de Competências-Chave que será a base de avaliação e certificação, a **Profissional RVC A**, é unânime em afirmar que, “... é um processo que deverá ser encarado dessa forma por parte de quem o produz. E nos casos em que se justifique, deverá ser feita formação complementar para que possam evidenciar as competências em falta”; para a **Profissional RVC B**, concorda com a afirmação dos Adultos e diz “ uma vez que o Referencial de Competências Chave é bastante abrangente, é suficiente para certificar as competências adquiridas ao longo da vida, desde que sejam desenvolvidas adequadamente na História de Vida”. (cf. Anexo III.2\_Quadro 7)

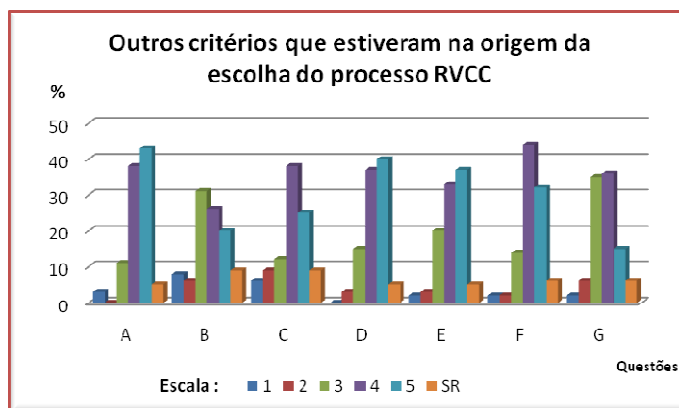
Alonso et al (2001: 12) refere que se pretende que o Referencial de Competências-Chave seja “um quadro orientador para o reconhecimento e validação das competências de vida (e, por outro lado) uma base para o “desenho curricular” de educação e formação de adultos assente em competências-chave”. Pois em nosso entender, não se trata apenas, de traduzir aprendizagens e saberes mais ou menos formalizados ao longo de um determinado percurso, mas também, usar os conhecimentos e competências adquiridas ao longo dos seus percursos de vida pessoal, social e profissional.

Quanto à afirmação, desenvolver o trabalho de forma orientada de acordo com as necessidades e capacidades dos Adultos, este são unânimes em afirmar que, “escolhi este processo para adquirir mais conhecimentos e ter mais-valia”; “escolhi este processo porque me possibilita aumentar as minhas qualificações”; “porque posso realizar o que é pedido ao meu ritmo, como mãe de 4 filhos não poderia trabalhar todo o dia e ainda

ocupar as noites da semana a fazer EFA” e “estudar e fazermos os trabalhos só quando podemos”. (cf. Anexo III.2\_Quadro 4)

No item que a seguir se faz referência, pretende-se aferir que outros critérios estiveram na base da escolha do processo RVCC.

**Gráfico 14:** Opiniões dos Adultos face a Outros critérios que estiveram na origem da escolha do PRVCC



**Escala<sup>6</sup>:**

- 1\_ Discordo totalmente;
- 2\_ Discordo;
- 3\_ Nem concordo nem discordo;
- 4\_ Concordo;
- 5\_ Concordo completamente;
- SR\_ Sem resposta ou não se aplica.

**Chave:**

- A\_ Escolhi este processo pelo horário.
- B\_ Escolhi este processo pelo calendário.
- C\_ Escolhi este processo por ser o mais rápido.
- D\_ Escolhi este processo pela orientação de uma equipa especializada.
- E\_ Escolhi este processo pelo facto de poder usar a minha história de vida como mais-valia para a minha certificação.
- F\_ Escolhi este processo porque me possibilita uma dupla certificação, quer escolar quer profissional.
- G\_ Escolhi este processo pela possibilidade de formação complementar, caso não esteja ao nível do que é exigido por este processo.

Assim, neste item, os inquiridos manifestam como aspectos de maior importância: a valorização dos horários apresentados; orientação de uma equipa especializada e pelo facto dos Adultos usarem a história de vida de cada um como uma mais-valia para a certificação.

A comprovar estas afirmações, temos os seguintes depoimentos dos **Adultos**: “flexibilidade de horários”; “horário adaptado ao trabalhador”; “... exigência da entidade patronal”; “dificuldades em conseguir horários compatíveis com os Cursos EFA”; “poder adquirir o certificado com a nossa história de vida”; “orientação de uma equipa

especializada”; “ter apoio dos formadores”; “poder falar de experiências adquiridas no trabalho” e “valorizar a experiência de vida”. (cf. Anexo III.2\_Quadros: 4,5 e 6)

Em reforço destas afirmações, temos as opiniões dos informadores privilegiados, no que concerne aos pontos fortes do processo RVCC, na qual referem: a **profissional RVC B**, “o desenvolvimento da História de vida vai de encontro à disponibilidade dos candidatos a nível de horários; o processo desenvolve-se de acordo com o ritmo do candidato”; a **Formadora C**, afirma existir “aumento da escolaridade, certificação de competências adquiridas anteriormente, aumento da auto-estima e produtividade de quem frequenta o processo”. (cf. Anexo III.2\_Quadro 7)

Como aspectos tidos como menos importantes salientam-se os relacionados com a escolha do processo pelo calendário apresentado pelo Centro, a possibilidade de formação complementar, caso não estejam ao nível de que é exigido pelo processo e pela rapidez com que o processo é feito. (cf. Anexo III.1 \_ Tabela 22)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

"A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo que a elas se propõe."

[Jean Piaget]

Fonte: [http://frases.netsaber.com.br/frase\\_3030/frase\\_de\\_jean\\_piaget](http://frases.netsaber.com.br/frase_3030/frase_de_jean_piaget)

Vivemos, hoje, em sociedades com graus de complexidade e de mudança sem precedentes na História, onde a ciência e a tecnologia desempenham um papel de crescente importância. A generalidade da população deve, pois, tanto na sua vida profissional como na sua vida pessoal e familiar, adaptar-se e saber lidar com novos contextos e desafios nos quais a ciência e tecnologia são componentes essenciais, fontes de oportunidades ilimitadas mas também de crescentes riscos de exclusão, sobretudo para quem não possui competências nesses domínios<sup>8</sup>.

Tendo por referência o Decreto-Lei nº 396/2007, de 31 de Dezembro, em que refere que Portugal realizou nas últimas décadas um significativo esforço de qualificação da sua população no sentido e recuperar um atraso histórico neste domínio. Apesar dos progressos realizados, a realidade nacional e os ritmos de evolução em matéria de qualificações continuam muito longe dos níveis dos países mais desenvolvidos, não assegurando ao país as condições necessárias ao seu desenvolvimento, no contexto de uma economia global cada vez mais baseada no conhecimento. Aos baixos níveis de qualificação da população activa em geral acrescem os ainda elevados níveis de abandono e de saída escolar precoce, situação que compromete a essencial trajectória de convergência e aproximação aos países mais desenvolvidos. Este quadro bloqueia o acesso à formação e à aquisição e aplicação de novos conhecimentos, impedindo a estruturação de uma base sólida de competências e a adaptação da população activa a

<sup>8</sup> Fonte: <http://www.catalogo.anq.gov.pt/boDocumentos/getDocumentos/145>

contextos de profunda reestruturação económica e de elevada mobilidade profissional. Torna-se, pois, essencial encontrar soluções inovadoras no plano dos objectivos, nos modos de organização e nos meios utilizados, para superar as dificuldades e conseguir melhorar/aumentar rápida e sustentadamente as competências dos portugueses e os seus níveis de qualificação.

Foi com esta preocupação que surgiu este projecto de investigação no campo de Educação e Formação de Adultos com o intuito de perceber o porque do regresso à escola optando pelo processo RVCC.

Assim, com o intuito de obtermos respostas aos quatro objectivos propostos, efectuamos um enquadramento teórico relacionado com *A Educação e Formação de Adultos em Portugal*, fazendo-se referência às mudanças, inovações e resistências quanto ao paradigma Educação e Formação de Adultos desde o séc. XIX até à actualidade, complementado com um Estudo de Caso, destinado a estudar a situação de Adultos em processo RVCC do CNO\_ AEAA. Esta abordagem constitui-se pelo estudo de 65 adultos, em que 32 são do sexo masculino (49%) e 33 do sexo feminino (51%) e uma grande parte dos inquiridos (39%) tinha entre 41 e 50 anos. Destes inquiridos a grande maioria apresenta as habilitações literárias situadas no nível básico (98%). Dos inscritos no processo estão 49 Empregados (74%), 13 Desempregados (20%), 1 À procura do 1º Emprego (2%) e 2 Reformados (4%). (cf. Gráficos 1, 2, 5: 50, 50, 54) e (cf. Tabela 10: 52)

Do ponto de vista da situação dos inquiridos face ao Emprego, destaca-se a actividade com mais registo, a de Trabalhadores não Qualificados (23%), seguido do Pessoal Administrativo (18%). (cf. Tabela 12: 55)

Neste estudo, podemos ver ainda, que pelos dados apresentados na tabela 10 da página 52, que 17% dos inquiridos possuem o 1º Ciclo, 32% dos inquiridos possuem o 2º Ciclo, o que reflecte que quase metade da amostra abandonou a escola precocemente. Nas quais as razões apontadas para esse abandono se reflectiram: em adquirir independência; as dificuldades económicas da família e o não gostarem de estudar. (cf. Gráfico 8: 59)

Em concordância com tais afirmações estão os autores Amorim & Imaginário (2003: 2), que justificam estes efeitos “pelas mais diversas razões, pois, na generalidade, extrínsecas

aos sujeitos: óbices financeiros, desadaptação ao “modelo escolar”, necessidade de “tomar conta” dos irmãos mais novos ou, até, oposição dos pais, quando “entendiam que às filhas aproveitaria muito mais dedicarem-se a actividades domésticas” ”.

Reflectindo-se no estudo que foi feito, para o regresso aos bancos de escola as prioridades: o aumento das qualificações; ver reconhecidos os conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida e gostarem de aprender e saber mais. (cf. Gráfico 9: 60)

Desta preocupação, já partilhada em 2005, pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio, no Encontro de Educação e Formação de Adultos<sup>9</sup>, começando por sublinhar a importância que atribui ao desenvolvimento da educação ao longo da vida, considerando como “um processo extremamente inovador” e que o acesso de todos ao longo da vida à educação é um direito e é, também, uma condição de progresso do país. “ A mundialização e a evolução tecnológica exigem contributos importantes da educação e da formação, quer no que diz respeito ao trabalho, quer em tantos outros aspectos. Os cidadãos necessitam de adquirir permanentemente novas competências para compreenderem o mundo e para trabalharem. O país precisa de pessoas com capacidades de iniciativa e inovação, e precisa de mais ciência e mais cultura”, sublinhou afirmando acreditar no papel da Educação de Adultos como um instrumento em todas as dinâmicas que visem a democracia local participativa, a elevação da qualidade de vida, o desenvolvimento territorial sustentável, a inserção de pessoas excluídas ou em risco de exclusão, entre outras.

Neste âmbito, faz-se referência ao Despacho nº 1083/2000, de 20 de Outubro, em que salienta, que a elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional da população portuguesa exige um forte compromisso de toda a sociedade, uma vez que o desenvolvimento sustentado e a formação do «capital social», em que as sociedades contemporâneas assentam, pressupõem um investimento crescente na qualificação dos adultos. Nas sociedades complexas actuais, baseadas na liberdade individual e colectiva

---

<sup>9</sup> **Fonte:** Encontro de Educação e Formação de Adultos na F.C. Gulbenkian a 12.12.2005 sob o lema: “Pensar, partilhar e estimular a Educação de Adultos em Portugal”, organizado pela Associação *O Direito a Aprender*.

partilhada e responsável, é indispensável instituir o dever de aprender ao longo de toda a vida, a par do reconhecimento do tradicional direito à educação.

Considera-se, assim, que cabe a cada um e a todos os indivíduos proporcionar o tempo e o espaço necessários a uma actualização continuada, potenciando a experiência vivida e preparando as suas opções futuras, num quadro de desenvolvimento das autonomias e de consolidação das escolhas.

A coesão social, o desenvolvimento de uma cidadania de participação e responsabilidade, a empregabilidade e a necessidade de prevenir todas as formas de exclusão determinam a priorização das políticas públicas de educação e formação — sobretudo no que se refere aos activos menos qualificados —, sendo certo que o investimento nestes domínios traz consequências positivas em todos os sectores da vida económica, social, cultural e na qualidade de vida.

Embora Portugal tenha assistido, nos últimos quinze anos, a transformações assinaláveis no sistema de educação e formação que permitiram, nomeadamente, o acesso generalizado das crianças e dos jovens ao sistema educativo, subsistem, ainda, défices de qualificação e de certificação, sobretudo na população Adulta que importa combater com uma política de solidariedade intergeracional.

Neste sentido, as medidas de política que têm vindo a ser adoptadas para o desenvolvimento da Educação e da Formação de Adultos assentam num conjunto de instrumentos, de que importa realçar o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social de Médio Prazo (PNDES) e os compromissos do Acordo de Concertação Estratégica, relativos à consagração de medidas tendentes a assegurar uma oferta de educação e formação que permita, a todos os que abandonaram prematuramente o sistema de ensino, a obtenção da escolaridade ou a progressão escolar associada a uma qualificação profissional que possibilite o acesso a desempenhos profissionais mais qualificados e abra mais e melhores perspectivas de aprendizagem ao longo da vida. De igual modo, a criação da Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos (ANEFA), duplamente tutelada pelos Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, demonstra a prioridade atribuída à necessidade de elevação dos níveis de qualificação da população Adulta, ao definir como

uma das suas competências a produção de normativos que permitam, a um universo alargado de entidades formadoras, construir percursos flexíveis de formação destinados às pessoas adultas, assegurando-lhes a obtenção, simultânea, de uma certificação escolar e profissional. Em reforço das iniciativas já implementadas, que efectivam a articulação entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, no domínio das Ofertas de Educação e Formação destinadas a jovens e Adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional e, tendo em consideração os aspectos positivos das experiências realizadas, e, ainda, as competências próprias estabelecidas pelo Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de Setembro, que cria a ANEFA.

Com o aparecimento do Decreto-Lei n.º 208/02, de 17 de Outubro, vê-se aprovado a nova orgânica do Ministério da Educação, onde foram introduzidas alterações significativas no âmbito da política nacional relativa ao Sistema Educativo e, nomeadamente, no que concerne à Educação e Formação de Adultos. A concepção integrada de educação e formação da responsabilidade do Ministério da Educação conduziu à criação da Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV) – cuja acção transversal desenvolve mecanismos facilitadores da qualificação ao longo da vida, dos jovens e Adultos, numa lógica de “*continuum*” de formação. Este novo organismo, por efeito do referido diploma, sucede à ANEFA, que é extinta, absorvendo as funções e competências que lhe eram cometidas no âmbito da EFA. Assim, surge a Agência Nacional para a Qualificação (ANQ), dependente do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, sucede à DGFV, e dinamiza uma oferta integrada de educação e formação destinada a públicos jovens e adultos, a ser desenvolvida no âmbito de uma rede nacional de entidades públicas e privadas, que deve combinar uma lógica de serviço público, com uma lógica de programa, assumindo o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), através da Rede de Centros de Formação (Gestão Directa e Participada), uma responsabilidade própria na execução de um conjunto de acções de Educação Formação de Adultos, particularmente no que se refere à respectiva componente profissionalizante.

No quadro da Iniciativa Novas Oportunidades, a elevação da formação de base de jovens passa nomeadamente pela diversificação das Ofertas de Educação e Formação — através do reforço das vias profissionalizantes - e, no caso dos Adultos, pela disponibilização de

ofertas de qualificação flexíveis, em particular estruturadas a partir das competências adquiridas. É, pois, essencial valorizar e reconhecer as competências já adquiridas pelos adultos — por via da educação, da formação, da experiência profissional ou outras — como via de estruturar percursos de qualificação adequados à realidade de cada cidadão e orientados para o seu desenvolvimento pessoal e para as necessidades do mercado de trabalho, num contexto económico particularmente exigente e em acelerada mudança. Estes objectivos aplicam-se tanto a jovens como a Adultos, de forma a promover, por razões de justiça social e por imperativos de desenvolvimento, novas oportunidades de qualificação das pessoas inseridas no mercado de trabalho, muitas das quais sofreram os efeitos do abandono e da saída escolar precoce.

Assim, as medidas de política que têm vindo a ser adoptadas vão de encontro ao nosso primeiro objectivo - voltar à escola e ver reconhecidas as competências adquiridas ao longo da vida e aumentar as suas qualificações que não foram possíveis adquirir no passado dado terem abandonado a escola por razões económicas, socioculturais e ou por não terem considerado a escola importante/necessária.

Ainda, neste campo com as ofertas de educação e formação profissionalizante<sup>10</sup> dirigidas a adultos pouco escolarizados, pretende-se captar para a aprendizagem, não só os Adultos desempregados, mas também aqueles que, embora se encontrem a trabalhar, têm a sua situação precarizada por deterem um baixo nível de qualificação.

Assim, atendendo ao significativo défice de qualificação<sup>11</sup>, uma simples mudança geracional não é suficiente para dotar o país das competências fundamentais para enfrentar os desafios que se impõem às modernas economias baseadas no conhecimento. Pois, para atingir um patamar de convergência com os restantes países da OCDE, é fundamental criar condições para o aumento de qualificação dos activos portugueses, através do alargamento e da diversificação das oportunidades ao longo da vida. A OCDE, no mesmo sentido, propõe para Portugal, como prioridade política para incrementar a produtividade da força de trabalho, o “reforço da escolarização ao nível do secundário”. A redução do défice de escolarização da população portuguesa favorece o

---

<sup>10</sup> **Fonte:** Estrutura dos Sistemas de Ensino, Formação Profissional e Educação de Adultos na Europa.

<sup>11</sup> **Fonte:** Despacho nº 26 401/2006, de 29 de Dezembro.

crescimento, quer porque melhora a qualidade do trabalho, quer porque facilita a adopção de novas tecnologias.

É neste âmbito que Machado Pais (2001: 7) alerta para as fragilidades do mercado de trabalho actual: “a vivência precária do emprego e do trabalho envolve modalidades múltiplas de “luta pela vida” que compreendem trabalho doméstico, eventual, temporário, parcial, oculto ou ilegal, pluri-emprego, formas múltiplas de desenrascanço a que a linguagem comum se refere com as sugestivas expressões de ganchos, tachos e biscates”.

Em Portugal, esta é uma perspectiva que merece consenso alargado no âmbito do diálogo social, tendo inscrito como prioridade de intervenção no Acordo de Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, celebrado entre o Governo e os Parceiros Sociais em Fevereiro de 2001, o combate aos “défices de escolarização e de qualificação profissional”.

A importância do investimento em capital humano decorre do seu reconhecido contributo para o crescimento económico, bem como para uma multiplicidade de outros benefícios sociais. Estes benefícios têm uma tradução **colectiva**, no nível de desenvolvimento e coesão da sociedade como um todo, e uma tradução **individual** por via das oportunidades de melhoria da qualidade de vida que proporcionam<sup>12</sup>. Assim, este investimento foca a sua acção em dar resposta ao segundo objectivo proposto neste trabalho no que concerne - aos desafios e imprevistos que a vida quotidiana coloca aos adultos para que lhes permita melhorar a sua situação económica e social, com o intuito de possibilitar a entrada no mercado de trabalho e ou na melhoria da posição para os já empregados bem como permitir a continuação de estudos académicos e ou profissionais. No entanto, Canário (2000: 93) frisa que, a Educação e Formação de Adultos não constitui, nem constituirá, antídoto para todos os “males” civilizacionais, desde logo, o da falta de emprego, que, de facto, “a formação não cria empregos”.

De facto, Delors et al (1996: 85-86) afirmam que é cada vez mais imprescindível que todos – e cada um – (i) aprendam a conhecer, a aprender, a adquirir (num processo coincidente quanto possível com a busca de prazer!) os instrumentos de compreensão, conhecimento

---

<sup>12</sup> Fonte: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/7.html>



e descoberta do mundo, (ii) aprendam a fazer, ou seja, que aprendam uma profissão e, também, a agir sobre o meio envolvente, (iii) aprendam a viver juntos, a participar e a cooperar, de modo a que a descoberta compreensiva e compreendida dos outros favoreça – e torne possível até – a autodescoberta e o autoconhecimento e, finalmente, (iv) aprendam a ser, já que a “educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa [, preparando o ser humano para] elaborar pensamentos autónomos e críticos e para formar os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias de vida”. Dessa forma, podiam segundo Costa (1998: 87) escapar do isolamento social, da solidão, da ausência de “lugar [e] papel na vida social”. Objectivando-se assim, o terceiro objectivo proposto neste projecto - adquirir autonomia que lhe permita deixar de ser dependente dos outros, estar ocupado, arranjar novos amigos, elevar a auto-estima e o reconhecimento social no meio em que vivem.

A estes objectivos junta-se outro de maior importância que se prende com a opção pelo processo RVCC e não por outra oferta educativa aquando do regresso aos bancos de escola.

Neste âmbito, o Sistema Nacional de Qualificações<sup>13</sup> adopta os princípios consagrados no acordo celebrado com os parceiros sociais e reestrutura a formação profissional inserida no sistema educativo e a inserida no mercado de trabalho, integrando-as com objectivos e instrumentos comuns e sob um enquadramento institucional renovado. A presente reforma não envolve outros domínios do sistema educativo que igualmente concorrem para a qualificação das pessoas. A estratégia fundamental passa por assegurar a relevância da formação e das aprendizagens para o desenvolvimento pessoal e para a modernização das empresas e da economia, assegurando ao mesmo tempo que todo o esforço nacional em formação é efectivamente valorizado para efeitos de progressão escolar e profissional dos cidadãos, quer de forma directa, através da formação de dupla certificação inserida no Catálogo Nacional de Qualificações, quer de forma indirecta,

---

<sup>13</sup> Fonte: Decreto-Lei nº 396/07, de 31 de Dezembro.

através dos Centros Novas Oportunidades e do Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências.

Neste limiar, importa referir aqui as opiniões dos entrevistados privilegiados, no que concerne aos pontos fortes do processo RVCC, na qual referem: **Profissional RVC A**, “flexibilidade do processo, processo pensado para adultos, processo baseado em aprendizagens efectuadas ao longo da vida”; **Profissional RVC B** “o desenvolvimento da História de Vida vai de encontro à disponibilidade dos candidatos a nível de horários; o processo desenvolve-se de acordo com o ritmo do candidato” e a **Formadora A** “aumento da escolaridade, certificação de competências adquiridas anteriormente, aumento da auto-estima e produtividade de quem frequenta o processo”. (cf. Anexo III.2 \_ Quadro 7)

Parafraseando a Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades, num dos princípios orientadores, refere “assegurar a efectiva concretização, em tempo útil, das respostas às necessidades de qualificação e certificação do público” (cf. Anexo I.1). É neste sentido, que a escolha do regresso à escola para a conclusão dos estudos aponta no processo RVCC e não noutro tipo de formação, pois, segundo afirmam alguns **Adultos**: “horários, rapidez e qualificação”; “é um processo rápido e eficaz na aprendizagem”; “dificuldades de conseguir horários Compatíveis com o curso EFA”; “necessidade de adquirir mais rápido equivalência ao 12º ano, para tirar a carteira profissional”; “devido a horários laborais e entraves para frequentar algo diário”; “mais adaptável à minha vida pessoal e profissional”; “localização do ensino adequado”; “dupla certificação”; “tentar encontrar outro rumo profissional”. (cf. Anexo III.2 \_ Quadro 6)

Por outro lado, também são apontados alguns pontos fracos a este processo de formação pelos entrevistados privilegiados, na qual referem: **Profissional RVC A**, “exige muita autonomia por parte dos candidatos, necessidade de formação complementar para que os Adultos adquiram competências em falta, possível desmotivação ao longo do processo, quando este se arrasta muito no tempo”; **Profissional RVC B**, “dificuldade em compreender o Referencial; falta de autonomia dos candidatos; falta de conhecimentos base para desenvolver o processo adequadamente” e finalmente a **Formadora A**, “Não é bem aceite por algumas pessoas, falta de elementos na equipa pedagógica ou sua colocação tardia, pode suscitar dúvidas”. (cf. Anexo III.2 \_ Quadro 7)

Em relação aos **Adultos**, apontam como pontos fracos: “ter de trabalhar no processo sozinho”; “temos pouca formação nas várias áreas”; “não ser reconhecido pelos outros”; “não poder escolher uma língua que queria aprender: Inglês, Francês”; “confusão para iniciar a autobiografia”; “difícil fazer a ligação (no papel) das nossas histórias de vida e a matéria”; “longas noites ao PC a trabalhar” e “o facto de ir a júri”. (cf. Anexo III.2 \_ Quadros 5 e 6)

De referir, que em 2009 foi feita a primeira avaliação externa<sup>14</sup> ao programa Novas Oportunidades, avaliado por uma equipa da universidade Católica Portuguesa e que as apreciações dizem respeito ao período de um ano, faltando ainda dois e meio para que as conclusões finais sejam apresentadas. Nesta conferência fazem-se referência aos pontos fortes: a grande procura do programa de valorização profissional, sobretudo pelas mulheres; a qualificação social; um ganho na auto-estima e a consciência de lacunas na área do conhecimento. Aos pontos fracos: um excessivo tempo de espera; um aumento de qualificações que não encontra reflexos no mercado laboral; horários pouco compatíveis com a vida pessoal e profissional. A avaliação feita concluiu que o Novas Oportunidades não tem tido grandes reflexos no mercado de trabalho, ou seja, as competências adquiridas ainda não abrem portas para empregos melhores e mais bem remunerados. O ex-ministro da Educação Roberto Carneiro, coordenador da equipa que avalia o programa, comenta os dados recolhidos. "As pessoas que estão certificadas sentem que não houve grandes avanços na carreira, na remuneração, nas oportunidades de emprego, como porventura teriam legítima esperança de ter antes de terem feito a certificação".

Afirma ainda, que "é preciso pensar que partimos de um mundo económico muito baseado no comando e controlo - empresas muito comandadas do topo que preferem que os trabalhadores baixamente qualificados façam tarefas de rotina e comandados de cima - para um mundo económico completamente diferente, a economia do conhecimento, com trabalhadores já mais qualificados que podem participar, trabalho em equipa, em rede, onde a própria concessão de empresa tem de evoluir". Refere ainda, tal

---

<sup>14</sup> Fonte:

<http://www.educare.pt/educare/Atualidade.Noticia.aspx?contentid=6BA9AA76E1CD00B3E0400A0AB800211C&opsel=1&channelid=0>

como as "motivações tácticas detectadas em algumas empresas, que não parecem estar disponíveis para se implicarem excessivamente no processo, nomeadamente ao nível dos mecanismos de progressão na carreira e revisão dos salários".

No entanto, a avaliação<sup>15</sup> feita permite concluir que a adesão dos portugueses às Novas Oportunidades tem sido "notável" e que "cresceu muito além do que poderia esperar-se há um ano ou dois", sustentou o coordenador do estudo. A cada mês que passa, 20 mil portugueses inscrevem-se no programa e foram registadas 900 mil inscrições. "A lista de espera é um grande problema, as pessoas estão muito tempo à espera para serem chamadas, encaminhadas e avaliadas para entrarem nos cursos", realçou Roberto Carneiro.

Assim, estamos de acordo com o pensamento de Sandra Tavares<sup>16</sup>, "nesta tarefa de Reconhecer, Validar e Certificar Competências adquiridas ao longo da vida podemos finalmente dar valor à escola da vida, às experiências que vamos coleccionando e à forma como vamos fazendo escolhas. Nem sempre é um percurso fácil. Muitas vezes, leva o Adulto a reconhecer lados negativos, em experiências que recordava como inteiramente positivas e perceber consequências positivas em acontecimentos negativos. A auto-análise e a auto-crítica requerem um grande esforço e adaptação. Vivemos numa sociedade virada para o parecer e muito pouco preocupada com o ser, mas neste processo privilegiamos quem somos e viajamos à procura de nós mesmos. Cada um de nós encontra pelo caminho os seus "esqueletos no armário" e veste-os de cores garridas para esconder a dor. Muitas vezes, quando somos obrigados a reflectir, somos também obrigados a despi-los e encará-los de frente, em toda a sua fealdade. O resultado? Às vezes só crescimento, outras vezes ainda a dor. O processo de RVCC é isto e muito mais, é uma viagem, uma análise e uma crítica ao filme da nossa vida, quando deixamos de ser "apenas" os protagonistas e passamos a ser, simultaneamente, críticos ferozes da nossa própria actuação".

---

<sup>15</sup> Fonte: <http://www.educare.pt/educare/Atualidade.Noticia.aspx?contentid=6BA9AA76E1CD00B3E0400A0AB800211C&opsl=1&channelid=0>

<sup>16</sup> Fonte: <http://cnocruzvermelhafigueiradafoz.blogspot.com/2011/05/balancos-e-perspectivas.html>

Em função destas observações e em concordância com o desafio apontado em 2008 por Isabel Gomes<sup>17</sup>, mantemos a pergunta, para investigações seguintes: A sociedade do conhecimento deixa-nos a braços com o paradoxo fundamental: se ao investirmos na Educação e Formação de Adultos estamos a promover níveis mais elevados de autonomia dos indivíduos, teremos espaços e tempos nas organizações e nas comunidades para absorver estes Adultos, eventualmente, mais conscientes e críticos, em postos de trabalho muitas vezes desqualificastes?

---

<sup>17</sup> Fonte: [http://www.direitodeaprender.com.pt/index2.php?option=com\\_content&do\\_pdf=1&id=84](http://www.direitodeaprender.com.pt/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=84)

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

---

### Livros

- ALONSO, Luísa; IMAGINÁRIO, Luís; MAGALHÃES, Justino; BARROS, Guilhermina; CASTRO, José Manuel; OSÓRIO, António & SEQUEIRA, Fátima (2001). *Referencial de Competências-Chave. Educação e Formação de Adultos*. Lisboa: ANEFA.
- AMORIM, José Pedro (2006). *O impacto da Educação e Formação de Adultos no Desenvolvimento Vocacional e da Cidadania – A Metamorfose das Borboletas*. Cadernos de Emprego e Relações de Trabalho nº 5. Lisboa: MTSS/DGERT.
- AMORIM, José Pedro & IMAGINÁRIO, Luís (2003). Cursos EFA: uma (re)orientação para a cidadania. In VÁRIOS AA, *Integração das Políticas e Sistemas de Educação e Formação – Perspectivas e Desafios. Actas do IV Congresso Internacional de Formação Norte de Portugal/Galiza (pp. 367-376)*. Porto: Ministério da Segurança Social e do Trabalho e Instituto do Emprego e Formação Profissional – Delegação Regional do Norte.
- ANEFA (2000a). *Educação e Formação de Adultos: Referencial de Competências-Chave*. Documento de Trabalho. Vol. I.
- ANEFA (2000b). *Educação e Formação de Adulto: Referencial de Competências-Chave*. Documento de Trabalho. Vol. II.
- ANEFA (2001a). *Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências – Roteiro Estruturante*. Lisboa: ANEFA.
- ANEFA (2001b). *Colectânea de legislação ANEFA*. Lisboa: ANEFA.
- BARBIER, R. (1985). *Pesquisa - Acção na Instituição Educativa*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- BELL, Judith (1997). *Como Realizar um Projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- BOLETIM DOS PROFESSORES nº 19. *Oferta Educativa e Formativa do Sistema Português*. Setembro 2010. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- CANÁRIO, Rui (2000). *Educação de Adultos. Um campo e uma Problemática*. Lisboa: EDUCA e ANEFA.
- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (1996). *A Educação de Adultos em Portugal no Contexto da Educação ao Longo da Vida*. Situação. Alternativas.

Recomendações. Parecer n.º 1 / 96". In Conselho Nacional de Educação. *Pareceres e Recomendações*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2007). *Políticas de Educação/Formação: Estratégias e Práticas*. Seminários e Colóquios In Conselho Nacional de Educação. 1ª Edição. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2000). *Memorando sobre Aprendizagem ao Longo da Vida*. Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (1995). *Ensinar e aprender: rumo à sociedade cognitiva*. Livro Branco de Educação e Formação. Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA (1996). *Crescimento, Competitividade e Emprego*. Livro Branco. Bruxelas. *Comunidade na sociedade da Informação*", (Doc. Com. (95) 486 final). Bruxelas.
- COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (1996) *Parecer sobre a "Proposta de decisão do Conselho relativa à adopção de um programa plurianual destinado a promover a diversidade linguística da*
- CORTESÃO, L. (1982). *Escola, Sociedade Que Relação?* Porto: Edições Afrontamento.
- COSTA, Alfredo Bruto da (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- DELORS, Jacques; MUFTI, In'am AL; AMAGI, Isao; CARNEIRO, Roberto; CHUNG, Fay; GEREMEK, Bronislaw; GORHAM, William; KORNHAUSER, Aleksandra; MANLEY, Michael; QUERO, Marisela Padrón; SAVANÉ, Marie-Angelique; SINGH, Karan; STAVENHAGEN, Rodolfo; SUHR, Myong Won & NANZHAO, Zhou (1996). *Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. Porto: Asa e UNESCO.
- DIAS, J.R. (1996). *A Educação de Adultos em Portugal no contexto da Educação ao Longo da Vida. Parecer*, Lisboa: Conselho Nacional de Educação.
- DGFV. *Processo Técnico-Pedagógico dos Centros RVCC \_ 2005*. Intervenção Operacional de Educação (PRODEP III). Medida 4 – Acção 4.1. Lisboa: Ministério da Educação.
- EURYDICE (2000a) *Aprendizagem ao Longo da Vida: a contribuição dos Sistemas Educativos dos Estados Membros da União Europeia*. Unidade Europeia de Eurydice.
- EURYBASE: Base de Dados de Informação sobre os Sistemas Educativos (2006/07). *O Sistema Educativo em Portugal*. Comissão Europeia: DG Educação e Cultura.

- FERREIRA, F.I. (2003). *O Estudo do Local em Educação. Dinâmicas Socioeducativas em Paredes de Coura*. Dissertação de Doutoramento. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Estudos da Criança.
- GOMES, Maria do Carmo; SIMÕES, Francisca (2007). *Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades*. 1ª Edição. Lisboa: Agência Nacional para a Qualificação, IP.
- IMAGINÁRIO, Luís (2001a). *A aprendizagem dos adultos em Portugal*. Exame Temático para a OCDE/Relatório de Base.
- INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNESCO (1998). *V Conferência Internacional sobre Educação de adultos*. UNESCO – Hamburgo 1997. Lisboa: Ministério da Educação, Secretaria de Estado da educação e Inovação.
- LIMA, L. C. (Coord.) (1988). *Reorganização do Subsistema de Educação de Adultos. Documentos Preparatórios III*. Comissão de Reforma do Sistema Educativo. Lisboa: GEP/ME.
- LIMA, L. C.; Afonso, A. J. e Estêvão, C. V. (1999). *Agência Nacional de Educação e Formação de Adultos – Estudo para a Construção de um Modelo Institucional*. Braga: Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos.
- LIMA, Licínio C. (Org.) (2006). *Educação Não Escolar de Adultos – Iniciativas de Educação e Formação em Contexto Associativo*. Braga: Universidade do Minho, Unidade de Educação de Adultos.
- LOUREIRO, Armando P. F. (2006). *O Trabalho, o Conhecimento, os saberes e as Aprendizagens dos Técnicos de Educação de Adultos Numa ONGDL. Contribuições Etnográficas para uma Renovação da Sociologia da Educação*. Dissertação de Doutoramento. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. (policopiado)
- MAGALHÃES, J.P. (1994). *Ler e Escrever no Mundo Rural do Antigo Regime - Um Contributo para a História de Alfabetização e de Globalização em Portugal*. Braga: Universidade do Minho. Instituto de Educação.
- MARTINS, António Maria (1996). *Escola e Mercado de Trabalho em Portugal*. Dissertação Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro. (policopiado)
- MARTINS, António Maria (1999). *Formação e Emprego numa Sociedade em Mutação*. Aveiro: Universidade de Aveiro.



- PAIS, José Machado (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates. Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar
- PARDAL, Luís e CORREIA, Eugénia. (1995). *Métodos e Técnicas de Investigação Social*. Porto: Areal Editores.
- PARTIDO SOCIALISTA (1995). *Programa Eleitoral do Partido Socialista*. Lisboa: P.S.
- Programa do XVII Governo Constitucional (2005-2009). Presidência do Conselho de Ministros.
- PESTANA, M.H. & GAGEIRO, J. N. (2000). *Análise de dados para as Ciências Sociais – a complementaridade do SPSS*. Lisboa. Edições Sílabo.
- PNAEBA. (1979). *Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA) – Relatório Síntese*. Lisboa: ME/DGEP.
- QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais -Trajectos*. 2ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- REVISTA: Aprender ao Longo da Vida. *Nunca é tarde para aprender*. DG Educação e Cultura. Nº 9/Novembro 2008/Trimestral.
- SARMENTO, M. e FERREIRA, F. I. (1999 a). *Comunidades Educativas: a ideia pedagógica e a realidade organizacional*. In J. Formosinho, et al.. *Comunidades Educativas: Novos Desafios à Educação Básica*. Braga: Universidade do Minho, pp. 89 – 133.
- SAMPIERI, Roberto H.; COLLADO, Carlos H.; LÚCIO, Pilar B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3ª Edição. São Paulo: MC Graw Hill.
- SANTOS, G. M. M. (2002). *Os Conselhos Locais de Educação: Um Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Braga: Universidade do Minho.
- SANTOS, Raquel S.L.F. (2010). *Fundamentos e estratégias na formação pós-secundária de curta duração*. Tese de Doutoramento. Departamento de Ciências da Educação. Universidade de Aveiro.
- SANTOS SILVA, Augusto (2001). [Texto sem título integrado na Segunda Sessão Plenária]. In ANEFA, *Educação e Formação de Adultos na Europa: as Competências-Chave para a Cidadania e a Empregabilidade. Textos e Comunicações* (pp. 58-59). Lisboa: ANEFA.

- SILVA, Carlos A.F. (2009). *Abandono e regresso à escola: Olhares sobre as novas oportunidades*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências da Educação. Universidade de Aveiro. (policopiado)
- VALENTE, Cecília M<sup>a</sup> T. (2005). *A educação básica de adultos e a sua organização ao nível local*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências da Educação. Universidade de Aveiro. (policopiado)
- YIN, Robert K. (2001). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. 2<sup>a</sup> Edição. Porto Alegre: Bookman.
- WARSCHAUER, C. (1993). *A Roda e o Registo. Uma parceria entre Professor, Alunos e Conhecimento*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

## Legislação

- D. A. R., I Série, nº 9, de 15/11/78 \_ Aprova por unanimidade o PNAEBA.
- D. A. R., II Série, nº 25, de 11/01/78 \_ Apresentação do Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos (PNAEBA).
- Decreto-Lei nº 208/02, 17 de Outubro \_ Aprova a Orgânica do Ministério da Educação (ME).
- Decreto-Lei nº 213/06, de 27 de Outubro \_ Aprova a Lei orgânica do Ministério da Educação (ME). Referência ao aparecimento da Agência Nacional para a Qualificação (ANQ).
- Decreto-Lei nº 357/07, de 29 de Outubro \_ Define os procedimentos e as condições de acesso a modalidades especiais de conclusão do nível secundário de educação e respectiva certificação por parte dos adultos com percursos formativos de nível secundário incompletos e desenvolvidos ao abrigo de planos de estudo extintos.
- Decreto-Lei nº 387/99, de 28 de Setembro \_ É extinto o Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos, criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 92/98, de 14 de Julho. Consideram-se reportadas à ANEFA todas as referências feitas ao Grupo de Missão para o Desenvolvimento da Educação e Formação de Adultos.

- Decreto-Lei nº 396/07, de 31 de Dezembro \_ Estabelece o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento.
- Decreto-Lei nº 401/91 de 16 de Outubro \_ O presente diploma destina-se a regular as actividades de formação profissional inserida quer no sistema educativo quer no mercado de emprego.
- Decreto-Lei nº 405/91 de 16 de Outubro \_ O presente diploma destina-se a regular as actividades de formação profissional inserida no mercado de emprego.
- Decreto-Lei nº 489/73, de 2 de Outubro \_ Reestruturação dos Cursos de Educação Básica de Adultos.
- Decreto-Lei nº 534/79, de 31 de Dezembro \_ Lei Orgânica da Direcção Geral de Educação de Adultos (DGEA).
- Decreto-Lei nº 74/91, de 9 de Fevereiro \_ Lei-Quadro da Educação de Adultos, estabelecendo as vertentes de Ensino recorrente e de Educação Extra - Escolar.
- Despacho Conjunto nº 1083/00, de 20 de Novembro \_ Em reforço das iniciativas já implementadas, que efectivam a articulação entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e da Solidariedade, no domínio das ofertas de educação e formação destinadas a jovens e adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional e, tendo em consideração os aspectos positivos das experiências realizadas.
- Despacho conjunto nº 650/01, de 20 de Julho \_ Garantir a concretização do Acordo sobre Política de Emprego, Mercado de Trabalho, Educação e Formação, assinado pelo Governo e parceiros sociais em 9 de Fevereiro de 2001.
- Despacho n.º 9937/07, de 29 de Maio \_ Regula, no âmbito do processo de RVCC desenvolvido nos Centros Novas Oportunidades, as acções de formação de curta duração, dirigidas aos adultos em processo, em função das necessidades diagnosticadas neste contexto.
- Despacho nº 10 534/97, de 16 de Outubro \_ Lançamento do programa Saber + e instalação da ANEFA.
- Despacho nº 11 203/07, de 8 de Junho \_ Orientações aplicáveis a todos os Centros Novas Oportunidades e, quando expressamente previsto, a todas as entidades formadoras dos cursos EFA.

- Despacho nº 14 310/08, de 23 de Maio \_ Define o regime Jurídico do Sistema Nacional de Qualificações, operado pelo Decreto-Lei nº 396/07, de 31 de Dezembro.
- Despacho nº 26 401/06, de 29 de Dezembro \_ Adequa o modelo dos Cursos EFA às medidas tomadas no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades.
- Despacho nº 29 857/07, de 27 de Dezembro \_ Estabelece o procedimento para a acreditação de avaliadores externos que integram o júri de processos RVCC nos Centros Novas Oportunidades.
- Lei nº 3/79, de 10 de Janeiro \_ Determina que o governo elabore um Plano Nacional de Alfabetização e Educação de Adultos (PNAEBA).
- Lei nº 46/86, de 14 de Outubro \_ Lei de bases do Sistema Educativo.
- Portaria n.º 86/07, de 12 de Janeiro \_ Altera legislação anterior e reforça o âmbito do sistema RVCC, definindo e alargando o referencial de Competências-Chave para o ensino secundário.
- Portaria nº 1082-A/01, de 5 de Setembro \_ Aprova o Regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (centros RVCC), a partir do qual se realizou o primeiro concurso de acreditação de entidades em 2001.
- Portaria nº 286-A/02, de 15 de Março \_ Ajustamentos ao Regulamento do Concurso de Acreditação de entidades em 2001, tendo em consideração a abertura de um novo concurso em 2002.
- Portaria nº 370/08, de 21 de Maio \_ Regula a criação e o funcionamento dos Centros Novas Oportunidades, incluindo o encaminhamento para formação e o reconhecimento, validação e certificação de competências.
- Portaria nº 419/76, de 13 de Junho \_ Altera os procedimentos de avaliação dos formandos do Ensino Primário de Adultos.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº 92/98, de 25 de Junho – Anuncia o relançamento da Educação de Adultos em Portugal.
- RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS nº 185/03, de 3 de Dezembro – Plano Nacional de Emprego, Revisão Anual para 2003.

### Webgrafia

- AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA. **Projectos**. [Em linha]. Lisboa: Agência Nacional PROALV. [Consultado 21 Junho 2010]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.proalv.pt/np4/89.html>>.

- AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO. **Programas**. [Em linha]. Lisboa: ANQ. [Consultado 17 Setembro 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.sitio.anq.gov.pt/programas.html> >
- BLOGGER \_ PAULO PEDROSO. **Banco Corrido**. [Em linha]. Portugal: [Consultado 29 de Maio de 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://bancocorrido.blogspot.com/2011/05/acha-bom-para-o-pais-que-demoremos-um.html>>.
- BLOGUE\_ CNO CRUZ VERMELHA DA FIGUEIRA DA FOZ. **Balanço e perspectivas**. Figueira da Foz: [Consultado 31 de Maio de 2011]. Disponível em WWW: <URL: <http://cnocruzvermelhafigueiradafoz.blogspot.com/2011/05/balancos-e-perspectivas.html>>.
- CLASSIFICAÇÃO PORTUGUESA DAS PROFISSÕES. **INE**. [Em linha]. Lisboa: [Consultado 03 de Abril 2011]. Disponível em WWW: <URL:[http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2)>
- ESTRUTURAS DOS SISTEMAS DE ENSINO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E EDUCAÇÃO DE ADULTOS NA EUROPA. **Ensino básico/escolaridade obrigatória**. [Em linha]. Brussels: **Executiva Agency. Education, Audiovisual & Culture**. [Consultado 30 Novembro 2008]. Disponível em WWW:<URL: [http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/structures/041\\_PT\\_PT.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/structures/041_PT_PT.pdf) >
- FICHAS SÍNTESE NACIONAIS SOBRE OS SISTEMAS EDUCATIVOS NA EUROPA E REFORMAS EM CURSO. **Reformas e prioridades em debate**. [Em linha]. Brussels: **Executiva Agency. Education, Audiovisual & Culture**. [Consultado 30 Novembro 2008]. Disponível em WWW: <URL: [http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/national\\_summary\\_sheets/047\\_PT\\_PT.pdf](http://eacea.ec.europa.eu/education/eurydice/documents/eurybase/national_summary_sheets/047_PT_PT.pdf) >.
- PORTAL AGRUPAMENTO DE ESCOLA DE ALBERGARIA-A-VELHA. **Documentos Estruturantes \_ PEE: 1ª Versão actualizada 2008/09**. [Em linha]. Albergaria-a-Velha: [Consultado Agosto 2010]. Disponível em WWW: < URL: <http://www.aeaav.pt/HTML.asp?IDHTML=16> >.
- PORTAL DE ASSOCIAÇÃO O DIREITO DE APRENDER. **Políticas de Educação / Formação: Estratégias e Práticas**. [Em linha]. Albergaria-a-Velha: [Consultado Agosto 2010]. Disponível em WWW: <URL:

[http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=84&Itemid=24](http://www.direitodeaprender.com.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=84&Itemid=24)

- PORTAL DA EDUCAÇÃO. **Portal Educare.pt**. [Em linha]. Lisboa: [Consultado 31 de Maio de 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.educare.pt/educare/Atualidade.Noticia.aspx?contentid=6BA9AA76E1CD00B3E0400A0AB800211C&opsel=1&channelid=0>>.
- PORTAL DA EDUCAÇÃO \_ NOVAS OPORTUNIDADES. **Perguntas Frequentes**. [Em linha]. Lisboa: Novas Oportunidades. [Consultado 21 Novembro 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.novasoportunidades.gov.pt/np4/16>>.
- PORTAL DA EDUCAÇÃO \_ NOVAS OPORTUNIDADES. **Referencial de Competências Chave, EA \_ NS**. [Em linha]. Lisboa: Novas Oportunidades. [Consultado 1 Junho 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.catalogo.anq.gov.pt/boDocumentos/getDocumentos/145>>.
- PORTAL DO GOVERNO DE PORTUGAL. **Comunicação. Programas e Dossiers: Novas Oportunidades – XVII Governo**. [Em linha]. Lisboa: [Consultado Julho 2010]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MTSS/Programas\\_e\\_Dossiers/Pages/20050921\\_MTSS\\_Prog\\_Novas\\_Oportunidades.aspx](http://www.portugal.gov.pt/pt/GC17/Governo/Ministerios/MTSS/Programas_e_Dossiers/Pages/20050921_MTSS_Prog_Novas_Oportunidades.aspx)>.
- PORTAL NETSABER. Frases. [Em linha]. Lisboa: [Consultado 31 de Maio 2011]. Disponível em WWW:<URL: [http://frases.netsaber.com.br/frase\\_3030/frase\\_de\\_jean\\_piaget](http://frases.netsaber.com.br/frase_3030/frase_de_jean_piaget)>.
- PORTAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO. **Estudo de Caso. Mestrado em Educação - Tecnologia Educativa - Métodos de Investigação em Educação**. [Em linha]. Minho: [Consultado Março 2011]. Disponível em WWW:<URL: <http://grupo4te.com.sapo.pt/mie4.html>>.
- REVISTA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO: **Formação de Adultos**: Cármen Cavaco. [Em linha]. Lisboa: [Consultado 30 de Outubro 2010]. Disponível em WWW:<URL: <http://sisifo.fpce.ul.pt/?r=9&p=32>>.
- SISTEMA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO DA OFERTA EDUCATIVA E FORMATIVA: CNO DE ALBERGARIA-A-VELHA<sup>18</sup>. **Plano Estratégico de Intervenção**. [Em linha]. Aveiro:

<sup>18</sup> Fonte: O Sistema de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa, coordenado pelo GEPE-ME, gere os percursos de qualificação de dupla certificação de adultos e as redes nacionais de ofertas de Educação Formação. É a base para a informação estatística relativa à Iniciativa Novas Oportunidades.

SIGO: [Consultado 20 Outubro 2010]. Disponível em WWW: <  
[URL:http://sigo.gepe.min-  
edu.pt/areaservada/faces/planoEstrategicoIntervencao/](http://sigo.gepe.min-edu.pt/areaservada/faces/planoEstrategicoIntervencao/)>.

- SISTEMA INTEGRADO PARA BIBLIOTECAS E ARQUIVOS DIGITAIS:Sinbad. Teses. [Em linha]. Aveiro: [Consultado 21 Outubro 2008]. Disponível em WWW:<URL: <http://biblioteca.sinbad.ua.pt/teses/?by=2&st=v>>.
- SITE DO CNO\_ALBERGARIA-A-VELHA. [Em linha]. Aveiro: [Consultado a 15 de Dezembro de 2010]. Disponível em WWW: <URL: <http://cnoalbergaria.blogspot.com/2010/12/novas-oportunidades-em-albergaria-velha.html>>.
- SITE **ProfBlog** \_ A Educação em Portugal. [Em linha] Aveiro: [Consultado a 16 de Maio de 2011]. Disponível em WWW:  
  
< URL: [http://www.profblog.org/2011/04/resumo-do-relatorio-europeu-sobre.html?utm\\_source=feedburner&utm\\_medium=email&utm\\_campaign=Feed%3A+Profavaliao+%28ProfAvalia%C3%A7%C3%A3o%29](http://www.profblog.org/2011/04/resumo-do-relatorio-europeu-sobre.html?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Profavaliao+%28ProfAvalia%C3%A7%C3%A3o%29)

## LISTA DE ANEXOS

---

<b>ANEXOS DO CAPITULO I:</b> .....	99
<b>Anexo I.1:</b> Princípios Orientadores dos CNO's. ....	99
 <b>ANEXOS DO CAPITULO II:</b> .....	103
<b>Anexo II.1:</b> Questionário. ....	103
<b>Anexo II.2:</b> Guião de Entrevista. ....	107
<b>Anexo II.3:</b> Tabelas. ....	109
<b>Tabela 8:</b> Caracterização da amostra _ Sexo. ....	109
<b>Tabela 9:</b> Caracterização da amostra _ Idade. ....	109
<b>Tabela 11:</b> Caracterização da amostra _ Situação Profissional/Sexo. ....	109
<b>Tabela 13:</b> Caracterização da amostra _ Áreas de Trabalho. ....	110
 <b>ANEXOS DO CAPITULO III:</b> .....	111
<b>Anexo III.1:</b> Tabelas. ....	111
<b>Tabela 14:</b> Razões do Abandono Escolar. ....	111
<b>Tabela 15:</b> Razões do Regresso Escolar. ....	111
<b>Tabela 18:</b> Objectivos que estiveram na base dos adultos voltarem a estudar. ....	111
<b>Tabela 19:</b> Outros objectivos que levaram os adultos a voltar a estudar. ....	112
<b>Tabela 20:</b> A motivação que levou os adultos a regressar à escola. ....	112
<b>Tabela 21:</b> As razões da escolha do PRVCC face a outro tipo de Oferta Educativa. ..	112
<b>Tabela 22:</b> Outros critérios que estiveram na origem da escolha do PRVCC. ....	113
<b>Anexo III.2:</b> Quadros. ....	114
<b>Quadro 3:</b> Justificação dos adultos em relação ao PRVCC/OE, EFA _ Q <sub>15</sub> . ....	114
<b>Quadro 4:</b> Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SM _ Q <sub>16</sub> . ..	115
<b>Quadro 5:</b> Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SF _ Q <sub>16</sub> . ..	116
<b>Quadro 6:</b> Transcrição das Entrevistas dos Informadores Privilegiados. ....	117
<b>Quadro 7:</b> Nível máximo de escolaridade atingido. ....	119



## ANEXOS DO CAPITULO I

---

### Anexo I.1 \_ Princípios Orientadores dos CNO's

Princípios orientadores presentes na Carta de Qualidade dos Centros Novas Oportunidades, Agência Nacional para a Qualificação, IP \_ 2007:

#### Missão:

Assegurar a todos os cidadãos de maiores de 18 anos uma oportunidade de qualificação e de certificação, de nível Básico ou Secundário, adequada ao seu perfil e necessidades, no âmbito da área territorial de intervenção de cada Centro Novas Oportunidades.

Promover a procura de novos processos de aprendizagem, de formação e de certificação por parte dos Adultos com baixos níveis de qualificação escolar e profissional.

Assegurar a qualidade e a relevância dos investimentos efectuados numa política efectiva de aprendizagem ao longo da vida, valorizando socialmente os processos de qualificação e de certificação de adquiridos.

#### Abertura e flexibilidade:

Enquanto “porta de entrada” para todos os que procuram uma oportunidade de qualificação, a equipa e os responsáveis do Centro Novas Oportunidades devem organizar-se para responder a um público diversificado, respeitando e valorizando o perfil, as motivações e as expectativas de cada indivíduo.

#### Confidencialidade:

Assegurar a confidencialidade no tratamento da informação prestada pelo Adulto e resultante do processo desenvolvido no Centro Novas Oportunidades.

Orientação para resultados: Assegurar a efectiva concretização, em tempo útil, das respostas às necessidades de qualificação e certificação do público.

#### Rigor e eficiência:

Rigor, exigência e eficiência no desenvolvimento de todos os processos de qualificação e certificação, bem como na gestão do Centro Novas Oportunidades.

### Responsabilidade e autonomia:

Desenvolver práticas de autonomia e responsabilização dos Centros Novas Oportunidades, cooperando com as estruturas da administração central e regional, e outras instituições parceiras, cumprindo os procedimentos definidos para a sua gestão.

### Requisitos de estruturação do trabalho:

Equipa técnica com formação adequada às funções, estável, que partilha informação e responsabilidades, realizando reuniões periódicas de trabalho e definindo canais claros de comunicação interna. Instalações adequadas ao funcionamento de um Centro Novas Oportunidades, respeitando as diferentes etapas/dimensões de intervenção e assegurando espaços de trabalho adequados para esses diferentes fins.

Horário adequado às características do público-alvo e devidamente afixado em espaço visível, respeitando as indicações de obrigatoriedade de funcionamento emitidas pela tutela. Registo e organização da informação, utilizando sistematicamente o Sistema Integrado de Informação e Gestão da Oferta Educativa e Formativa (SIGO), como instrumento central de gestão e monitorização da procura, dos processos e dos resultados. Avaliação periódica dos processos, resultados e impactos, divulgando-a regularmente aos parceiros locais, às estruturas regionais do Ministério da Educação (ME) e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) e à ANQ, numa lógica de melhoria contínua e de transparência nos processos de prestação de contas.

Financiamento indexado aos resultados atingidos, aos padrões de referência para a qualidade de um Centro Novas Oportunidades e dependente do cumprimento das suas obrigações, missão e princípios orientadores.

Disponibilização de Livro de Reclamações a todos os utentes dos Centros Novas Oportunidades, respeitando os princípios da legislação em vigor para estas matérias.

Integração em redes de parcerias locais, estabelecendo contactos presenciais e a distância que devem servir vários objectivos: mobilizar entidades empregadoras cujos trabalhadores possam desenvolver processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC); identificar necessidades e a procura de “soluções” formativas e promover junto de entidades de formação as ofertas que lhes sejam mais ajustadas; proceder com sucesso a encaminhamentos para ofertas formativas; e desenvolver acções de formação para a equipa técnico-pedagógica.

Articulação com a restante rede de Centros Novas Oportunidades, baseada na disponibilização de informações e organização de encontros, de modo a assegurar a troca de experiências, metodologias e instrumentos e a disseminação de boas práticas, garantir a gestão dos processos de transferência de Adultos e evitar sobreposições de actuação nos territórios locais/regionais.

## ANEXOS DO CAPITULO II

### Anexo II.1 \_ Questionário



Universidade de Aveiro, 2010

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Este **questionário** enquadra-se no âmbito das **Políticas Educativas de Adultos: A aposta no RVCC para o regresso à escola**.  
Este Projecto insere-se no Mestrado em Ciências da Educação/Administração e Políticas Educativas, do Departamento de Educação da UA.

### QUESTIONÁRIO

1. Idade: \_\_\_\_\_.
2. Sexo: Masculino ☐ Feminino ☐
3. Estado Civil: Solteiro(a) ☐ Casado(a) ☐ Viúvo(a) ☐ União de facto ☐ Divorciado(a) ☐
4. Habilitações de Partida: \_\_\_\_\_ ano.
5. Situação face ao emprego: Empregado ☐ Desempregado ☐ À procura do 1º Emprego ☐ Reformado ☐
6. No caso de estar empregado qual é:
  - 6.1. A sua profissão: \_\_\_\_\_;
  - 6.2. A área em que trabalha: \_\_\_\_\_.
7. Já tentou outro tipo de via de formação para conclusão dos estudos: Sim ☐ Não ☐
8. As razões pelas quais abandonou a escola sem adquirir o grau para o qual procura certificação foram:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concorde; 5 Concorde totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Abandonei a escola e fui trabalhar para ajudar a família que tinha dificuldades.						
2. Abandonei a escola porque os meus pais não me deixaram continuar os estudos.						
3. Abandonei a escola por ter considerado que a escola não era importante para mim.						
4. Abandonei a escola porque não gostava de estudar.						
5. Abandonei a escola e fui trabalhar para assim ter dinheiro meu.						
6. Abandonei a escola porque não era importante as mulheres terem estudos.						
7. Abandonei a escola porque esta ficava longe de casa.						

9. As razões pelas quais tomou a decisão de voltar à escola foram:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Decidi regressar à escola porque gosto de aprender e de saber mais.						
2. Decidi regressar à escola por dificuldades sentidas no trabalho.						
3. Decidi regressar à escola para obter um diploma/certificado.						
4. Decidi regressar à escola para aumentar as minhas qualificações.						
5. Decidi regressar à escola para encontrar outro rumo profissional.						
6. Decidi regressar à escola para ver reconhecidos os meus conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida.						
7. Decidi regressar à escola pelo desejo de valorização pessoal.						

10. Os objectivos quando voltou a estudar foram:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Adquirir novas competências/conhecimentos.						
2. Maior preparação para novas situações.						
3. Melhorar a minha situação profissional.						
4. Aumentar a minha possibilidade de arranjar emprego.						
5. Continuar os estudos académicos/profissionais.						
6. Valorizar-me socialmente.						
7. Valorizar-me profissionalmente.						

11. Outros objectivos que estiveram na origem da opção de ter voltado a estudar foram:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Dar significado à minha vida.						
2. Romper com a solidão e isolamento em que vivo.						
3. Aprender coisas novas.						
4. Conhecer outras pessoas e conviver mais.						
5. Ser mais reconhecido pelos outros.						
6. Participar mais activamente na vida cultural local.						
7. Satisfazer as minhas expectativas futuras.						
8. Arranjar novos amigos.						
9. Estar ocupado(a).						

12. A motivação que o levou a regressar à escola foi:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Aumentar a minha capacidade de comunicação.						
2. Aumentar a minha capacidade de relacionamento com outras pessoas.						
3. Partilhar as minhas experiências e saberes.						
4. Confrontar as minhas ideias/opiniões para o meu enriquecimento pessoal.						
5. Ser reconhecido socialmente.						
6. Adquirir mais qualificações para fazer frente aos desafios do dia-a-dia.						
7. Ser mais autónomo.						

13. As razões da escolha do processo RVCC face a outro tipo de oferta educativa foram:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Escolhi este processo porque valoriza as aprendizagens que fiz durante a vida.						
2. Escolhi este processo porque se trata de um reconhecimento de competências adquiridas ao longo da minha vida em vez de aquisição de conhecimentos.						
3. Escolhi este processo porque com orientação específica conseguirei reproduzir a minha história de vida que em confronto com o Referencial de Competências-Chave serei avaliado e certificado.						
4. Escolhi este processo porque o trabalho a desenvolver será orientado de acordo a minha necessidade e capacidade.						
5. Escolhi este processo pela fiabilidade do processo de certificação.						
6. Escolhi este processo pela igualdade de tratamento de todos os candidatos à certificação.						
7. Escolhi este processo porque considero ser o único que, em tempo útil, dá resposta à minha necessidade de qualificação.						

14. Outros critérios que estiveram na origem da escolha do processo RVCC foram:

*(Responda colocando um X em cada afirmação em que 1 significa Discordo totalmente; 2 Discordo; 3 Nem concordo nem discordo; 4 Concordo; 5 Concordo totalmente; SR sem resposta ou não se aplica)*

	1	2	3	4	5	S R
1. Escolhi este processo pelo horário.						
2. Escolhi este processo pelo calendário.						
3. Escolhi este processo por ser rápido.						
4. Escolhi este processo pela orientação de uma equipa especializada.						
5. Escolhi este processo pelo facto de poder usar a minha história de vida como mais-valia para a minha certificação.						
6. Escolhi este processo porque me possibilita uma dupla certificação, quer escolar quer profissional.						
7. Escolhi este processo pela possibilidade de formação complementar, caso não esteja ao nível do que é exigido por este processo.						

15. Pode referir porque escolheu este processo em vez de outro tipo de formação, como o caso EFA?

---

---

16. Pode referir 3 pontos positivos e 3 negativos sobre o processo RVCC?

Positivos:

1. 

---
2. 

---
3. 

---

Negativos:

1. 

---
2. 

---
3. 

---



Obrigada pela sua Colaboração.

## Anexo II.2 \_ Guião de Entrevista



Universidade de Aveiro, 2010

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Esta **Entrevista** enquadra-se no âmbito das **Políticas Educativas de Adultos: A aposta no RVCC para o regresso à escola**. Este Projecto insere-se no Mestrado em Ciências da Educação/Administração e Políticas Educativas, do Departamento de Educação da UA.

### Entrevista: Equipa Técnico-Pedagógica

1. Há quanto tempo trabalha com adultos em processo RVCC? Em que funções?

---

---

---

2. Já trabalhou com adultos noutro tipo de oferta educativa? Em que funções? E quanto tempo?

---

---

---

3. Se sim, importa-se de estabelecer as diferenças?

---

---

---

4. Considera que a História de vida integrada no Referencial de Competências-Chave reproduzida num Portefólio Reflexivo de Aprendizagem é suficiente para certificar os conhecimentos/competências detidas por um adulto em processo RVCC?

---

---

---

5. Importa-se de apreciar a natureza dos conhecimentos certificados em comparação com os adquiridos no sistema de ensino/formação?

---

---

---

6. Referia a importância deste tipo de certificação para a sociedade?

---

---

---



7. Refira a importância deste tipo de certificação para aqueles que a procuram?

---

---

---

8. Refira três pontos fortes e três pontos fracos do processo RVCC?

---

---

---



**brigada pela sua Colaboração.**

## Anexo II.3: Tabelas

**Tabela 8:** Caracterização da amostra \_ Sexo

Inquiridos	Número	Percentagem (%)
Sexo Masculino	32	49
Sexo Feminino	33	51
<b>Totais</b>	<b>65</b>	<b>100</b>

**Tabela 9:** Caracterização da amostra \_ Idade

Inquiridos		Número	Percentagem (%)
Valor mínimo: 22 anos	21 – 30	11	17
Média das idades ronda: 42 anos	31 – 40	15	23
	41 – 50	25	39
	51 – 60	12	18
Valor Máximo: 69 anos	61 – 70	2	3
Totais		65	100

**Tabela 11:** Caracterização da amostra \_ Situação Profissional/Sexo

Situação Profissional	Sexo Masculino	Sexo Feminino
Empregado	<b>47%</b> (31)	27% (18)
Desempregado	0% (0)	<b>20%</b> (13)
À procura do 1º Emprego	0% (0)	<b>2%</b> (1)
Reformado	<b>2%</b> (1)	<b>2%</b> (1)
<b>Totais</b>	<b>49%</b> (32)	<b>51%</b> (33)
	<b>100%</b>	

**Tabela 13:** Caracterização da amostra \_ Áreas de trabalho

Áreas de Trabalho	Número	Porcentagem (%)
Ramo automóvel	1	2
Água e luz	1	2
Moldes	2	3
Vestuário	2	3
Combustíveis	1	2
Correio/Transporte	2	3
<b>Câmara/Transporte</b>	<b>7</b>	<b>11</b>
Obras Públicas	2	3
Construção Civil	2	3
Máquinas	2	3
Metalomecânica	1	2
Electricidade	1	2
Extensão de Alumínios	1	2
Doméstica	1	3
Decoração	1	2
<b>Metalúrgica</b>	<b>4</b>	<b>6</b>
Caixa	1	2
Mobiliário Urbano	2	3
Cerâmica	1	2
<b>Reposição de material</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
Jardinagem	2	3
Agricultura	1	2
Alimentar Café Snack Bar	1	2
Saúde	1	2
Soldadura	2	3
Assistente Operacional	1	2
<b>Outros</b>	<b>19</b>	<b>22</b>
<b>Totais</b>	<b>65</b>	<b>100</b>

## ANEXOS DO CAPÍTULO III

### Anexo III.1 \_ Tabelas

**Tabela 14:** Razões do Abandono Escolar

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
A: Abandonei a escola e fui trabalhar para ajudar a família que tinha dificuldades.	33	5	9	22	22	9
B: Abandonei a escola porque os meus pais não me deixaram continuar os estudos.	57	14	8	6	6	9
C: Abandonei a escola por ter considerado que a escola não era importante para mim.	43	15	22	6	2	12
D: Abandonei a escola porque não gostava de estudar.	35	17	23	14	8	3
E: Abandonei a escola e fui trabalhar para assim ter dinheiro meu.	25	5	11	20	30	9
F: Abandonei a escola porque não era importante as mulheres terem estudos.	54	6	12	0	6	22
G: Abandonei a escola porque esta ficava longe de casa.	66	15	5	2	6	6

**Tabela 15:** Razões do Regresso Escolar

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
A: Decidi regressar à escola porque gosto de aprender e de saber mais.	2	2	8	42	46	0
B: Decidi regressar à escola por dificuldades sentidas no trabalho.	15	12	20	31	14	8
C: Decidi regressar à escola para obter um diploma/certificado.	6	2	11	34	45	2
D: Decidi regressar à escola para aumentar as minhas qualificações.	2	0	8	28	62	0
E: Decidi regressar à escola para encontrar outro rumo profissional.	8	5	26	28	30	3
F: Decidi regressar à escola para ver reconhecidos os meus conhecimentos/competências adquiridas ao longo da vida.	2	0	11	32	52	3
G: Decidi regressar à escola pelo desejo de valorização pessoal.	5	2	12	34	47	0

**Tabela 18:** Objectivos que estiveram na base dos Adultos voltarem a estudar

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
A: Adquirir novas competências/conhecimentos.	2	0	3	38	57	0
B: Maior preparação para novas situações.	0	3	8	40	49	0
C: Melhorar a minha situação profissional.	2	3	12	31	47	5
D: Aumentar a minha possibilidade de arranjar emprego.	9	5	17	26	31	12
E: Continuar os estudos académicos/profissionais.	12	5	29	22	17	15
F: Valorizar-me socialmente.	3	0	15	41	38	3
G: Valorizar-me profissionalmente.	0	0	20	28	49	3

**Tabela 19:** Outros Objectivos que levaram os Adultos a voltar a estudar

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
A: Dar significado à minha vida.	12	6	24	34	22	2
B: Romper com a solidão e isolamento em que vivo.	38	18	14	17	8	5
C: Aprender coisas novas.	2	0	6	40	52	0
D: Conhecer outras pessoas e conviver mais.	3	5	20	47	25	0
E: Ser mais reconhecido pelos outros.	8	12	25	38	17	0
F: Participar mais activamente na vida cultural local.	3	8	30	28	26	5
G: Satisfazer as minhas expectativas futuras.	2	2	11	40	42	3
H: Arranjar novos amigos.	5	8	35	38	12	2
I: Estar ocupado(a).	29	12	20	20	11	8

**Tabela 20:** A motivação que levou os Adultos a regressar à escola

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
A: Aumentar a minha capacidade de comunicação.	3	3	15	47	32	0
B: Aumentar a minha capacidade de relacionamento com os outros.	2	3	12	52	29	2
C: Partilhar as minhas experiências e saberes.	2	5	18	38	32	5
D: Confrontar as minhas ideias/opiniões para o meu enriquecimento pessoal.	0	3	14	46	35	2
E: Ser reconhecido socialmente.	5	12	32	28	17	6
F: Adquirir mais qualificações para fazer frente aos desafios do dia-a-dia.	0	2	5	32	59	2
G: Ser mais autónomo.	0	6	17	37	38	2

**Tabela 21:** As razões da escolha do PRVCC face a outro tipo de Oferta Educativa

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
A: Escolhi este processo porque valoriza as aprendizagens que fiz durante a vida.	2	0	11	53	31	3
B: Escolhi este processo porque se trata de um reconhecimento de competências adquiridas ao longo da minha vida em vez de aquisição de conhecimentos.	3	5	18	51	20	3
C: Escolhi este processo porque com orientação específica conseguirei reproduzir a minha história de vida que em confronto com o Referencial de Competências-Chave serei avaliado e certificado.	3	5	11	52	26	3
D: Escolhi este processo porque o trabalho a desenvolver será orientado de acordo a minha necessidade e capacidade.	2	2	14	51	23	8
E: Escolhi este processo pela fiabilidade do processo de certificação.	5	0	23	47	20	5
F: Escolhi este processo pela igualdade de tratamento de todos os candidatos à certificação.	3	5	28	43	15	6
G: Escolhi este processo porque considero ser o único que, em tempo útil, dá resposta à minha necessidade de qualificação.	6	0	17	35	31	11

**Tabela 22:** Outros critérios que estiveram na origem da escolha do PRVCC

Questões	Escala (%)					
	1	2	3	4	5	SR
<b>A:</b> Escolhi este processo pelo horário.	3	0	11	38	43	5
<b>B:</b> Escolhi este processo pelo calendário.	8	6	31	26	20	9
<b>C:</b> Escolhi este processo por ser o mais rápido.	6	9	12	38	25	9
<b>D:</b> Escolhi este processo pela orientação de uma equipa especializada.	0	3	15	37	40	5
<b>E:</b> Escolhi este processo pelo facto de poder usar a minha história de vida como mais-valia para a minha certificação.	2	3	20	33	37	5
<b>F:</b> Escolhi este processo porque me possibilita uma dupla certificação, quer escolar quer profissional.	2	2	14	44	32	6
<b>G:</b> Escolhi este processo pela possibilidade de formação complementar, caso não esteja ao nível do que é exigido por este processo.	2	6	35	36	15	6

## Anexo III.2 \_ Quadros

**Quadro 4:** Justificação dos Adultos em relação ao PRVCC/OE, EFA \_ Q<sub>15</sub>

Inquiridos	Extractos das respostas dos Adultos _ Questão 15 do Questionário
Sexo Masculino	“Como trabalho por turnos este sistema (RVCC) permite-me vir às aulas porque só é uma vez por semana”.
	“Escolhi este processo porque não tinha tempo para frequentar outro tipo de formação”.
	“Pelo horário, porque o tempo é pouco”.
	“Dificuldades de conseguir horários Compatíveis com o curso EFA”.
	“Necessidade de adquirir mais rápido equivalência ao 12º ano, para tirar a carteira profissional”.
	“Escolhi este processo pelo número de horas exigido”.
	“Mais adaptável à minha vida pessoal e profissional”.
	“Devido a horários laborais e entraves para frequentar algo diário”.
	“Escolhi este processo por ser mais rápido e necessidade de tirar o 9ºano, devido a exigências da entidade patronal”.
	“Escolhi este processo para adquirir mais conhecimentos e ter mais-valia”.
	“Escolhi este processo porque me possibilita aumentar as minhas qualificações”.
	“Em relação ao EFA, o horário não é compatível devido à minha vida profissional e pessoal”.
Sexo Feminino	“Escolhi este processo porque é mais flexível de horários”.
	“Escolhi este processo pelos horários e também pela curiosidade em saber qual é o nível dos meus conhecimentos”.
	“Porque foi o que apareceu em 1º lugar e que não me obrigava a deslocações para fora do meu âmbito familiar pois tenho a minha mãe já idosa”.
	“Em virtude de estar à procura de emprego e assim libertar-me da carga horária e só ter uma aula por semana e poder fazer o meu próprio horário de estudo”.
	“Eu escolhi o caso EFA, mas não podem criar uma turma em Albergaria-a-Velha só em Aveiro e isso fica-me muito longe”.
	“Pelo horário, pois trabalho em 3 turnos rotativos”.
	“Pela falta de tempo”.
	“Por não ter disponibilidade para um curso EFA”.
	“Porque posso realizar o que é pedido ao meu ritmo, como mãe de 4 filhos não poderia trabalhar todo o dia e ainda ocupar as noites da semana a fazer EFA”.
	“Devido ao horário, se o EFA fosse no horário nocturno se calhar tinha mais possibilidade de o fazer”.
	“Escolhi este processo para obter rapidamente o 9º ano para que possa tirar o curso que tanto desejo e que é necessário o 9º ano”.
	“Escolhi este processo por causa do horário do tempo de formação e do grau de exigência”.
	“Escolhi este processo porque não tinha quem ficasse com os meus filhos e por ser mais rápido para ver se arranjo trabalho”.
	“Escolhi este processo pelo motivo muito especial, incentivar e motivar o meu filho na escola”.
	“Pelo horário, durante o dia posso acompanhar a vida escolar das minhas filhas e à noite posso ter tempo para mim, enquanto elas ficam com o pai”.
	“Escolhi este processo por não ter matérias das disciplinas como Português, Matemática, Ciências, ...”

**Quadro 5:** Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SM \_ Q<sub>16</sub>

Inquiridos: Sexo Masculino	Extractos das respostas _ Questão 16 do Questionário
<b>Pontos Positivos do processo RVCC</b>	"Flexibilidade de horários".
	"Ajuda dada pelos formadores".
	"A simpatia dos profissionais".
	"Pelo processo em si".
	"Os formadores falam de maneira à nossa compreensão".
	"Para já estamos a ser bem orientados".
	"Facilidade de participação e horários flexíveis".
	"Conhecimento do anterior processo RVCC do 9º ano".
	"Menos carga intelectual".
	"Certificação escolar".
	"Valorizar a experiência de vida".
	"Ter mais tempo para concluir".
	"Poder falar de experiências adquiridas no trabalho".
	"Oportunidade de conhecer novas experiências vividas por colegas".
	"Horários, rapidez e qualificação".
	"Dupla certificação".
	"Obter mais conhecimentos".
	"É um processo rápido e eficaz na aprendizagem".
	"Tentar encontrar outro rumo profissional".
	"Localização do Ensino Adequado".
<b>Pontos Negativos do processo RVCC</b>	"Temos pouca formação nas várias áreas".
	"Ser muito rápido".
	"Não ser reconhecido pelos outros".
	"Falta de aprofundamento de certas áreas".
	"Ter de trabalhar no processo sozinho".
	"Falar sobre Química, Línguas e Leis".
	"Não haver mais disciplinas".
	"Não poder escolher uma língua que queria aprender, Inglês, Francês".
	"A nível de Tecnologias de Informação e Comunicação".
	"Pelo tempo que é curto".



**Quadro 6:** Pontos positivos e negativos acerca do PRVCC, na opinião do SF \_ Q<sub>16</sub>

Inquiridos: Sexo Feminino	Extractos das respostas _ Questão 16 do Questionário
<b>Pontos Positivos do processo RVCC</b>	"A possibilidade de adquirir o 9ºano".
	"É uma mais-valia a nível pessoal e profissional".
	"É bom no sentido de fazermos uma auto-avaliação aos nossos conhecimentos".
	"Mais vantagens a nível profissional, ego e sentir-me realizada tanto para comigo como para os outros".
	"Revelar os nossos conhecimentos, apostar em adquirir mais conhecimentos e auto-estima".
	"Horário flexível".
	"Não existem faltas".
	"Estudar e fazermos trabalhos só quando podemos".
	"Aprender a pesquisar".
	"Pela orientação".
	"Horário adaptado ao trabalhador".
	"Certificação 12º ano".
	"Convívio e reviver acontecimentos".
	"Fazer o RVCC ao meu ritmo".
	"A facilidade da equipa que é dada para os encontros pessoais (sessões individuais)".
	"Gostar de aprender, mais acessível em comunicar com as pessoas".
	"Não ter "tempo finito" para acabar".
	"Ter dupla certificação".
	"Possibilidade de ter mais conhecimentos profissionais".
	"Vou recordar algumas coisas do meu passado".
	"Poder adquirir o certificado com a nossa história de vida".
	"Orientação de uma equipa especializada".
<b>Pontos Negativos do processo RVCC</b>	"Não passar tanto tempo com o meu filho".
	"Tirar 1h do meu trabalho para poder ir às sessões".
	"Em casa passar mais tempo a estudar e pesquisar para poder concluir o processo".
	"Confusão para iniciar a autobiografia".
	"Pouco explícito na apresentação dos critérios de evidência".
	"Considero difícil fazer a ligação (no papel) das nossas histórias de vida e a matéria".
	"Trabalhar sozinho".
	"Não aprendemos, só evidências e história de vida".
	"Querem saber a nossa vida privada".
	"Longas noites ao PC a trabalhar".
	"Pouco tempo de formação".
	"Alguns formadores são menos acessíveis".
	"O facto de ter de ir a Júri".

**Quadro 7:** Transcrição das Entrevistas dos Informadores Privilegiados

Questões	Informadores Privilegiados	Transcrição das Entrevistas
<b>Q<sub>1</sub>:</b> Há quanto tempo trabalha com adultos em processo RVCC? Em que funções?	<b>Profissional RVC A</b>	“Trabalho desde 2008 com adultos. Em primeiro lugar como técnica de diagnóstico e encaminhamento e posteriormente como Profissional RVC”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“Trabalho há dois anos como Profissional de RVC”.
	<b>Formadora C</b>	“Desde 2005, nem sempre em contínuo. Enquanto formadora de TIC (RVCC-NB) e de STC (RVCC-NS) “.
<b>Q<sub>2</sub>:</b> Já trabalhou com adultos noutro tipo de oferta educativa? Em que funções? E quanto tempo?	<b>Profissional RVC A</b>	“Trabalhei 6 anos numa IPSS, a desempenhar papel de animadora de idosos e posteriormente como Directora Técnica da instituição”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“Já fui formadora de Cidadania e Empregabilidade num Curso EFA de dupla certificação durante um ano e meio e além disso, nestes dois últimos anos, tenho sido formadora em UFCD de Inglês”.
	<b>Formadora C</b>	“Sim. Em cursos EFA. Na função de Formadora de STC e UFCD”.
<b>Q<sub>3</sub>:</b> Se sim, importa-se de estabelecer as diferenças?	<b>Profissional RVC A</b>	“São trabalhos muito diferentes, apesar das regras básicas da andragogia e do trabalho com adultos se aplicarem de forma semelhante”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“A diferença prende-se com o facto de, apesar de o Referencial base ser o mesmo, o processo RVCC ser de evidência de competências adquiridas ao longo da vida e os Cursos EFA e UFCD serem de aquisição de conhecimentos, sendo por isso processos sempre mais fáceis de serem concluídos e nos quais os adultos demonstram mais motivação”.
	<b>Formadora C</b>	“No processo de RVCC o principal objectivo é desocultar as competências adquiridas ao longo da vida pelos adultos, podendo em caso de necessidade complementá-las, a fim da certificação das suas competências. Nos cursos EFA, será dar formação na respectiva área”.
<b>Q<sub>4</sub>:</b> Considera que a História de vida integrada no Referencial de Competências-Chave reproduzida num Portefólio Reflexivo de Aprendizagem é suficiente para certificar os conhecimentos/competências detidas por um adulto em processo RVCC?	<b>Profissional RVC A</b>	“Penso que sim, mas é um processo que deverá ser encarado dessa forma por parte de quem o produz. E nos casos em que se justifique, deverá ser feita formação complementar para que possam evidenciar as competências em falta”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“Sim. Uma vez que o Referencial de Competências-Chave é bastante abrangente, é suficiente para certificar as competências adquiridas ao longo da vida, desde que sejam desenvolvidas adequadamente na História de Vida”.

	<b>Formadora C</b>	“A História de vida integrada no Referencial de Competências-Chave reproduzida num Portefólio Reflexivo de Aprendizagem, só por si não será suficiente, deverá ser acompanhada da sua apresentação e demonstração de algumas das competências aí relatadas”.
<b>Q<sub>5</sub>:</b> Importa-se de apreciar a natureza dos conhecimentos certificados em comparação com os adquiridos no sistema de ensino/formação?	<b>Profissional RVC A</b>	“Por ser um sistema destinado a adultos, a natureza dos conhecimentos certificados é bastante diferente da que se adquire no sistema de ensino e formação”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“Uma vez que as competências e as vivências dos candidatos são diferentes das de um jovem em idade escolar, o objectivo do processo é dar a possibilidade de essas mesmas competências serem valorizadas. Por isso o Referencial de Competências Chave foi desenvolvido com o objectivo de evidenciar competências gerais, indo também de encontro aos conhecimentos adquiridos na escola regular de nível secundário. Os dois processos são muito diferentes, mas na base, a nível de conhecimentos, são similares, sendo apenas diferente o campo de interesse do público-alvo”.
	<b>Formadora C</b>	“Os conhecimentos terão a mesma validade”.
<b>Q<sub>6</sub>:</b> Referia a importância deste tipo de certificação para a sociedade?	<b>Profissional RVC A</b>	“O aumento das qualificações é sempre vantajoso para o evoluir das sociedades, dando às pessoas a possibilidade de escolhas mais informadas e fundamentadas”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“A nível social, o objectivo é aumentar as habilitações da população em geral”.
	<b>Formadora C</b>	“É importante na medida que repõe certas injustiças existentes por motivos variados, certifica competências a quem de direito, permite o regresso aos bancos da escola aos adultos que por razões de vida não o fizeram no tempo escolar”.
<b>Q<sub>7</sub>:</b> Refira a importância deste tipo de certificação para aqueles que a procuram?	<b>Profissional RVC A</b>	“Poderá ter grande importância em termos de evolução profissional ou para se candidatarem a melhores empregos”.
	<b>Profissional RVC B</b>	“Para os candidatos, a certificação tem como objectivo aumentar as suas habilitações, elevar a sua auto-estima e alargar conhecimentos, sempre com o objectivo de no futuro terem mais possibilidades a nível profissional”.
	<b>Formadora C</b>	“É importante por diversas razões: tanto em termos de auto-estima, com familiar, como ao nível profissional permitir melhores postos de trabalho e até encontrar novos empregos”.
<b>Q<sub>8</sub>:</b> Refira três pontos fortes e três pontos fracos do processo RVCC?	<b>Profissional RVC A</b>	“Pontos fortes: flexibilidade do processo, processo pensado para adultos, processo baseado em aprendizagens efectuadas ao longo da vida. Pontos fracos: exige muita autonomia por parte dos candidatos, necessidade de formação complementar para que os adultos adquiram competências em falta, possível desmotivação ao longo do processo, quando este se arrasta muito no tempo”.

	<b>Profissional RVC B</b>	“Pontos fortes: o desenvolvimento da História de Vida vai de encontro à disponibilidade dos candidatos a nível de horários; o processo desenvolve-se de acordo com o ritmo do candidato. Pontos fracos: dificuldade em compreender o Referencial; falta de autonomia dos candidatos; falta de conhecimentos base para desenvolver o processo adequadamente”.
	<b>Formadora C</b>	“Pontos fortes: Aumento da escolaridade, certificação de competências adquiridas anteriormente, aumento da auto-estima e produtividade de quem frequenta o processo. Pontos fracos: Não é bem aceite por algumas pessoas, falta de elementos na equipa pedagógica ou sua colocação tardia, pode suscitar dúvidas”.

**Quadro 8:** Nível máximo de escolaridade atingido

<b>População dos 15 aos 64 anos</b>	<b>Nível máximo de escolaridade atingido Ensino secundário (ISCED 3-4)</b>
% da população activa em Portugal (2000)	12,8
% da população activa em Portugal (2005)	15,3
% da população activa em Portugal (2006)	16,1
% da população activa em Portugal (2010)	19,2
% da população activa na UE 27 (2000)	48,7
% da população activa na UE 27 (2005)	49,5
% da população activa na UE 27 (2006)	49,5
% da população activa na UE 27 (2010)	49,0
<b>Número de anos para atingir a média europeia se reduzimos o diferencial à média dos resultados de 2000 a 2005</b>	<b>103 anos</b>
<b>Número de anos para atingir a média europeia se reduzimos o diferencial à média dos resultados de 2006 a 2010</b>	<b>46 anos</b>

Fonte: Eurostat, Active population by sex, age groups and highest level of education attained (1000) [lfsa\_agaed], Last update: 12-05-2011

Fonte: <http://bancocorrido.blogspot.com/2011/05/acha-bom-para-o-pais-que-demoremos-um.html>

